# Relatório Técnico do Balanço Geral de 2018

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

# Relatório Técnico do Balanço Geral de 2018

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Publicação da Secretaria Municipal da Fazenda

São Paulo - março de 2019.

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
Bruno Covas Lopes

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**
Philippe Vedolim Duchateau

**SECRETÁRIO ADJUNTO**
Luis Felipe Vidal Arellano

**CHEFE DE GABINETE**
Evandro Luis Alpoim Freire

**SUBSECRETÁRIO DO TESOURO MUNICIPAL – SUTEM**
Henrique de Castilho Pinto

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON**
Emerson Onofre Pereira

**DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC**
Flavio Augusto Solla

**DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR**
Joyce Macedo de Souza

**DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO**
Iranice Aparecida Santos Ruivo

**DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON**
Marcelo Pierantozzi Gonçalves

**DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER**
Paulo Mauricio de Oliveira Duarte

**ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

**EQUIPE TÉCNICA**
Agnaldo dos Santos Galvão
Angela Cristina Schneider
Karen Cheda Ferreira
Marcia Correia Jusius
Maria de Lourdes Silva Gomes
Marie Fuzikaua
Simone Nishida Pereira

# Sumário


**APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2018 ..... 5**

**PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS ..... 8**

**LISTA DE SIGLAS ..... 9**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ..... 11**

**ANÁLISE PATRIMONIAL ..... 12**

BALANÇO PATRIMONIAL ..... 12
*Composição e Análises do Balanço Patrimonial ..... 12*
Quadro Principal ..... 12
Ativo ..... 15
Passivo ..... 31
Patrimônio Líquido ..... 43
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964) ..... 44
Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964) ..... 46
Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964) ..... 47
Índices do Balanço Patrimonial ..... 48
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ..... 50
*Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais ..... 54*
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ..... 54

**ANÁLISE FINANCEIRA ..... 57**

BALANÇO FINANCEIRO ..... 57
*Ingressos ..... 57*
Saldo do Exercício Anterior ..... 57
Receita Orçamentária ..... 58
Transferências Financeiras Recebidas ..... 59
Recebimentos Extraorçamentários ..... 60
*Dispêndios ..... 63*
Despesa Orçamentária ..... 63
Transferências Financeiras Concedidas ..... 65
Pagamentos Extraorçamentários ..... 66
Saldo para o Exercício Seguinte ..... 66
Resultado da Execução Financeira - Consolidado ..... 67
*Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro ..... 68*
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ..... 69
*Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa ..... 71*
Fluxo de Caixa Operacional 2017-2018 ..... 71
Fluxo de Caixa de Investimentos 2017-2018 ..... 72
Fluxo de Caixa de Financiamento 2017-2018 ..... 72
*Análise dos Quocientes da DFC ..... 72*

**ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA ..... 74**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA ..... 74
*Receita Total Orçada ..... 75*
*Despesa Total Fixada ..... 75*
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ..... 78
*Execução da Receita Orçamentária ..... 81*
Receitas por Categoria Econômica ..... 83
Receitas Correntes ..... 84
Receitas de Capital ..... 90
Receitas por Fontes de Recursos ..... 94
Comparativo da Receita Orçamentária 2017 e 2018 ..... 95

Receita Orçamentária Realizada – Análise individualizada da PMSP ..... 95
*Execução da Despesa Orçamentária* ..... *104*
Despesas por Categoria Econômica e GND (Grupo Natureza de Despesa) ..... 105
Despesas Correntes ..... 106
Despesas de Capital ..... 107
Despesas por Principais Elementos ..... 108
Despesas por Função de Governo ..... 110
Despesas por Fonte de Recursos ..... 111
Despesas de Exercícios Anteriores ..... 112
Execução dos Fundos Municipais ..... 113
Restos a Pagar ..... 116
Comparativo da Despesa Orçamentária 2017 e 2018 ..... 117
*Síntese da Execução Orçamentária* ..... *118*
*Análise dos Indicadores do Balanço Orçamentário* ..... *119*
Cumprimento à Regra de Ouro ..... 121
*Comportamento do Resultado Orçamentário nos últimos cinco anos* ..... *122*

**GESTÃO FISCAL ..... 124**

Receita Corrente Líquida ..... 124
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias ..... 125
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal ..... 126
Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação ..... 130
Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Saúde ..... 131
Demonstrativo da Despesa com Pessoal ..... 132
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar ..... 134
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal ..... 136

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM ..... 138**

Principais dados apresentados pela CGM em 2018 ..... 138

**PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2018 ..... 145**

**CONCLUSÃO ..... 145**

# Apresentação do Relatório Técnico do Balanço Geral de 2018

O Departamento de Contadoria, da Subsecretaria do Tesouro Municipal pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta à sociedade e demais interessados a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo, na forma de Balanço Geral de 2018 em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2018 e abrange os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e os órgãos do Poder Legislativo, a saber[1]:

- **Poder Legislativo / Administração Direta:**
  - ✓ Câmara Municipal de São Paulo;
  - ✓ Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
  - ✓ Respectivos Fundos.
- **Poder Executivo / Administração Direta:**
  - ✓ Secretarias;
  - ✓ Fundos;
  - ✓ Subprefeituras.
- **Poder Executivo / Administração Indireta:**
  - ✓ Autarquia Hospitalar Municipal;
  - ✓ Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Municipal de Limpeza Urbana;
  - ✓ Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo;
  - ✓ Fundo Municipal de Habitação;
  - ✓ Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura;
  - ✓ Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
  - ✓ Hospital do Servidor Público Municipal;
  - ✓ Instituto de Previdência Municipal de São Paulo;
  - ✓ Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Este Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro e as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 58.070, de 16 de janeiro de 2018 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial para o exercício de 2018 e Decreto Municipal nº 58.515, de 14 de novembro

[1] No decorrer do Relatório e Notas Explicativas utilizamos os termos “Empresas” ou “Autarquias” que representam as Entidades que compõem a esfera Consolidada Municipal.

de 2018 e alterações, que dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2018 das Administrações Direta e Indireta.

Este Relatório inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP 7ª edição e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCTSP, compostas por:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Os dados para a elaboração do Balanço Geral do Município de São Paulo foram obtidos da escrituração realizada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, em conformidade com o plano de contas único deste Município e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Neste Relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, e ainda a Lei Municipal nº 16.773, de 27 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, Lei Municipal nº 16.693, de 31 de julho de 2017, que dispôs sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2018 e Lei Municipal nº 16.772, de 27 de dezembro de 2017, que estimou a receita e fixou as despesas para o exercício de 2018. Nos demonstrativos fiscais estão compreendidos: os Resultados Primário e Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal, a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

As adaptações e implantações de políticas contábeis para atendimento aos processos de padronização com vistas à consolidação nacional das contas públicas e de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) vêm ocorrendo de forma gradual neste Município com base no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, anexo à Portaria STN nº 548 de 2015. Em consequência, foram criados Grupos de Trabalho (GT) para estudos, discussão e melhoria de processos, detalhados nas Notas Explicativas deste Relatório.

Este Relatório tem como objetivo oferecer aos munícipes a instrumentalização do controle social, com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, utilizando uma linguagem simples e didática e fornecendo subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2018, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário. Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, esta Prestação de Contas encontra-se disponível no Portal da Secretaria Municipal da Fazenda[2].





[2] Endereço eletrônico:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas

## Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2018, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados as Normas, os Princípios de Contabilidade e os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº 16.773/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021;
- Lei Municipal nº 16.693/2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2018;
- Lei Municipal nº 16.772/2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018;
- Decreto Municipal nº 58.070/2018 e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº 58.095/2018, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2018;
- Decreto Municipal nº 58.515/2018, que dispõem sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2018;
- Portaria MPS nº 509/2013, que dispõe sobre o Regime Próprio da Previdência Social;
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações, que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2016 e Portaria STN nº 840/2016, que aprovam a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e dão outras providências;
- Portaria STN nº 548/2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas, sob a mesma base conceitual;
- Portaria STN nº 495/2017, que aprova a 8ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- Portaria STN nº 896/2017, que estabelece regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais dos entes da Federação.

# Lista de Siglas

| | |
|---|---|
| AFAC | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital |
| AHM | Autarquia Hospitalar Municipal |
| AMLURB | Autoridade Municipal de Limpeza Urbana |
| APAIT | Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BPM | Bens Patrimoniais Móveis |
| CASP | Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| CE | Composição do Endividamento |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEPAC | Certificados de Potencial Adicional de Construção |
| CET | Companhia de Engenharia de Tráfego |
| CFC | Conselho Federal de Contabilidade |
| CGM | Controladoria Geral do Município |
| CGPATRI | Coordenadoria de Gestão do Patrimônio |
| CID | Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento |
| CLGO | Caixa Líquido Gerado nas Operações |
| CMSP | Câmara Municipal de São Paulo |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social |
| COHAB | Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo |
| CP | Curto Prazo |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| DCASP | Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público |
| DECON | Departamento de Contadoria |
| DEFIN | Departamento de Administração Financeira |
| DFC | Demonstrativo de Fluxo de Caixa |
| DMPL | Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido |
| DVP | Demonstração das Variações Patrimoniais |
| EG | Endividamento Geral |
| FECAM | Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo |
| FETCM | Fundo Especial do Tribunal de Contas do Município |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FMH | Fundo Municipal de Habitação |
| FUMCAD | Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| FUNDATEC | Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura |
| FUNDEB | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica |
| GND | Grupo de Natureza de Despesa |
| GT | Grupo de Trabalho ou Grupo Técnico |
| HSPM | Hospital do Servidor Público Municipal |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços |
| IGP- DI | Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna |
| IGP- M | Índice Geral de Preços do Mercado |
| INSS | Instituto Nacional de Seguridade Social |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo |
| IPREM | Instituto de Previdência Municipal |
| IPSAS | Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público |
| IPTU | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| IPVA | Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores |
| IS | Índice de Solvência |
| ISS | Imposto Sobre Serviço |
| LC | Lei Complementar |
| LG | Liquidez Geral |
| LI | Liquidez Imediata |
| LIBOR | London InterBank Offered Rate |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| LP | Longo Prazo |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| LS | Liquidez Seca |
| MCASP | Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| MDF | Manual de Demonstrativos Fiscais |
| MEP | Método de Equivalência Patrimonial |
| NBC TSP | Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público |
| OUC | Operações Urbanas Consorciadas |

| | |
|---|---|
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PCASP | Plano de Contas Aplicado ao Setor Público |
| PCP | Procedimento Contábil Patrimonial |
| PERT | Programa Especial de Regularização Tributária |
| PGM | Procuradoria Geral do Município |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PL | Patrimônio Líquido |
| PMSP | Prefeitura do Município de São Paulo |
| PNAFM | Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros |
| PPI | Programa de Parcelamento Incentivado |
| PRODAM | Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S.A. |
| RGPS | Regime Geral de Previdência Social |
| RPPS | Regime Próprio de Previdência Social |
| SBPI | Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis |
| SBPM | Sistema de Bens Patrimoniais Móveis |
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e de Custódia |
| SEME | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer |
| SF | Secretaria Municipal da Fazenda |
| SFMSP | Serviço Funerário do Município de São Paulo |
| SG | Secretaria Municipal de Gestão |
| SICONFI | Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro |
| SIURB | Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (antiga SMSO) |
| SMADS | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social |
| SMJ | Secretaria Municipal de Justiça |
| SMPED | Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência |
| SMSUB | Secretaria Municipal das Subprefeituras (antiga SMPR) |
| SOF | Sistema de Orçamento e Finanças |
| SP CINE | Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo |
| SP Obras | São Paulo Obras |
| SP Parcerias | São Paulo Parcerias |
| SP Securitização | Companhia Paulistana de Securitização |
| SP Trans | São Paulo Transporte S.A. |
| SP Turis | São Paulo Turismo S.A. |
| SP Urbanismo | São Paulo Urbanismo |
| SPDA | Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| SVMA | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente |
| TCMSP | Tribunal de Contas do Munícipio de São Paulo |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TJLP | Taxa de Juros de Longo Prazo |
| TR | Taxa Referencial |
| UPR | Unidade Padrão de Referência |
| VPA | Variações Patrimoniais Aumentativas |
| VPD | Variações Patrimoniais Diminutivas |

# Análise das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis desta Prefeitura foram extraídas do Sistema SOF e consolidam as ações governamentais executadas por diversos órgãos da Administração Direta e Indireta e compõem a Prestação de Contas Anual.

Conforme dispõe o artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

As peças contábeis apresentadas têm a finalidade de oferecer subsídios essenciais à análise e verificação do perfil financeiro e patrimonial da gestão municipal, bem como outros resultados.

Seguem os demonstrativos contábeis da Lei nº. 4.320/64 e os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, editados e alterados por meio de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional:

# Análise Patrimonial

## Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Município por meio das contas representativas do patrimônio público.

Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis (curto prazo/circulante) ou após 12 meses da data das demonstrações contábeis (longo prazo/não circulante).

Consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64, o Balanço Patrimonial da PMSP também segrega o ativo e passivo em financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle);
- Quadro do Superavit/Deficit Financeiro.

## Composição e Análises do Balanço Patrimonial

### *Quadro Principal*

O Quadro Principal do Balanço Patrimonial demonstra as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), onde as contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O quadro principal apresenta a seguinte estrutura:

em R$

| Ativo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | %s/ Ativo Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | **18.852.900.372,66** | **10.607.710.950,52** | **77,7%** | **18,6%** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 8.060.575.421,07 | 6.944.470.411,67 | 16,1% | 8,0% |
| Créditos a Curto Prazo | 10.548.077.555,38 | 3.408.646.011,99 | 209,5% | 10,4% |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 35.855.268,58 | 45.908.871,53 | -21,9% | 0,0% |
| Estoques | 207.651.083,05 | 208.216.883,23 | -0,3% | 0,2% |
| VPD Pagas Antecipadamente | 741.044,58 | 468.772,10 | 58,1% | 0,0% |
| **Ativo Não Circulante** | **82.471.753.627,08** | **94.941.412.116,68** | **-13,1%** | **81,4%** |
| Realizável a Longo Prazo | 52.501.887.479,85 | 65.089.029.333,16 | -19,3% | 51,8% |
| Créditos a Longo Prazo | 52.150.911.412,71 | 64.720.793.622,61 | -19,4% | 51,5% |
| Investimentos Temp. a Longo Prazo | 63.236,76 | 7.725,10 | 718,6% | 0,0% |
| Estoques | 350.912.380,38 | 368.227.985,45 | -4,7% | 0,3% |
| VPD pagas antecipadamente | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Investimentos | 8.984.799.848,82 | 8.933.164.975,13 | 0,6% | 8,9% |
| Imobilizado | 20.953.799.141,36 | 20.879.024.352,08 | 0,4% | 20,7% |
| Intangível | 31.267.157,05 | 40.193.456,31 | -22,2% | 0,0% |
| **Total** | **101.324.653.999,74** | **105.549.123.067,20** | **-4,0%** | **100,0%** |

| Passivo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | %s/ Passivo Total |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | **8.889.857.193,88** | **7.452.489.362,63** | **19,3%** | **8,8%** |
| Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 1.675.575.634,56 | 1.339.005.325,19 | 25,1% | 1,7% |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 2.205.145.044,78 | 2.103.572.141,73 | 4,8% | 2,2% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 1.352.401.197,38 | 477.764.094,24 | 183,1% | 1,3% |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 5.475.714,74 | 15.376.178,70 | -64,4% | 0,0% |
| Obrigações de Repartições a Outros Entes | | - | 0,0% | 0,0% |
| Provisões a Curto Prazo | 121.477.159,17 | 118.238.111,72 | 2,7% | 0,1% |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 3.529.782.443,25 | 3.398.533.511,05 | 3,9% | 3,5% |
| **Passivo Não Circulante** | **214.714.857.852,37** | **197.758.534.549,68** | **8,6%** | **211,9%** |
| Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | 14.381.292.760,03 | 12.593.037.208,65 | 14,2% | 14,2% |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 26.371.084.799,06 | 27.134.627.621,58 | -2,8% | 26,0% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 3.693.069.681,29 | 4.628.827.121,11 | -20,2% | 3,6% |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 125.437.918,81 | 136.706.580,69 | -8,2% | 0,1% |
| Provisões a Longo Prazo | 163.035.456.043,41 | 146.761.694.237,85 | 11,1% | 160,9% |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 7.108.516.649,77 | 6.503.641.779,80 | 9,3% | 7,0% |
| Resultado Diferido | - | - | 0,0% | 0,0% |
| | | | | |
| **Passivo a Descoberto** | **(122.280.061.046,51)** | **(99.661.900.845,11)** | **22,7%** | **-120,7%** |
| Patrimônio Social e Capital Social | 756.901.559,14 | 756.901.559,14 | 0,0% | 0,7% |
| Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital | 732.893.843,93 | 736.987.431,93 | -0,6% | 0,7% |
| Reservas de Capital | | - | 0,0% | 0,0% |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | | - | 0,0% | 0,0% |
| Reservas de Lucros | | - | 0,0% | 0,0% |
| Demais Reservas | 141.160.783,35 | 141.159.029,23 | 0,0% | 0,1% |
| Resultados Acumulados | (123.911.017.232,93) | (101.296.948.865,41) | 22,3% | -122,3% |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | - | - | 0,0% | 0,0% |
| **Total** | **101.324.653.999,74** | **105.549.123.067,20** | **-4,0%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se uma variação negativa de 4% no total do Balanço Patrimonial, entre os exercícios de 2018 e 2017, decorrente das variações ocorridas dentre os grupos de maior representação do Ativo e Passivo, a saber: Ativo Não Circulante (participação: 81,4% e redução de 13,1%), Passivo Não Circulante (participação: 211,9% e aumento de 8,6%) e Passivo a Descoberto (participação: -120,7% e aumento de 22,7%).

Segregando a análise patrimonial do exercício de 2018 em Administração Direta e Indireta, temos a seguinte posição:

em R$

| Ativo | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | %s/ Ativo Total |
|---|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | 17.910.581.438,00 | 942.318.934,66 | 18.852.900.372,66 | 18,6% |
| Ativo Não Circulante | 80.935.327.896,07 | 1.536.425.731,01 | 82.471.753.627,08 | 81,4% |
| **Total** | **98.845.909.334,07** | **2.478.744.665,67** | **101.324.653.999,74** | **100,0%** |

| Passivo | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | %s/ Passivo Total |
|---|---|---|---|---|
| Passivo Circulante | 8.472.638.745,26 | 417.218.448,62 | 8.889.857.193,88 | 8,8% |
| Passivo Não Circulante | 51.089.759.765,28 | 163.625.098.087,09 | 214.714.857.852,37 | 211,9% |
| PL / Passivo a Descoberto | 39.283.510.823,53 | (161.563.571.870,04) | (122.280.061.046,51) | -120,7% |
| **Total** | **98.845.909.334,07** | **2.478.744.665,67** | **101.324.653.999,74** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **97,6%** | **2,4%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Conforme o quadro apresentado, verifica-se que a Administração Direta representa 97,6% do balanço consolidado e a Administração Indireta 2,4% deste montante. Uma relevante variação é observada no Patrimônio Líquido, onde a Administração Direta apresenta um valor positivo de R$ 39,3 bilhões, enquanto na Administração Indireta apresenta um Passivo a Descoberto no montante de R$ 161,6 bilhões, resultando em um consolidado negativo de R$ 122,3 bilhões.

Segue abaixo quadro com o valor do Patrimônio Líquido por Órgãos, dividido em Administração Direta e Indireta.

| **Patrimônio Líquido** | em R$ |
|---|---|
| **Administração Direta** | **39.283.510.823,53** |
| PMSP | 39.053.254.379,17 |
| CMSP | 170.553.728,17 |
| TCMSP | 14.947.508,79 |
| FECAM | 34.916.265,99 |
| FETCM | 9.838.941,41 |
| **Administração Indireta** | **(161.563.571.870,04)** |
| HSPM | 69.363.312,03 |
| IPREM | (162.750.180.827,12) |
| SFMSP | (91.131.122,20) |
| AHM | 131.314.732,88 |
| AMLURB | 102.067.612,25 |
| FUNDATEC | 6.015.775,13 |
| THEATRO | 2.628.233,11 |
| FMH | 430.885.046,17 |
| COHAB | 535.465.367,71 |
| **Total do Passivo a Descoberto** | **(122.280.061.046,51)** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na sequência, segue análise segregada dos principais itens do Balanço Patrimonial:

## Ativo

Ativos são recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, sendo classificados em circulante e não circulante com base na expectativa de realização.

### *Ativo Circulante*

Compreende os ativos disponíveis para realização imediata ou que tenham expectativa de realização até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Sua composição é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

| Ativo Circulante | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 8.060.575.421,07 | 6.944.470.411,67 | 16,1% | 42,8% |
| Créditos a Curto Prazo | 10.548.077.555,38 | 3.408.646.011,99 | 209,5% | 55,9% |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 35.855.268,58 | 45.908.871,53 | -21,9% | 0,2% |
| Estoques | 207.651.083,05 | 208.216.883,23 | -0,3% | 1,1% |
| VPD Pagas Antecipadamente | 741.044,58 | 468.772,10 | 58,1% | 0,004% |
| **Total** | **18.852.900.372,66** | **10.607.710.950,52** | **77,7%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o Ativo Circulante apresenta um aumento de 77,7% em relação ao exercício anterior, com destaque para Créditos a Curto Prazo e Caixa e Equivalentes de Caixa os quais representam, respectivamente, 55,9% e 42,8% do total do grupo, sendo que juntos equivalem a 98,7% do Ativo Circulante.

**Caixa e Equivalentes de Caixa**: Compreendem a soma dos valores em caixa e em bancos, bem como em equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Município, para os quais não haja restrições para uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

em R$

| Caixa e Equivalentes de Caixa | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Caixa | 32.446,84 | 32.869,94 | -1,3% | 0,0% |
| Conta Única - Exceto RPPS | 237.394.577,31 | 157.695.029,46 | 50,5% | 2,9% |
| Conta Única - RPPS | 3.390.790,35 | 281.091,27 | 1106,3% | 0,0% |
| Bancos Conta Movimento - Demais Contas | 242.928.778,85 | 127.057.997,79 | 91,2% | 3,0% |
| Rede Bancária - Arrecadação | 58.213.109,89 | - | 0,0% | 0,7% |
| Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | 7.518.615.717,83 | 6.659.403.423,21 | 12,9% | 93,3% |
| **Total** | **8.060.575.421,07** | **6.944.470.411,67** | **16,1%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As aplicações financeiras de liquidez imediata totalizaram o montante de R$ 7,5 bilhões e representam 93,3% do total do grupo. Dentre os valores mais relevantes, destaca-se que 69,6% das aplicações correspondem aos itens apresentados a seguir:

em R$

| Principais Itens de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata | Banco | Saldo em 31/12/2018 | % Total de Aplicações Financ. Liquidez Imediata |
|---|---|---|---|
| Conta Movimento - Aplicações | BB | 2.579.654.583,34 | 34,3% |
| Operação Urbana Água Branca - Outorga Geral | BB | 614.568.677,41 | 7,6% |
| Pagamento Sequestros Precatórios | BB | 162.527.295,46 | 2,0% |
| Fundo de Desenvolvimento de Trânsito | BB | 347.600.711,28 | 4,3% |
| Operação Urbana Faria Lima | CEF | 410.759.170,84 | 5,1% |
| FUMCAD - Imposto de Renda | BB | 231.025.516,06 | 2,9% |
| Fundo Municipal San.Ambiental e Infraestr. | BB | 196.937.900,84 | 2,4% |
| Fundo de Desenvolvimento Urbano-FUNDURB | BB | 459.994.896,45 | 5,7% |
| SNJ - Procuradoria Geral do Município - Dec. 52.726 | BB | 350.038.521,76 | 4,3% |
| FUNDIP - Aplicação | BB | 257.314.315,98 | 3,2% |
| PMSP-SMS/FMS-Custeio SUS-SP 355030 | BB | 387.323.187,28 | 4,8% |
| **Total** | | **5.610.421.589,42** | **69,6%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

**Créditos a Curto Prazo**: Referem-se aos valores a receber por fornecimento de bens e serviços, créditos tributários, créditos de transferências a receber, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos, sendo realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis e mensurados ou avaliados pelo valor original.

A composição dos créditos de curto prazo é demonstrada na tabela e no gráfico a seguir:

em R$

| Créditos a Curto Prazo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 3.716.992.421,98 | 2.785.200.380,73 | 33,5% | 35,2% |
| Outros Créditos a Receber | 6.560.791.337,47 | 353.856.699,27 | 1754,1% | 62,2% |
| Clientes * | 171.181.566,63 | 161.488.396,93 | 6,0% | 1,6% |
| Créditos de Transferências a Receber | 56.106.339,10 | 82.774.382,07 | -32,2% | 0,5% |
| Créditos Previdenciários a Receber | 23.678.996,25 | 11.806.371,04 | 100,6% | 0,2% |
| Tributos a Recuperar/Compensar | 11.725.583,74 | 6.256.968,26 | 87,4% | 0,1% |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 4.394.729,42 | 4.923.662,28 | -10,7% | 0,0% |
| Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros | 769.879,21 | 1.467.131,53 | -47,5% | 0,0% |
| Dívida Ativa | 2.436.701,58 | 872.019,88 | 179,4% | 0,0% |
| **Total** | **10.548.077.555,38** | **3.408.646.011,99** | **209,5%** | **100,0%** |

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O grupo “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, que representa aproximadamente 35,2% dos créditos a receber, tem a seguinte composição:

I – Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015;

II – Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, através das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP.

Pelo regime especial, os entes que se encontravam em mora na quitação de precatórios vencidos na data da Emenda Complementar nº 62/2009, devem centralizar os pagamentos dos precatórios nos Tribunais de Justiça locais. A PMSP não mantinha o registro deste depósito e considerava como VPD todas as parcelas do regime especial, aproximadamente 146 milhões/mês, mas em atendimento ao MCASP 7ª edição (Parte III-Procedimentos Contábeis Específicos) e aos apontamentos do TCMSP, o procedimento foi alterado. Portanto, a partir de janeiro/2019 os depósitos referentes às parcelas de regime especial passaram a ser registrados no ativo (contas BB).

O grupo “Outros Créditos a Receber” representa 62,2% do total de créditos a receber a curto prazo e corresponde, em sua maioria, a créditos decorrentes de infrações legais e contratuais. Em 2018, para atendimento aos prazos de implantação dos procedimentos patrimoniais da Portaria STN nº 548/2015, relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, exceto tributários, previdenciários e contribuições, foi contabilizado o montante de R$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito, sendo lançado contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de obter detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e aos de exercícios anteriores.

em R$

| Outros Créditos a Receber a Curto Prazo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Débitos de Servidores Municipais | 202.288.524,37 | 207.009.230,23 | -2,3% | 3,1% |
| Débitos Pagos a Regularizar | 74.800.509,39 | 67.655.091,08 | 10,6% | 1,1% |
| Demais Créditos a Receber | 37.003.153,97 | 79.192.377,96 | -53,3% | 0,6% |
| Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais | 6.246.699.149,74 | - | 0,0% | 95,2% |
| **Total** | **6.560.791.337,47** | **353.856.699,27** | **1754,1%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF -

O grupo “Clientes” apresenta o montante de R$ 171,1 milhões e representa 1,6% do total dos créditos a receber, o qual corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R$ 4,6 milhões, referente ao ajuste para perdas.

O grupo “Créditos de Transferências a Receber” representa 0,5% do total dos créditos. Neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal utilizados, a título de adiantamento no valor de R$ 56,1 milhões, em pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a serem ressarcidos pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

em R$

| Empreendimentos[1] - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC | Valores a serem ressarcidos em 2018 | Valores a serem ressarcidos em 2017 |
|---|---|---|
| Canalização do Córrego Ponte Baixa | 4.306.685,87 | 8.983.915,07 |
| Autódromo José Carlos Pace | - | 17.382.139,97 |
| Fábrica do Samba | 195.949,12 | 4.804.622,92 |
| Corredor Capão Redondo Campo Limpo Vila Sônia | 1.128.154,77 | 1.128.154,77 |
| Corredor Leste Radial Trechos 1 e 2 | 14.848.229,52 | 14.848.229,52 |
| Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais) | 35.401.947,42 | 35.401.947,42 |
| Corredor Aricanduva | 225.372,40 | 225.372,40 |
| **Total** | **56.106.339,10** | **82.774.382,07** |

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio de Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromisso são firmados entre Governo Federal e Município.

**Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O montante deste grupo é de R$ 35,8 milhões e representa 0,2% do total do Ativo Circulante. Nele estão registrados os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com recursos previdenciários em Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro.

**Estoques**: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

O saldo de "Estoques" em 2018 é de R$ 207,6 milhões e representa 1,1% total do Ativo Circulante. O grupo Estoques é dividido em mercadorias para revenda e almoxarifado, sendo que "Mercadorias para Revenda" representa 0,7% do total dos Estoques e corresponde a produtos funerários destinados à revenda.

O restante de "Estoques" corresponde a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com um saldo de R$ 206,1milhões, equivalente a 99,3% do total do grupo, com destaque para a conta medicamentos e materiais hospitalares (71,64%).

**Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente**: Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo. O montante deste grupo é de R$ 0,74 milhão e representa menos de 1% do total do Ativo Circulante.

### *Ativo Não Circulante*

Compreende os ativos realizáveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. A composição do Ativo Não Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

| Ativo Não Circulante | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Realizável a Longo Prazo | 52.501.887.479,85 | 65.089.029.333,16 | -19,3% | 63,7% |
| Créditos a Longo Prazo | 52.150.911.412,71 | 64.720.793.622,61 | -19,4% | 63,2% |
| Investimentos Temp. a Longo Prazo | 63.236,76 | 7.725,10 | 718,6% | 0,0% |
| Estoques | 350.912.830,38 | 368.227.985,45 | -4,7% | 0,4% |
| VPD pagas antecipadamente | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Investimentos | 8.984.799.848,82 | 8.933.164.975,13 | 0,6% | 10,9% |
| Imobilizado | 20.953.799.141,36 | 20.879.024.352,08 | 0,4% | 25,4% |
| Intangível | 31.267.157,05 | 40.193.456,31 | -22,2% | 0,0% |
| **Total** | **82.471.753.627,08** | **94.941.412.116,68** | **-13,1%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o Ativo Não Circulante apresenta uma redução de 13,1% em relação ao exercício anterior, com destaque para o Realizável a Longo Prazo e o Imobilizado que representam, respectivamente, 63,7% e 25,4% do total do grupo, sendo que juntos equivalem 89,1% do Ativo Não Circulante.

**Realizável a Longo Prazo**: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

- **Créditos a Longo Prazo**: Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo por: fornecimento de bens e serviços, empréstimos e financiamentos concedidos, dívida ativa tributária e não tributária e outros créditos e valores. São mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

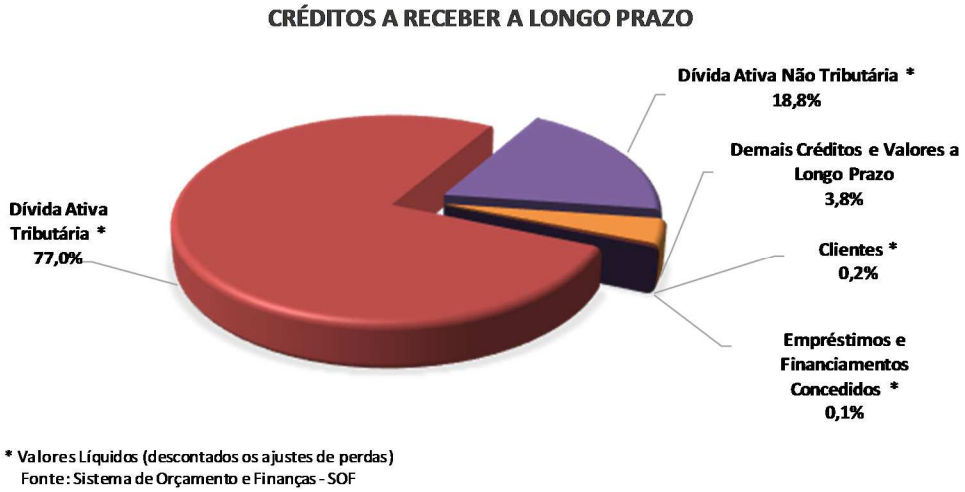
A composição dos créditos de longo prazo é demonstrada na tabela e no gráfico a seguir:

em R$

| Créditos a Longo Prazo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Dívida Ativa Tributária * | 40.150.508.770,03 | 53.774.021.634,61 | -25,3% | 77,0% |
| Dívida Ativa Não Tributária * | 9.826.538.291,63 | 8.774.419.126,22 | 12,0% | 18,8% |
| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | 2.000.289.341,70 | 2.013.148.292,39 | -0,6% | 3,8% |
| Clientes * | 128.433.562,06 | 110.690.892,65 | 16,0% | 0,2% |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos * | 45.141.447,29 | 48.513.676,74 | -7,0% | 0,1% |
| **Total** | **52.150.911.412,71** | **64.720.793.622,61** | **-19,4%** | **100,0%** |

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

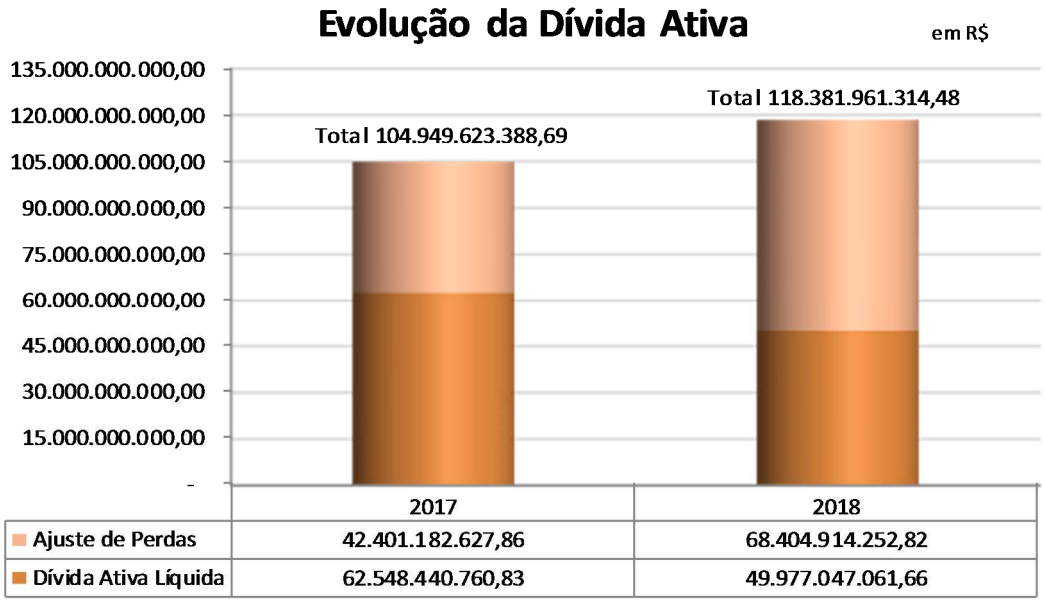



Os grupos “Dívida Ativa Tributária” e “Dívida Ativa Não Tributária”, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 77,0% e 18,8% do total do grupo, e, juntos, equivalem a 95,8% do total de créditos a receber a longo prazo.

No exercício de 2018, a Prefeitura adotou nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2017, decorreu da busca contínua pela real mensuração da expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago. Objetivando reduzir o viés que pode afetar a qualidade dos parâmetros estimados, foi adotada uma amostra com inscrições no período de 1996 a 2005, inclusive. Nessa amostra temos todas as inscrições que pertenceram ao período 1996 a 2005, pagas e ativas. Com base no comportamento das inscrições pagas frente às que continuam ativas, o MRL encontra padrões nas características dessas inscrições refletindo esse resultado nos parâmetros estimados. Após a estimação dos parâmetros, aplica-se ao universo de inscrições não-pagas (ativas) os valores estimados considerando as características estudadas de cada uma. A amostra foi estratificada em três tipos de créditos: ISS, IPTU e OUTROS. Para cada tipo de crédito foi criado um MRL específico, gerando parâmetros próprios e que são também aplicados especificamente para as inscrições ativas considerando os três estratos.

A evolução da dívida ativa com os respectivos ajustes para perdas está demonstrada a seguir:




| | 2017 | 2018 |
|---|---|---|
| Ajuste de Perdas | 42.401.182.627,86 | 68.404.914.252,82 |
| Dívida Ativa Líquida | 62.548.440.760,83 | 49.977.047.061,66 |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Na tabela que segue, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2017 e de 2018:

em R$

| Dívida Ativa | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Tributária** | **40.150.508.770,03** | **53.774.021.634,61** | **-25,3%** | **80,3%** |
| Dívida Ativa | 104.971.380.437,89 | 93.374.899.760,61 | 12,4% | 210,0% |
| Ajuste de Perdas | (64.820.871.667,86) | (39.600.878.126,00) | 63,7% | -129,7% |
| **Não Tributária** | **9.826.538.291,63** | **8.774.419.126,22** | **12,0%** | **19,7%** |
| Dívida Ativa | 13.410.580.876,59 | 11.574.723.628,08 | 15,9% | 26,8% |
| Ajuste de Perdas | (3.584.042.584,96) | (2.800.304.501,86) | 28,0% | -7,2% |
| **Total** | **49.977.047.061,66** | **62.548.440.760,83** | **-20,1%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2018 e em comparação com o exercício anterior, o estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária apresentou variação positiva de 12,4% e 15,9%, respectivamente, enquanto o saldo do grupo “Dívida Ativa” apresentou uma redução de 20,1%, onde a dívida ativa tributária e não tributária representam 80,3% e 19,7%, respectivamente, do total do grupo.

De acordo com informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, da parte considerada cobrável da dívida ativa, temos a considerar que ela se divide da seguinte forma:

em R$

| Situação - 2018 | Posição | Quantidade | Valor |
|---|---|---|---|
| Dívida com ACE | 06/01/2019 | 39.169 | 29.147.341.329,88 |
| Execuções Fiscais Embargadas (Garantidas) | 07/01/2019 | 11.668 | 15.992.498.458,42 |
| Dívidas/Execuções com Parcelamento | 06/01/2019 | - | 10.784.544.752,64 |
| Provisão de Perda para Dezembro/2018 | dez/18 | 57,78% da dívida ativa | 68.404.914.252,82 |

Fonte: SMJ/PGM/FISC

- Dívidas com ACE: dívidas contestadas por ações judiciais propostas pelo contribuinte junto à Vara da Fazenda Pública. Nestas ações, o contribuinte contesta junto ao Poder Judiciário a cobrança de sua dívida. Esta situação indica que o contribuinte está identificado e que a dívida terá uma solução, seja para seu cancelamento, total ou parcial, seja para seu prosseguimento;

- Execuções fiscais embargadas (garantidas): para contestar a cobrança no âmbito de uma execução fiscal, o contribuinte apresenta garantia suficiente para pagamento da dívida caso seja vencido. Para estas ações, em geral, também haverá uma solução definitiva, seja para o cancelamento, seja para o pagamento da dívida;

- Dívidas com parcelamento em andamento: o contribuinte fez adesão ao programa de parcelamento, o que indica grande expectativa de que a dívida será paga.

O grupo “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” representa 3,8% do total dos créditos de longo prazo. Do seu total, 53,7% corresponde ao saldo de direitos creditórios cedidos em 2010 pela COHAB (Créditos contra FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais) registrados na Prefeitura.

em R$

| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Direitos Creditórios | 1.073.351.064,86 | 1.030.989.018,49 | 4,1% | 53,7% |
| Demais Créditos a Receber | 926.938.276,84 | 982.159.273,90 | -5,6% | 46,3% |
| **Total** | **2.000.289.341,70** | **2.013.148.292,39** | **-0,6%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo**: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2018 de R$ 63,2 mil.

- **Estoques - Longo Prazo**: O saldo de R$ 350,9 milhões apresentado em 2018 equivale a 0,4% do Ativo Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB.

**Investimentos**: Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade do Município. Os investimentos são subdivididos em: participações permanentes, propriedades para investimento, investimentos do RPPS de longo prazo e demais investimentos permanentes.

Os “Investimentos” representam 10,9% do Ativo Não Circulante e as contas de maior expressividade do grupo estão representadas por “Demais Investimentos Permanentes”, correspondendo a 67,6% do total dos investimentos, seguida de “Participações Permanentes”, correspondendo a 31,6% do total dos investimentos.

As variações ocorridas nestas contas entre 2017 e 2018 podem ser verificadas na tabela a seguir:

em R$

| Investimentos | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Participações Permanentes | 2.841.529.654,13 | 2.832.864.780,44 | 0,3% | 31,6% |
| Propriedades para Investimento | 69.949,47 | 69.949,47 | 0,0% | 0,0% |
| Investimentos do RPPS de Longo Prazo | 70.926.000,00 | 27.956.000,00 | 153,7% | 0,8% |
| Demais Investimentos Permanentes | 6.072.274.245,22 | 6.072.274.245,22 | 0,0% | 67,6% |
| **Total** | **8.984.799.848,82** | **8.933.164.975,13** | **0,6%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Participações Permanentes**: Compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas. As participações permanentes do Município estão segregadas em: Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Conforme MCASP 7ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

O valor do investimento permanente avaliado pelo método da equivalência patrimonial será obtido mediante o seguinte cálculo:

a) Aplicação do percentual de participação no capital social sobre o patrimônio líquido da investida subtraído o valor do adiantamento para aumento de capital concedido a ela; e

b) Subtração, do montante referido na alínea “a”, dos lucros não realizados nas operações intercompanhias, líquidos dos efeitos fiscais.

O Município utiliza o Método de Equivalência Patrimonial para ajuste do valor dos investimentos de suas controladas, identificadas no quadro abaixo:

| Empresa Municipal Dependente | Participação da PMSP sobre o PL em % |
|---|---|
| Cia. Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB | 99,999998 |

| Empresas Municipais Independentes | Participação da PMSP sobre o PL em % |
|---|---|
| Companhia de Engenharia de Tráfego - CET | 99,999994 |
| Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA | 99,999998 |
| São Paulo Negócios - SP Negócios | 99,999995 |
| Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação - PRODAM | 99,999982 |
| São Paulo Urbanismo - SP Urbanismo | 99,531261 |
| São Paulo Obras - SP Obras | 99,113936 |
| São Paulo Transporte S/A - SPTrans | 99,965521 |
| São Paulo Turismo S/A - SPTuris | 96,300594 |
| Cia. Paulistana de Securitização - SP Securitização | 77,802198 |
| Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo - SP Cine | 100,000000 |

Fonte: DECAP/DIHAV

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes.

Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, apenas a COHAB é considerada Empresa Pública Dependente.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET e SPTrans, as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme IPSAS 7 - Investimentos em Coligada e em Controlada, item 36:

> Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, deficits adicionais são considerados e um passivo é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou não formalizadas ou tenha feito pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente apurar superavits, o investidor retorna o reconhecimento de sua parte nesses superavits somente após o ponto em que a parte lhe cabe nesses superavits posteriores se igualar à sua parte nos deficits não reconhecidos. (IPSAS 7)

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2018:

**MEP - Empresas com PL positivo**

em R$

| Empresa Investida | Posição em 31/12/2017 sem AFAC | Investimentos Realizados | Ajuste MEP 2018 | Distribuição Dividendos | Ajuste Exercicio Anterior | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| COHAB | 1.048.813.524,76 | - | 20.007.825,71 | - | (107.828.383,22) | 960.992.967,25 |
| PRODAM | 124.216.929,27 | - | 18.570.508,79 | - | (4.430.856,66) | 138.356.581,40 |
| SPDA | 225.332.629,22 | - | 25.530.988,38 | - | (927.358,82) | 249.936.258,78 |
| SP PARCERIAS | 3.602.564,07 | - | 2.620.483,28 | - | (78.908,33) | 6.144.139,02 |
| SP OBRAS | 13.354.606,77 | - | (2.858.139,61) | - | 1.826.919,37 | 12.323.386,53 |
| SP SEC | 144.574,18 | - | (37.458,35) | - | | 107.115,83 |
| SP TURIS | 19.971.880,52 | | 26.367.417,48 | - | 18.145.836,57 | 64.485.134,57 |
| SP URBANISMO | 184.818.747,43 | - | (4.744.011,97) | - | | 180.074.735,46 |
| SPCINE | 18.766.178,00 | - | (2.999.257,00) | - | (2.061.925,00) | 13.704.996,00 |
| **Total** | **1.639.021.634,22** | **-** | **82.458.356,71** | **-** | **(95.354.676,09)** | **1.626.125.314,84** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

**MEP - Empresas com PL negativo**

em R$

| Empresa Investida | Posição em 31/12/2017 sem AFAC | Investimentos Realizados | Ajuste MEP 2018 | Distribuição Dividendos | Ajuste Exercicio Anterior | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CET | (171.608.842,81) | - | 24.892.050,98 | - | 19.256.424,09 | (127.460.367,74) |
| SP TRANS | (158.024.792,15) | - | (5.625.067,08) | - | (20.991.359,99) | (184.641.219,22) |
| **Total** | **(329.633.634,96)** | **-** | **19.266.983,90** | **-** | **(1.734.935,90)** | **(312.101.586,96)** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se no quadro “MEP – Empresas com PL positivo”, os investimentos em coligadas no exercício de 2018 importam no valor de R$ 1,5 bilhões, considerando o saldo final de 2017 e a movimentação ocorrida no exercício de 2018 (ajuste exercício anterior), antes da aplicação do MEP. Após aplicado o MEP, os investimentos totalizaram

R$ 1,6 bilhões, acréscimo de R$ 82 milhões, equivalente a cerca de 5,07% do saldo final em investimentos.

O PL negativo das empresas CET e SPTrans constitui Provisão no Passivo da Prefeitura, sendo que, no exercício de 2018, apresentou o montante de R$ 312,1milhões:

I - CET no valor de R$ 127,5 milhões (aumento de R$ 24,9 milhões em relação a 2017 ajustado) e

II - SPTrans no valor de R$ 184,6 milhões (redução de R$ 5,6 milhões em relação a 2017 ajustado), como podemos observar no quadro “MEP – Empresas com PL negativo”.

Em 2018 houve adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 23,1 milhões onde ocorreu a integralização de R$ 3,6 milhões da empresa São Paulo Transporte S/A, porém não constou como “Investimentos Realizados” no quadro do MEP, em razão da empresa possuir PL negativo e o mesmo foi deduzido da conta de Passivo a Longo Prazo - Provisões para Perdas em Investimento. Cabe ressaltar que os demais AFACs encontram-se pendentes de integralização de capital. Ademais, houve o lançamento de ajuste no AFAC da empresa SPDA no valor de R$ 1,5 milhões referente a valor residual da Carteira de Crédito Imobiliário.

em R$

| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | Saldo em 2017 | Valor Adiantado | Valor Integralizado | Ajuste Contábil | Saldo em 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| São Paulo Turismo S/A | 47.770.000,00 | 18.000.000,00 | | | 65.770.000,00 |
| São Paulo Transporte S/A | 1.585.719,41 | 3.570.485,83 | | | 5.156.205,24 |
| SP - Urbanismo | 49.049.735,14 | 1.500.000,00 | | | 50.549.735,14 |
| **Sub-Total** | **98.405.454,55** | **23.070.485,83** | **-** | | **121.475.940,38** |
| Companhia São Paulo de Desenv. e Mobilização de Ativos - SPDA | 24.364.353,00 | | - | (1.539.832,90) | 22.824.520,10 |
| **Total** | **122.769.807,55** | **23.070.485,83** | **-** | **(1.539.832,90)** | **144.300.460,48** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Propriedades para Investimento**: Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, correspondendo a um montante de R$ 69,9 mil.

- **Investimentos do RPPS de Longo Prazo**: Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um saldo em 2018 no valor de R$ 70,9 milhões referentes a imóveis recebidos em dação em pagamento. Houve uma variação positiva em relação ao exercício anterior de 153,7% devido ao recebimento de cinco imóveis no valor total de R$ 51,8 milhões do INSS a título de dação em pagamento, de acordo com a Lei Municipal nº

16.121/2015, referente à compensação previdenciária de que trata a Lei Federal nº 9.796/1999.

- **Demais Investimentos Permanentes**: Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

No Município, o grupo "Demais Investimentos Permanentes" é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o CEPAC[3] (Certificado de Potencial Adicional de Construção) são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

No caso desta municipalidade, os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SP URBANISMO, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

A variação de valores ocorrida entre os exercícios de 2017 e 2018 está apresentada na tabela a seguir:





[3] Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

em R$

| Demais Investimentos Permanentes | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| OUC Água Espraiada | 460.239.282,00 | 460.239.282,00 | 0,0% | 7,6% |
| OUC Faria Lima | 2.101.914.134,36 | 2.101.914.134,36 | 0,0% | 34,6% |
| OUC Água Branca | 3.510.117.000,00 | 3.510.117.000,00 | 0,0% | 57,8% |
| Outros | 79.993,24 | 79.993,24 | 0,0% | 0,0% |
| **Total** | **6.072.350.409,60** | **6.072.350.409,60** | **0,0%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

**Imobilizado**: Compreende os direitos que têm por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades do Município ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram ao Município os benefícios, os riscos e o controle desses bens. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição.

Quando os elementos do Ativo Imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

O Imobilizado do Município representa 25,4% do Ativo Não Circulante, sendo 91,9% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis, apresentados a seguir:

em R$

| Imobilizado | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Bens Móveis | 1.691.973.409,36 | 1.648.095.660,96 | 2,7% | 8,1% |
| Bens Imóveis | 19.261.825.732,00 | 19.230.928.691,12 | 0,2% | 91,9% |
| **Total** | **20.953.799.141,36** | **20.879.024.352,08** | **0,4%** | **100,0%** |

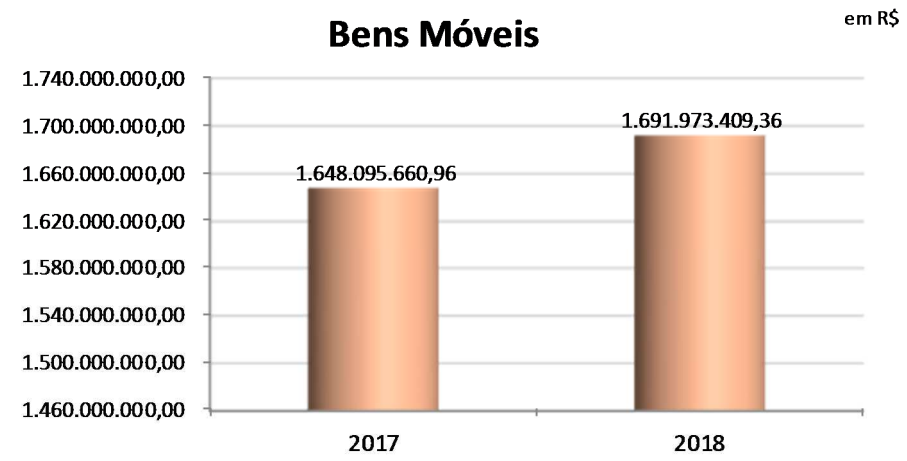
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Bens Móveis**: Compreendem os valores da aquisição ou incorporação de bens tangíveis, que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

A Portaria SF nº 262 de 02/12/2015 estabeleceu procedimentos quanto ao registro e controle dos bens móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos à depreciação. A base de cálculo para depreciação é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando houver, compreendendo tantos os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo da depreciação é das quotas

constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente à data do registro do bem no SBPM.

A variação do grupo “Bens Móveis” entre os exercícios de 2017 e 2018 consta no gráfico a seguir:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

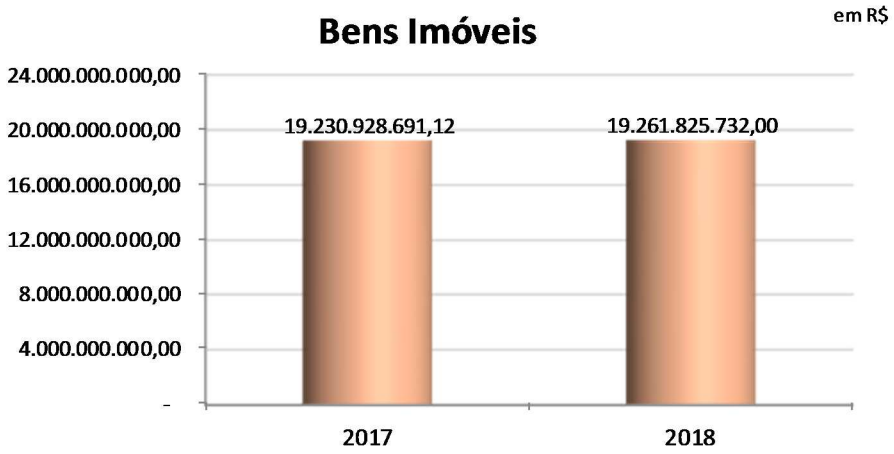
- **Bens Imóveis**: Compreendem o valor dos bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano. Classificam-se[4] em: bens de uso especial, bens dominicais, bens de uso comum do povo, bens imóveis em andamento e demais bens imóveis. A variação do grupo “Bens Imóveis” entre os exercícios 2017 e 2018 consta nos quadros e gráfico abaixo:

em R$

| Bens Imóveis | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Bens de Uso Especial | 10.880.736.748,65 | 10.748.188.682,19 | 1,2% | 56,5% |
| Bens Dominicais | 8.324.581.262,39 | 8.457.129.328,85 | -1,6% | 43,2% |
| Demais Bens Imóveis | 48.599.418,20 | 31.401.140,42 | 54,8% | 0,3% |
| Bens de Uso Comum do Povo | 14.168.003,19 | - | 0,0% | 0,1% |
| (-) Depreciação Acumulada - Bens | (6.259.700,43) | (5.790.460,34) | 8,1% | 0,0% |
| **Total** | **19.261.825.732,00** | **19.230.928.691,12** | **0,2%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

[4] Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas;
Bens dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreendem ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado;
Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público;
Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos;
Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente, como bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$

| Conta | Saldo em 31/12/2017 | Incorporações | Transferência | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|---|---|---|
| Bens de Uso Especial | 10.748.188.682,19 | - | 132.548.066,46 | 10.880.736.748,65 |
| Bens Dominicais | 8.457.129.328,85 | - | (132.548.066,46) | 8.324.581.262,39 |
| **Total** | **19.205.318.011,04** | **-** | **-** | **19.205.318.011,04** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O valor dos Bens Imóveis de Uso Especial somado ao dos Bens Dominicais representam, aproximadamente, 99,7% do total dos Bens Imóveis. A variação destes Bens ocorreu de acordo com a Instrução de Procedimentos Contábeis nº 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis que se procura definir as melhores práticas contábeis para registro das transações sem contraprestação de transferência de bens móveis ou imóveis, que venham a incorrer em custos ou não, concretizada na transferência da posse de um bem público de uma entidade ou órgão (cedente) para outra pessoa (cessionário) a fim de que o utilize sob determinadas condições, por tempo certo ou indeterminado, visando à consecução de interesse público.

Portanto a PMSP providenciou registro das Transferências Administrativas ao cessionário Câmara Municipal de São Paulo, relativas à Resolução CMSP 01 e ao Contrato de Cessão 3447, cujo imóvel é essencial para a execução dos serviços legislativos, bem como ao cessionário Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, relativas aos Contratos de Cessão 2203 e 3397, objetivando o desenvolvimento de suas atividades.

Com relação aos demais contratos de cessão, em razão do CROQUI ser a base para contabilização e que a área constante nele ser muito superior às áreas cedidas, não houve possibilidade de registro.

A expectativa é que as transferências sejam contabilizadas, à medida em que os CROQUIs forem desmembrados em Cadastro de Área Pública, trabalho esse que está

sendo desenvolvido pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio (CGPATRI), unidade transferida da Secretaria Municipal de Gestão (SG) para a Secretaria Executiva de Licenciamento (SEL), conforme Decreto nº 58.596/2019 e Lei nº 17.068/2019.

Não foram informados dados de incorporações de bens, relativos à PMSP – Poder Executivo, pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio - CGPATRI da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

Com o objetivo de integrar todos os órgãos do Município e de proporcionar maior transparência e controle do Patrimônio Público municipal, a primeira etapa do projeto de implementação do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI foi concluída no final de 2018.

**Intangível**: Compreende os ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante atualizado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

Segue no quadro abaixo a composição do Ativo Intangível:

em R$

| Intangível | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Softwares | 31.266.917,55 | 40.193.216,81 | -22,2% | 100,0% |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 239,50 | 239,50 | 0,0% | 0,0% |
| **Total** | **31.267.157,05** | **40.193.456,31** | **-22,2%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Está em fase de homologação a funcionalidade que permitirá iniciar os controles e registros dos bens intangíveis no Sistema de Controle de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM, com previsão de entrada em produção no primeiro semestre de 2019.

## Passivo

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São classificados em circulante e não circulante com base no prazo de exigibilidade.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Fornecedores e Contas a Pagar; Obrigações Fiscais; Provisões; e Demais Obrigações.

### *Passivo Circulante*

Compreende as obrigações exigíveis até 12 meses após a data das demonstrações contábeis, que atendam a um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Município é fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade.

A composição do Passivo Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

| Passivo Circulante | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 1.675.575.634,56 | 1.339.005.325,19 | 25,1% | 18,8% |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 2.205.145.044,78 | 2.103.572.141,73 | 4,8% | 24,8% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 1.352.401.197,38 | 477.764.094,24 | 183,1% | 15,2% |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 5.475.714,74 | 15.376.178,70 | -64,4% | 0,1% |
| Obrigações de Repartições a Outros Entes | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Provisões a Curto Prazo | 121.477.159,17 | 118.238.111,72 | 2,7% | 1,4% |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 3.529.782.443,25 | 3.398.533.511,05 | 3,9% | 39,7% |
| **Total** | **8.889.857.193,88** | **7.452.489.362,63** | **19,3%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o Passivo Circulante apresenta um aumento de 19,3% em relação ao exercício anterior. Destacam-se os aumentos em Fornecedores e Contas a Pagar e em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, respectivamente, 183,1% e 25,1%.

### *Passivo Não Circulante*

Compreendem os passivos exigíveis após 12 meses da data das demonstrações contábeis, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante

A composição do Passivo Não Circulante é demonstrada na tabela a seguir:

em R$

| Passivo Não Circulante | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | 14.381.292.760,03 | 12.593.037.208,65 | 14,2% | 6,7% |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 26.371.084.799,06 | 27.134.627.621,58 | -2,8% | 12,3% |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 3.693.069.681,29 | 4.628.827.121,11 | -20,2% | 1,7% |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 125.437.918,81 | 136.706.580,69 | -8,2% | 0,1% |
| Provisões a Longo Prazo | 163.035.456.043,41 | 146.761.694.237,85 | 11,1% | 75,9% |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 7.108.516.649,77 | 6.503.641.779,80 | 9,3% | 3,3% |
| **Total** | **214.714.857.852,37** | **197.758.534.549,68** | **8,6%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o Passivo Não Circulante apresenta um aumento de 8,6% em relação ao exercício anterior. Destacam-se as Provisões a Longo Prazo que representam 75,9% do total do grupo.

As análises e variações dos grupos pertencentes ao Passivo Circulante e Não Circulante são apresentadas a seguir:

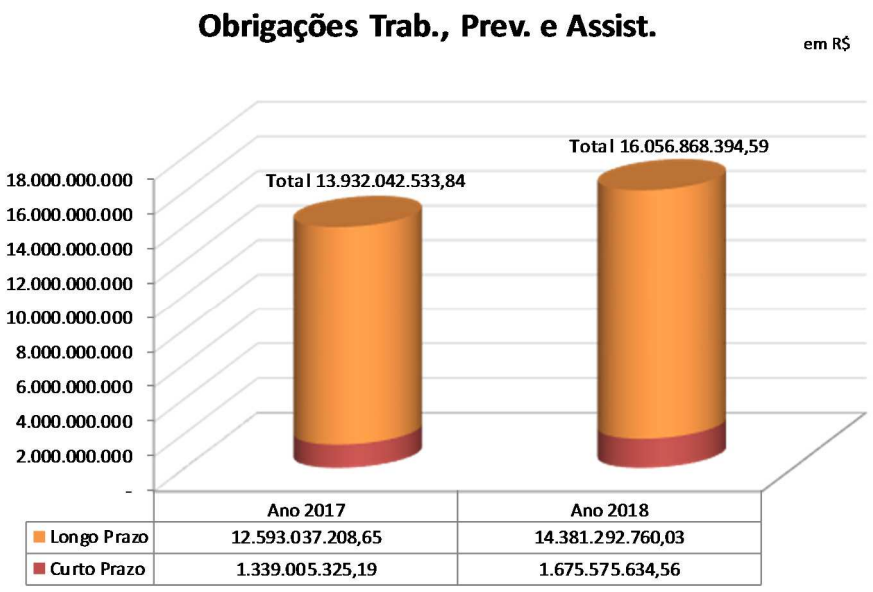
**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais:** Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

A evolução das obrigações registradas neste grupo, entre os exercícios de 2017 e 2018, podem ser observadas na tabela e no gráfico a seguir:

em R$

| Obrigações Trab., Prev. e Assist. | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 1.339.005.325,19 | 1.675.575.634,56 | 25,1% |
| Longo Prazo | 12.593.037.208,65 | 14.381.292.760,03 | 14,2% |
| **Total** | **13.932.042.533,84** | **16.056.868.394,59** | **15,3%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais” de curto e longo prazo apresentaram um aumento de 25,1% e 14,2%, respectivamente, em comparação ao ano anterior.

Neste grupo de contas, destacam-se os valores referentes a Precatórios, segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais

correspondem à participação de 96,7% no curto prazo e 93,9% no longo prazo, detalhado a seguir:

em R$

| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| **Pessoal a Pagar** | **1.660.729.292,55** | **99,1%** | **13.507.715.226,88** | **93,9%** |
| Apropriação por Competência - Férias a Pagar | 31.931.734,04 | 1,9% | - | 0,0% |
| Demais Contas de Pessoal a Pagar | 1.009.966,18 | 0,1% | - | 0,0% |
| Precatórios de Pessoal - Regime Especial | 1.620.984.194,62 | 96,7% | 13.505.064.517,04 | 93,9% |
| Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário | 6.803.397,71 | 0,4% | 2.650.709,84 | 0,0% |
| **Benefícios Previd., Assist. e Encargos Sociais** | **14.846.342,01** | **0,9%** | **873.577.533,15** | **6,1%** |
| Benefícios Previdenciários a Pagar | 457.501,61 | 0,0% | - | 0,0% |
| Benefícios Assistenciais a Pagar | 997.436,51 | 0,1% | - | 0,0% |
| Contribuição ao RPPS | 2.462.702,69 | 0,1% | - | 0,0% |
| Contribuição ao RGPS | 10.928.701,20 | 0,7% | - | 0,0% |
| Precatórios de Benefícios Previdenciários | - | 0,0% | 824.898.428,41 | 5,7% |
| Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado | - | 0,0% | 48.679.104,74 | 0,3% |
| **Total** | **1.675.575.634,56** | **100,0%** | **14.381.292.760,03** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No exercício de 2018, destaca-se a seguinte movimentação no grupo "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais":

- Em 30/11/2018, a COHAB aderiu a um parcelamento de INSS/RAF, junto à Secretaria da Receita Federal, a ser quitado em 60 prestações mensais, cujo saldo da dívida na data do encerramento do exercício de 2018 corresponde a R$ 1.119.566,46.

**Empréstimos e Financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras externas e internas do Município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, segregadas em curto e longo prazo.

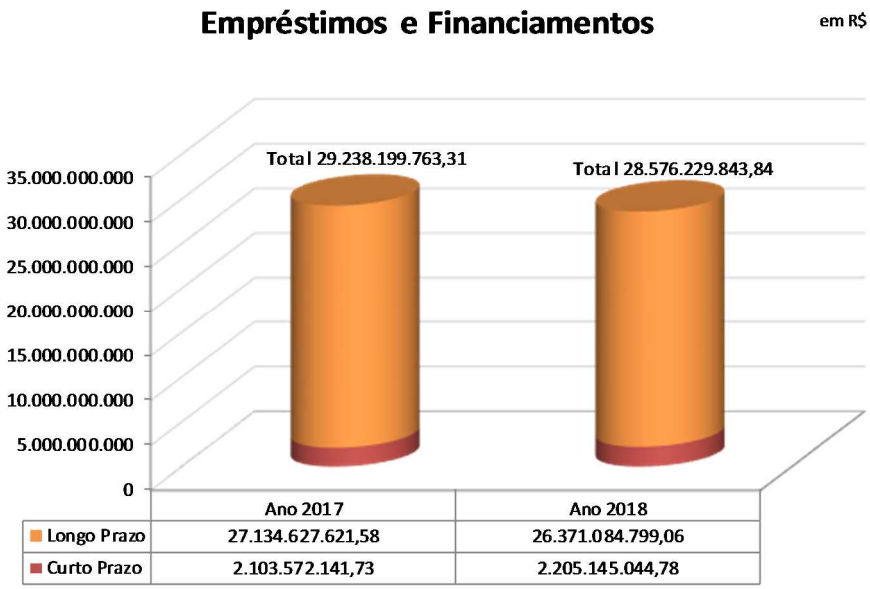
Em 2018, os "Empréstimos e Financiamentos" de curto prazo apresentaram um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior, porém no longo prazo houve uma redução de 2,8% na comparação de 2017 a 2018.

Segue evolução dos empréstimos e financiamentos entre os exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Empréstimos e Financiamentos | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 2.103.572.141,73 | 2.205.145.044,78 | 4,8% |
| Longo Prazo | 27.134.627.621,58 | 26.371.084.799,06 | -2,8% |
| **Total** | **29.238.199.763,31** | **28.576.229.843,84** | **-2,3%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Segregando a análise, observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam quase a totalidade do grupo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo e, detalhando os contratos, verifica-se que os empréstimos com a União representam 97,4% do total, conforme quadros abaixo:

em R$

| Empréstimos e Financiamentos | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos - Interno | 2.064.227.585,36 | 93,6% | 26.045.129.093,28 | 98,8% |
| Empréstimos - Externo | 140.917.459,42 | 6,4% | 325.955.705,78 | 1,2% |
| **Total** | **2.205.145.044,78** | **100,0%** | **26.371.084.799,06** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R$

| Composição dos Empréstimos e Financiamentos | Curto Prazo | Longo Prazo | Total 2018 | %s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **INTERNA** | **2.064.227.585,36** | **26.045.129.093,28** | **28.109.356.678,64** | **98,4%** |
| **União** | **2.028.757.911,00** | **25.797.250.422,45** | **27.826.008.333,45** | **97,4%** |
| DMLP - Lei 12.671/98 | - | 52.304.770,71 | 52.304.770,71 | 0,2% |
| Lei Fed. 8.727/93 - COHAB/PMSP | 64.297.798,39 | 382.443.987,13 | 446.741.785,52 | 1,6% |
| Refinanciamento MP 2.185-35/2001 | 1.964.460.112,61 | 25.362.501.664,61 | 27.326.961.777,22 | 95,6% |
| **Caixa Econômica Federal** | **6.360.974,00** | **73.630.261,07** | **79.991.235,07** | **0,3%** |
| PNAFM Segunda Fase | 6.360.974,00 | 63.609.740,07 | 69.970.714,07 | 0,2% |
| PNAFM 2ª Fase - 2ª Etapa | - | 10.020.521,00 | 10.020.521,00 | 0,0% |
| **BNDES** | **22.942.033,68** | **50.415.076,44** | **73.357.110,12** | **0,3%** |
| Prog. Impl. Transportes Urb. 2ª Etapa - Lei 13.609/03 | 4.101.069,82 | - | 4.101.069,82 | 0,0% |
| PMAT - II | 18.840.963,86 | 50.415.076,44 | 69.256.040,30 | 0,2% |
| **Santander** | **6.166.666,68** | **123.833.333,32** | **130.000.000,00** | **0,5%** |
| Programa Asfalto Novo - Lei 16.757/2017 | 2.000.000,00 | 28.000.000,00 | 30.000.000,00 | 0,1% |
| Programa Hab Casa da Família - Lei 16.757/2017 | 4.166.666,68 | 95.833.333,32 | 100.000.000,00 | 0,3% |
| **EXTERNA** | **140.917.459,42** | **325.955.705,78** | **466.873.165,20** | **1,6%** |
| **BID** | **140.917.459,42** | **325.955.705,78** | **466.873.165,20** | **1,6%** |
| 849/OC-BR PROCAV II - BID II | 79.758.781,64 | 39.879.390,53 | 119.638.172,17 | 0,4% |
| 938/OC-BR PROVER/CINGAPURA - BID III | 39.324.149,78 | 78.648.299,73 | 117.972.449,51 | 0,4% |
| 1479/OC-BR PROCENTRO - BID IV | 21.834.528,00 | 207.428.015,52 | 229.262.543,52 | 0,8% |
| **Total** | **2.205.145.044,78** | **26.371.084.799,06** | **28.576.229.843,84** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e SUTEM/DEDIP/Divisão de Dívidas e Garantias

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº. 12.671/1998);
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna são atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, CDI, URTJLP, UMIPCA e UMSELIC (BNDES), TJLP e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.

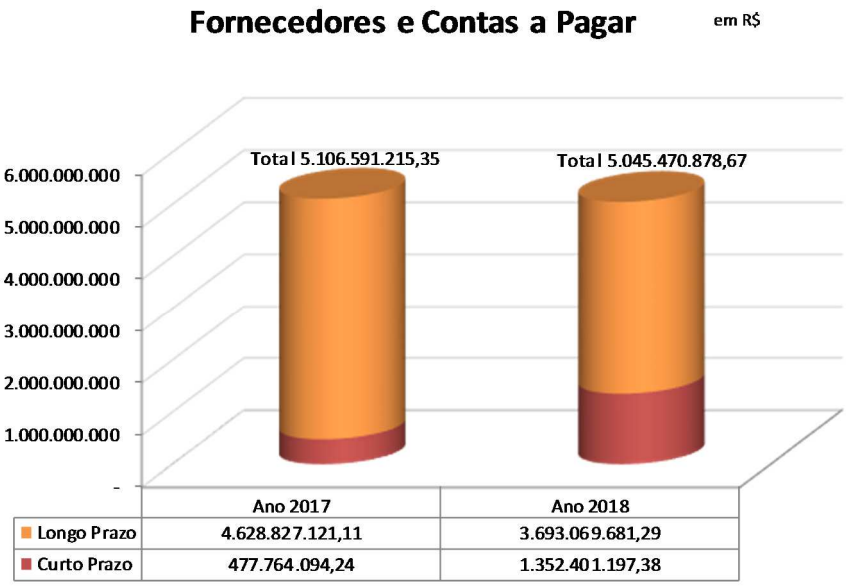
**Fornecedores e Contas a Pagar:** Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Segue a comparação dos fornecedores e contas a pagar entre os exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Fornecedores e Contas a Pagar | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 477.764.094,24 | 1.352.401.197,38 | 183,1% |
| Longo Prazo | 4.628.827.121,11 | 3.693.069.681,29 | -20,2% |
| **Total** | **5.106.591.215,35** | **5.045.470.878,67** | **-1,2%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, os "Fornecedores e Contas a Pagar" de curto prazo apresentaram um aumento de 183,1% em relação ao ano anterior, enquanto no longo prazo houve uma redução de 20,2%. As principais variações deste grupo decorrem de lançamentos nas contas "Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais – Regime Especial" referentes a: reclassificações do longo para o curto prazo; inscrições de precatórios e atualização monetária efetuadas no exercício (constante nos Processos nº 2017-0.039.300-2 e SEI nº. 6021.2018/0007157-5); e baixas por pagamentos efetuados pelo TJSP ou por acordos de precatórios judiciais.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta "Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais" apresenta maior representatividade no grupo de curto e longo prazo, equivalente a 61,2% e 97,4%, respectivamente, conforme tabela a seguir:

em R$

| Fornecedores e Contas a Pagar | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| Fornecedores Nacionais | 455.508.023,68 | 33,7% | 97.507.816,99 | 2,6% |
| Contas a Pagar - Credores Nacionais | 68.682.886,80 | 5,1% | - | 0,0% |
| Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais | 827.337.990,20 | 61,2% | 3.595.561.864,30 | 97,4% |
| Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat. | 872.296,70 | 0,1% | - | 0,0% |
| **Total** | **1.352.401.197,38** | **100,0%** | **3.693.069.681,29** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

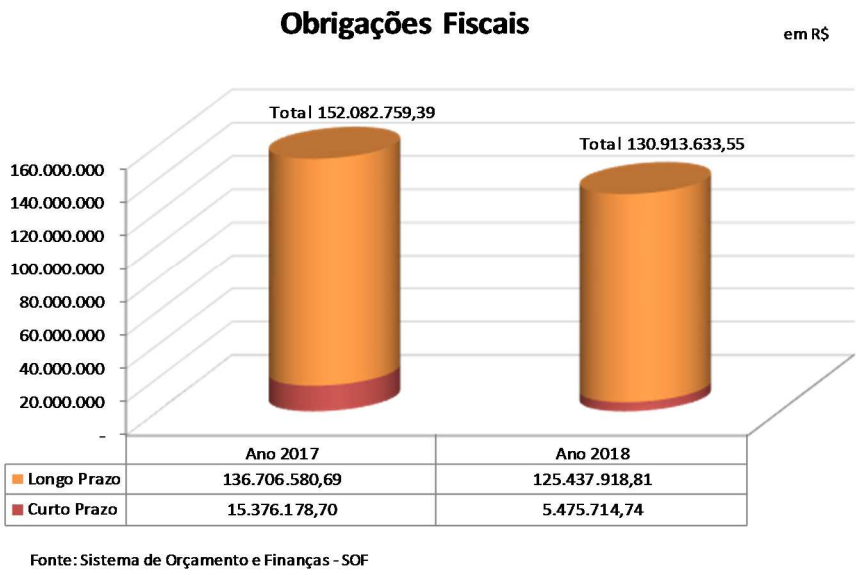
**Obrigações Fiscais:** Compreendem as obrigações do Município relativas a impostos, taxas e contribuições. Neste grupo também estão computados os valores referentes ao parcelamento do PIS/PASEP da PMSP, IPREM, COHAB e FMH.

Segue evolução das obrigações fiscais entre os exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Obrigações Fiscais | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 15.376.178,70 | 5.475.714,74 | -64,4% |
| Longo Prazo | 136.706.580,69 | 125.437.918,81 | -8,2% |
| **Total** | **152.082.759,39** | **130.913.633,55** | **-13,9%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, as “Obrigações Fiscais” de curto prazo apresentaram uma redução de 64,4% e de 8,2% no longo prazo, em relação ao ano anterior. Estas variações ocorreram na empresa COHAB e estão relacionadas aos débitos de PIS e COFINS, detalhados a seguir:

- Regularização de saldo das contas 2.1.4.1.3.10.01.00, relacionada a débitos de PIS e COFINS referente aos exercícios 1999 e 2000, após sentença desfavorável à COHAB em 20/02/2017, conforme processo judicial nº 0015423.83.2005.403.6182, e consequente adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Lei nº 13.496/2017;

- Realização de baixa do saldo da conta 2.2.4.1.3.99.01.00.000 após decisão favorável à COHAB no processo judicial 0043665-13.2009.4.03.6182 e exclusão dos débitos inscritos na dívida ativa da União, conforme inscrições 80.6.09.025030-38 e 80.7.09.005993-88.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que as contas de maior representatividade são as “Obrigações Fiscais com a União” que, no curto prazo, equivalem a 99,7% do grupo e, no longo prazo, equivalem a 85,3% do grupo, conforme tabela a seguir:

em R$

| Obrigações Fiscais | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| Obrigações Fiscais com a União | 5.460.643,88 | 99,7% | 106.996.050,77 | 85,3% |
| Obrigações Fiscais com os Municípios | 15.070,86 | 0,3% | 18.441.868,04 | 14,7% |
| **Total** | **5.475.714,74** | **100,0%** | **125.437.918,81** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

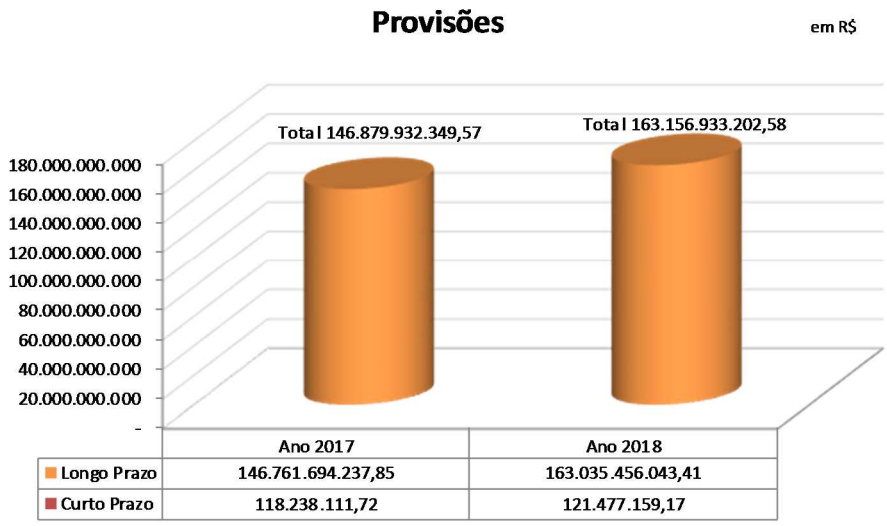
**Provisões:** Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para o Município saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

O grupo "Provisões" é o mais expressivo do passivo não circulante, com representação de 75,9% do total. Segue a evolução das provisões entre os exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Provisões | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 118.238.111,72 | 121.477.159,17 | 2,7% |
| Longo Prazo | 146.761.694.237,85 | 163.035.456.043,41 | 11,1% |
| **Total** | **146.879.932.349,57** | **163.156.933.202,58** | **11,1%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, as provisões de longo prazo apresentaram um aumento de 11,1% em relação ao ano anterior. Este aumento ocorreu no grupo de "Provisões Matemáticas Previdenciárias" na empresa IPREM, em virtude da atualização de R$ 16,3 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam 99,5% das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e

corroboram com a necessidade de cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

A Portaria n° 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente, conforme segue:

em R$

| Provisões | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| Provisões para Riscos Trabalhistas | - | 0,0% | 297.998,53 | 0,0% |
| Provisões Matemáticas Previdenciárias | - | 0,0% | 162.183.015.369,30 | 99,5% |
| Outras Provisões | 121.477.159,17 | 100,0% | 852.142.675,58 | 0,5% |
| **Total** | **121.477.159,17** | **100,0%** | **163.035.456.043,41** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

**Avaliação da Situação Financeira e Atuarial** - O Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM contrata, anualmente, empresa de consultoria com objetivo de fornecer estudo financeiro e atuarial contendo análises estatísticas, resultados, avaliações e parecer atuarial, cujas informações embasam o IPREM na elaboração do DRAA - Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em atendimento às disposições previstas no art. 4º, §2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

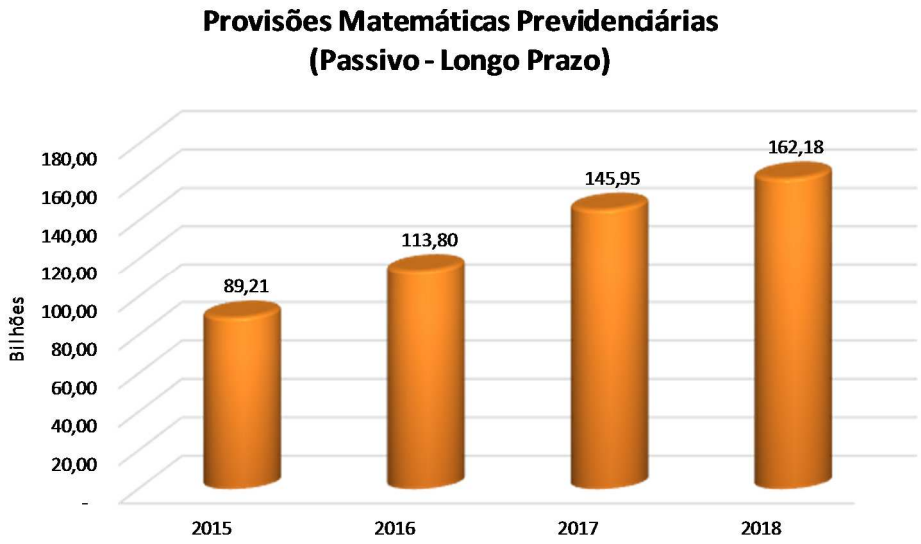
O resultado anual da avaliação atuarial considera as seguintes premissas: a) tábua de mortalidade geral; b) tábua de mortalidade de inválidos; c) tábua de entrada em invalidez; d) taxa de crescimento real de salários; e) taxa de crescimento real de benefícios; f) taxa real de juros; g) hipótese sobre geração futura; h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo; i) hipótese de família média; j) fator de capacidade salarial e de benefícios; k) inflação anual estimada; e l) taxa de rotatividade.

Com base nos relatórios anuais de avaliação atuarial, no exercício de 2015 o IPREM reconheceu o deficit atuarial de R$ 89,2 bilhões e, desde então, efetua atualizações que resultaram em um ajuste acumulado (de 2016 a 2018) de R$ 72,9 bilhões, atingindo o montante de R$ 162,2 bilhões de saldo das provisões matemáticas previdenciárias, abaixo demonstrado:

**Estudos Atuariais - IPREM** em R$

| Período | Provisões Matemáticas Previdenciárias (Passivo - Longo Prazo) | Evolução % | Provisão Inicial e Atualizações do Deficit Atuarial (Despesa) | Relatório de Avaliação Atuarial (Empresa Responsável) |
|---|---|---|---|---|
| 2015 | 89.212.247.515,78 | 100% | 89.212.247.515,78 | Exacttus Consultoria Atuarial |
| 2016 | 113.799.069.194,37 | 28% | 24.586.821.678,59 | Vesting Consultoria Atuarial |
| 2017 | 145.949.250.557,72 | 28% | 32.150.181.363,35 | Vesting Consultoria Atuarial |
| 2018 | 162.183.015.369,30 | 11% | 16.233.764.811,58 | Conde Consultoria Atuarial |
| **Total** | | | **162.183.015.369,30** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF e Portal do IPREM (http://previdencia.prefeitura.sp.gov.br/contas-publicas/)




**Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF**

**Outras Provisões** – A seguir, detalha-se a composição do grupo "Outras Provisões", com destaque às Perdas em Investimento – MEP registradas na PMSP, que correspondem a 36,6% do grupo e aos valores referentes aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID, que equivalem a 35,6% do grupo.

em R$

| Outras Provisões | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| PMSP - Perda em Investimentos - MEP | - | 0,0% | 312.101.586,98 | 36,6% |
| PMSP - CID | 121.477.159,17 | 100,0% | 303.321.728,44 | 35,6% |
| COHAB - Provisão para Impostos Diferidos | - | 0,0% | 61.458.170,65 | 7,2% |
| COHAB - Processos Judiciais Diversos | - | 0,0% | 159.881.774,50 | 18,8% |
| COHAB e FMH - Demais Provisões | - | 0,0% | 15.379.415,01 | 1,8% |
| **Total** | **121.477.159,17** | **100,0%** | **852.142.675,58** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID foram instituídos pela Lei nº 15.413 de 20/07/2011 e regulamentados pelo Decreto nº 52.871 de 22/12/2011, com validade de 10 anos e com possibilidade de serem utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e ISS, exceto de ISS retido na fonte.

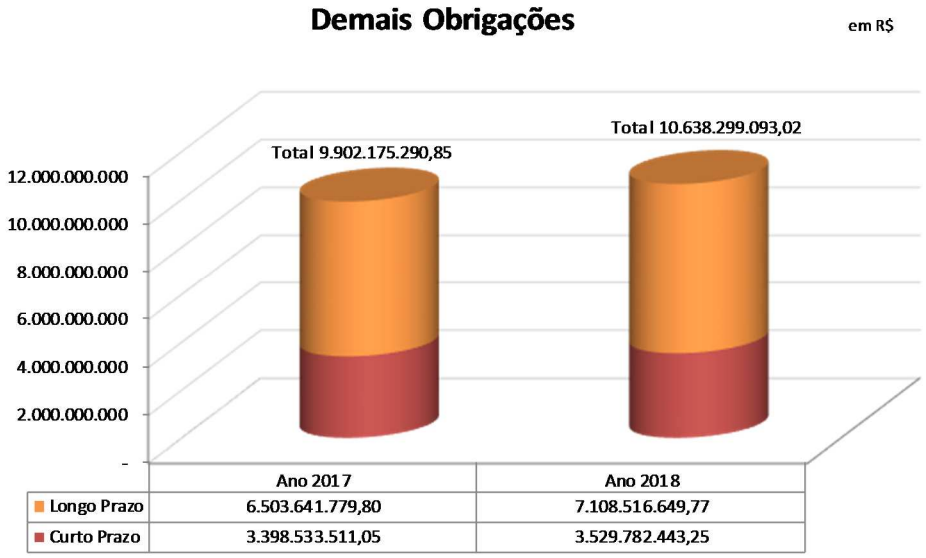
**Demais Obrigações:** Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos grupos anteriores.

Segue a comparação das "Demais Obrigações" entre os exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Demais Obrigações | Ano 2017 | Ano 2018 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Curto Prazo | 3.398.533.511,05 | 3.529.782.443,25 | 3,9% |
| Longo Prazo | 6.503.641.779,80 | 7.108.516.649,77 | 9,3% |
| **Total** | **9.902.175.290,85** | **10.638.299.093,02** | **7,4%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o grupo "Demais Obrigações" é o de maior representatividade no curto prazo, com o percentual de 39,7% do total do Passivo Circulante, sendo que no longo prazo representa 3,3% do total do Passivo Não Circulante. Entre os exercícios de 2017 e 2018, o grupo apresentou aumentos de 3,9% no curto prazo e de 9,3% no longo prazo.

Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

em R$

| Demais Obrigações | Exercício 2018 Curto Prazo | %s/ Total CP | Exercício 2018 Longo Prazo | %s/ Total LP |
|---|---|---|---|---|
| Adiantamentos de Clientes | 59.114.810,25 | 1,7% | - | 0,0% |
| Valores Restituíveis | 3.443.050.449,97 | 97,5% | 7.107.435.582,51 | 100,0% |
| Depósitos Judiciais | 3.039.199.839,58 | 86,1% | 7.091.466.291,22 | 99,8% |
| Consignações | 44.779.762,33 | 1,3% | 11.975.114,71 | 0,2% |
| Outros Valores Restituíveis | 359.070.848,06 | 10,2% | 3.994.176,58 | 0,1% |
| Outras Obrigações | 27.617.183,03 | 0,8% | 1.081.067,26 | 0,0% |
| **Total** | **3.529.782.443,25** | **100,0%** | **7.108.516.649,77** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- **Depósitos Judiciais** - Observa-se que a maior representatividade do grupo "Demais Obrigações" está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo com 86,1% quanto no

longo prazo com 99,8% do total, e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015, sendo que 30% dos depósitos judiciais constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município.

Os depósitos judiciais são valores relacionados a processos judiciais e administrativos, nos quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

- **Outros Valores Restituíveis –** representam 10,2% do grupo "Demais Obrigações" no curto prazo, dentre o qual destacamos as seguintes contas:

  - ✓ **Créditos de Levantamentos Judiciais** - referem-se a créditos que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016, e apresenta um saldo de R$ 74,1 milhões em 2018;

  - ✓ **NF Paulistana – Créditos e Prêmios** – com base nos valores obtidos através do Sistema Nota do Milhão, os saldos contábeis seguem demonstrados no quadro abaixo:

em R$

| | Saldo Inicial | Valor Disponibilizado | Pagamentos Confirmados | Abatimento IPTU | Créditos / Prêmios Expirados | Ajustes | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Crédito (conta 2.1.8.8.1.04.01.01.014.002) | 25.001.791,47 | - | (1.751.680,05) | (1.038.873,09) | (52,61) | - | 22.211.185,72 |
| Prêmio (conta 2.1.8.8.1.04.01.01.014.001) | 1.430.539,11 | 2.000.000,00 | (1.000.010,00) | (112.666,61) | - | - | 2.317.862,50 |
| **Total** | **26.432.330,58** | **2.000.000,00** | **(2.751.690,05)** | **(1.151.539,70)** | **(52,61)** | **-** | **24.529.048,22** |

Fonte: Sistema Nota do Milhão

## Patrimônio Líquido

Corresponde ao valor residual dos ativos do Município depois de deduzidos todos os passivos. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto, que é o caso observado aqui em nosso Município, desde o exercício de 2015.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio/capital social, adiantamento para futuro aumento de capital, reservas e resultados acumulados (segregado o resultado do período dos resultados acumulados de períodos anteriores) e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Passivo a Descoberto do Município em comparação com o exercício anterior:

em R$

| Passivo a Descoberto | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Patrimônio Social e Capital Social | 756.901.559,14 | 756.901.559,14 | 0,0% | -0,6% |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 732.893.843,93 | 736.987.431,93 | -0,6% | -0,6% |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Demais Reservas | 141.160.783,35 | 141.159.029,23 | 0,0% | -0,1% |
| Resultados Acumulados | (123.911.017.232,93) | (101.296.948.865,41) | 22,3% | 101,3% |
| Resultado do Exercício | (28.796.392.546,86) | (26.546.103.195,08) | 8,5% | 23,5% |
| Resultado de Exercícios Anteriores* | (101.296.948.865,41) | (73.892.676.809,11) | 37,1% | 82,8% |
| Ajustes de Exercícios Anteriores* | 6.182.324.179,34 | (858.168.861,22) | -820,4% | -5,1% |
| Superavits ou Deficits Result. de Extinção, Fusão e Cisão | - | - | 0,0% | 0,0% |
| **Total** | **(122.280.061.046,51)** | **(99.661.900.845,11)** | **22,7%** | **100,0%** |

* Saldos apresentados conforme a DMPL, em virtude de ajustes ocorridos nas empresas IPREM, FUNDATEC e FMH.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2018, o Passivo a Descoberto apresentou uma variação de 22,7% em relação a 2018, refletindo negativamente em R$ 22,6 bilhões no total deste grupo. Abaixo, destacam-se as seguintes movimentações ocorridas neste exercício:

- **Resultado do Exercício –** Em 2018, o Município teve um resultado patrimonial consolidado deficitário de R$ 28,8 bilhões frente a R$ 26,5 bilhões em 2017, também deficitário, onde se destacam as principais razões que impactaram neste resultado:
  - ✓ **IPREM** – despesa com atualização de R$ 16,3 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial), no exercício de 2018;
  - ✓ **PMSP** – despesa com ajustes para perdas em Dívida Ativa Tributária no montante de R$ 25,4 bilhões ocorridas no exercício;

- **Ajustes de Exercícios Anteriores –** No exercício de 2018 ocorreu um ajuste positivo de R$ 6,2 bilhões na PMSP, referente ao lançamento de créditos não tributários a receber decorrentes de infrações legais, obtidos através da Secretaria de Mobilidade e Transporte (SMT).

### *Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)*

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido no art. 105 da Lei 4.320/1964 e possui a seguinte estrutura:

em R$

| Ativo (I) | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|---|---|
| Ativo Financeiro | 12.041.136.394,58 | 10.247.182.903,61 |
| Ativo Permanente | 89.283.517.605,16 | 95.301.940.163,59 |

| Passivo (II) | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|---|---|
| Passivo Financeiro | 6.913.934.138,72 | 5.692.776.022,34 |
| Passivo Permanente | 219.005.423.399,95 | 201.587.476.716,65 |
| **Saldo Patrimonial (III) = (I - II)** | **(124.594.703.538,93)** | **(101.731.129.671,79)** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- ✓ Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- ✓ Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- ✓ Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Por este quadro, é possível apurar o superavit financeiro de R$ 5,1 bilhões, resultante da equação: Ativos Financeiros de R$ 12,0 bilhões deduzidos dos Passivos Financeiros de R$ 6,9 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A seguir, detalhamos por empresa o superavit financeiro apurado em 2018:

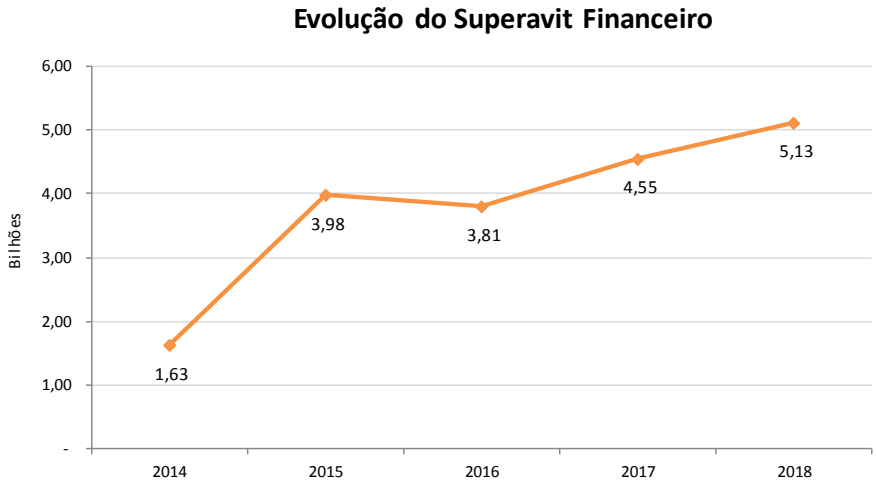
**Superavit/Deficit Financeiro**

em R$

| | |
|---|---|
| **Administração Direta** | **4.995.834.588,71** |
| PMSP | 4.952.202.481,13 |
| CMSP | - |
| TCMSP | - |
| FECAM | 34.529.634,14 |
| FETCM | 9.102.473,44 |
| **Administração Indireta** | **131.367.667,15** |
| HSPM | 13.092.717,69 |
| IPREM | 28.262.494,48 |
| SFMSP | 27.064.208,79 |
| AHM | 28.336.097,18 |
| AMLURB | (76.671.950,33) |
| FUNDATEC | 398.141,16 |
| THEATRO | 1.273.165,93 |
| FMH | 7.119.696,73 |
| COHAB | 102.493.095,52 |
| **Superavit Financeiro do Período** | **5.127.202.255,86** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A evolução deste resultado nos últimos 5 exercícios segue demonstrada no gráfico:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)*

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

em R$

| Atos Potenciais Ativos | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|---|---|
| Garantias e Contragarantias Recebidas | 2.710.783.135,80 | 2.201.879.287,31 |
| Direitos Conveniados e Instrum. Congên. | - | - |
| Direitos Contratuais | - | - |
| Outros Atos Potenciais Ativos | 19.793.883.872,49 | 17.879.615.329,20 |
| **Total** | **22.504.667.008,29** | **20.081.494.616,51** |

| Atos Potenciais Passivos | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|---|---|
| Garantias e Contragarantias Concedidas | 32.469.882.429,28 | 32.517.359.780,07 |
| Obrigações Conveniadas e Instrum. Congê | - | - |
| Obrigações Contratuais | 27.884.933.488,28 | 9.091.284.258,92 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | 1.149.330.200,00 | 600.899.107,65 |
| **Total** | **61.504.146.117,56** | **42.209.543.146,64** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais ativos, aproximadamente 76% correspondem a tributos lançados a arrecadar. Do total dos atos potenciais passivos, aproximadamente 53% correspondem a garantias e contragarantias concedidas e 45% a obrigações contratuais.

### *Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)*

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superavit ou deficit financeiro por fonte e destinação de recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8° e 50 da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

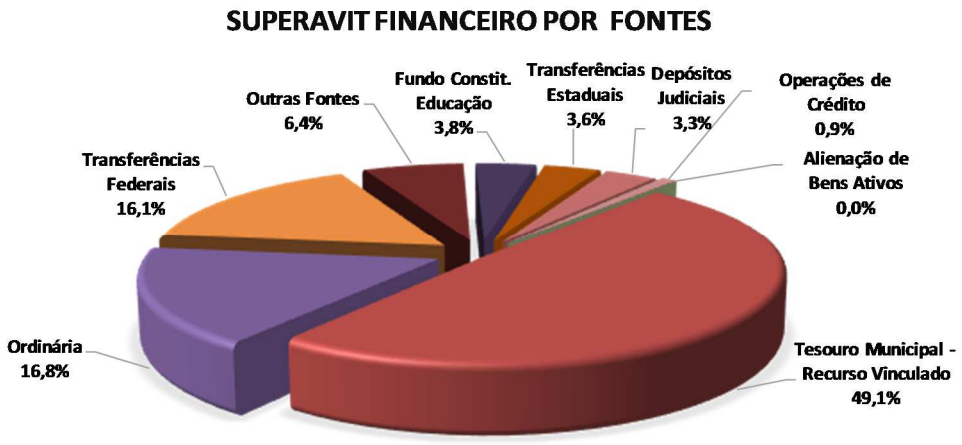
Superavit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; deficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

A tabela e o gráfico que seguem demonstram a composição do superavit financeiro de 2018:

em R$

| Fontes de Recursos | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ordinária** | **859.178.367,31** | **1.673.799.725,24** | **-48,7%** | **16,8%** |
| **Vinculada** | **4.268.023.888,55** | **2.880.607.156,03** | **48,2%** | **83,2%** |
| Operações de Crédito | 48.165.379,28 | 46.793.282,28 | 2,9% | 0,9% |
| Transferências Federais | 827.712.035,38 | 341.204.304,05 | 142,6% | 16,1% |
| Transferências Estaduais | 182.631.425,93 | 185.347.940,67 | -1,5% | 3,6% |
| Fundo Constitucional de Educação | 195.314.302,55 | 17.056.600,86 | 1045,1% | 3,8% |
| Outras Fontes | 326.948.657,10 | 268.292.628,31 | 21,9% | 6,4% |
| Receita Condicionada | - | - | 0,0% | 0,0% |
| Tesouro Municipal - Recurso Vinculado | 2.518.192.430,33 | 2.021.912.399,86 | 24,5% | 49,1% |
| Alienação de Bens Ativos | 339.508,77 | - | 100,0% | 0,0% |
| Depósitos Judiciais | 168.720.149,21 | - | 100,0% | 3,3% |
| Recursos Extraorçamentários | - | - | 0,0% | 0,0% |
| **Total** | **5.127.202.255,86** | **4.554.406.881,27** | **12,6%** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Índices do Balanço Patrimonial*

**Liquidez Imediata (LI):** Indica a capacidade financeira de o Município honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e bancos.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Liquidez Imediata (LI)** | Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante | = | 8.060.575.421,07 / 8.889.857.193,88 | = | **0,91** |

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou um índice de liquidez imediata 0,91, menor que 1, representando que o Caixa e Equivalentes foram quase suficientes para suportar o Passivo Circulante.

Entretanto, a PMSP possui em seu Passivo Circulante o saldo de R$ 3,03 bilhões referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais e Administrativos (LC 151/2015), e o valor de R$ 677 milhões referente às contas I e II mantidas no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para pagamento de precatórios, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa. Assim, apresentamos o índice de Liquidez Imediata de 1,56 recalculado:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Liquidez Imediata (Recalculada)** | Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante * | = | 8.060.575.421,07 / 5.173.074.324,31 | = | **1,56** |

* Passivo Circulante deduzido dos saldos de R$ 3.039.199.839,58 referente ao Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (LC nº 151/2015) e de R$ 677.583.029,99 referente aos recursos custodiados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP para pagamento de precatórios relativos à EC62/09, cujas obrigações não serão pagas com recursos do caixa.

**Liquidez Corrente (LC)**: Demonstra quanto o Município poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Liquidez Corrente (LC)** | Ativo Circulante / Passivo Circulante | = | 18.852.900.372,66 / 8.889.857.193,88 | = | **2,12** |

Em 2018, o Município apresentou um índice de liquidez corrente de 2,12, representando que o Ativo Circulante é suficiente para suportar o Passivo Circulante.

**Liquidez Seca (LS)**: Demonstra quanto o Município poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Liquidez Seca (LS)** | Ativo Circulante (-) Itens Não Monetários* / Passivo Circulante | = | 18.644.508.245,03 / 8.889.857.193,88 | = | **2,10** |

* Ativo Circulante, deduzidos os Estoques e VPD Pagas Antecipadamente

Em 2018, o índice de liquidez seca foi de 2,10, representando que os recursos circulantes foram suficientes para saldar o Passivo Circulante.

**Liquidez Geral (LG)**: A Liquidez Geral, ou índice de solvência geral, é a medida que demonstra a capacidade do Município honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Liquidez Geral (LG)** | Ativo Circulante (+) Ativo Realizável a LP / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante | = | 71.354.787.852,51 / 223.604.715.046,25 | = | **0,32** |

Em 2018, o índice de liquidez geral apresentado foi de 0,32, representando a insuficiência dos recursos de curto e longo prazo para quitar seus passivos de curto e longo prazo.

**Índice de Solvência (IS)**: Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Índice de Solvência (IS)** | Ativo Circulante (+) Ativo não Circulante / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante | = | 101.324.653.999,74 / 223.604.715.046,25 | = | **0,45** |

O resultado apresentado para o índice de solvência foi de 0,45, no exercício de 2018, representando uma situação deficitária.

**Endividamento Geral (EG)**: Esse índice demonstra o grau de endividamento do Município. Reflete ainda a sua estrutura de capital.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Endividamento Geral (EG)** | Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante / Ativo Total | = | 223.604.715.046,25 / 101.324.653.999,74 | = | **2,21** |

Em 2018, o índice de endividamento geral apresentado foi de 2,21 representando que o Município possui R$ 1,00 de ativo para cada R$ 2,21 de passivo.

**Composição do Endividamento (CE)**: Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Composição do Endividamento (CE)** | Passivo Circulante / Passivo Circulante (+) Passivo não Circulante | = | 8.889.857.193,88 / 223.604.715.046,25 | = | **0,04** |

O resultado apresentado para a composição do endividamento foi de 0,04, no exercício de 2018, representando que apenas 4% do passivo está no curto prazo.

## Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser qualitativas ou quantitativas. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). Cabe ressaltar que VPA e VPD são nomenclaturas utilizadas para definir as receitas e despesas, respectivamente, sob o enfoque patrimonial, sem que sejam confundidas com as receitas e despesas orçamentárias.

O resultado patrimonial apurado deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, tendo em vista que, na condição de ente público, o Município não tem como finalidade a obtenção de lucro, mas sim a finalidade de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

O Município adota o modelo analítico de apresentação das variações patrimoniais.

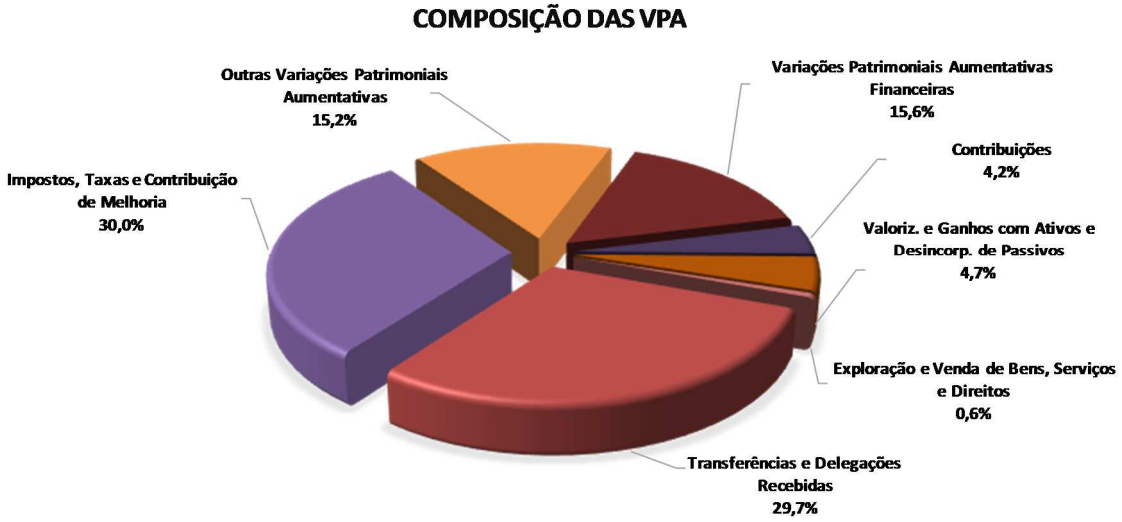
As variações aumentativas e diminutivas que ocorreram no patrimônio do Município no exercício de 2018, bem como o resultado patrimonial do período, estão relacionadas no quadro a seguir:

em R$

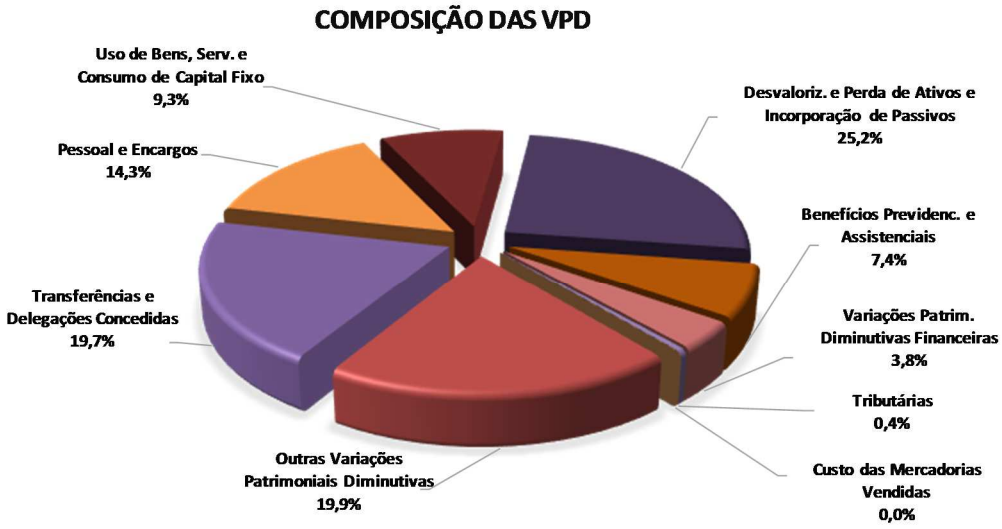
| Descrição | Valor | %s/ Total |
|---|---|---|
| **Variações Patrimoniais Aumentativas** | **94.534.418.372,85** | **100,0%** |
| Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria | 28.346.899.370,54 | 30,0% |
| Contribuições | 3.947.416.822,71 | 4,2% |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 554.834.559,39 | 0,6% |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 14.764.903.462,53 | 15,6% |
| Transferências e Delegações Recebidas | 28.106.597.357,88 | 29,7% |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | 4.426.302.899,82 | 4,7% |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 14.387.463.899,98 | 15,2% |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas** | **(123.330.810.919,71)** | **100,0%** |
| Pessoal e Encargos | (17.622.361.874,43) | 14,3% |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | (9.072.750.201,63) | 7,4% |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | (11.443.422.740,87) | 9,3% |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | (4.668.300.371,02) | 3,8% |
| Transferências e Delegações Concedidas | (24.338.031.864,47) | 19,7% |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | (31.079.527.889,05) | 25,2% |
| Tributárias | (507.859.587,52) | 0,4% |
| Custo das Mercadorias Vendidas | (17.134.518,93) | 0,0% |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | (24.581.421.871,79) | 19,9% |
| **Resultado Patrimonial do Período (Deficit Patrimonial)** | **(28.796.392.546,86)** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Concernente à divisão por grupos de contas, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas ficaram distribuídas, em percentuais, da seguinte forma:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As contas com saldos mais relevantes no grupo "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas" estão apresentadas no quadro abaixo:

em R$

| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | Saldo em 31/12/2018 | Representação % |
|---|---|---|
| PPI em Andamento/Dívida Ativa | 5.342.259.780,36 | 37,1% |
| Inscrição de Dívida Ativa | 4.488.009.461,92 | 31,2% |
| Multas Administrativas* | 1.979.206.226,61 | 13,8% |
| Receita da Dívida Ativa | 876.596.183,36 | 6,1% |
| Almoxarifado- Entradas | 674.147.318,58 | 4,7% |
| Demais | 1.027.244.929,15 | 7,1% |
| **Total** | **14.387.463.899,98** | **100,0%** |

*Valor Liquido (descontadas as deduções)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As contas com saldos mais relevantes no grupo "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" estão apresentadas no quadro abaixo:

em R$

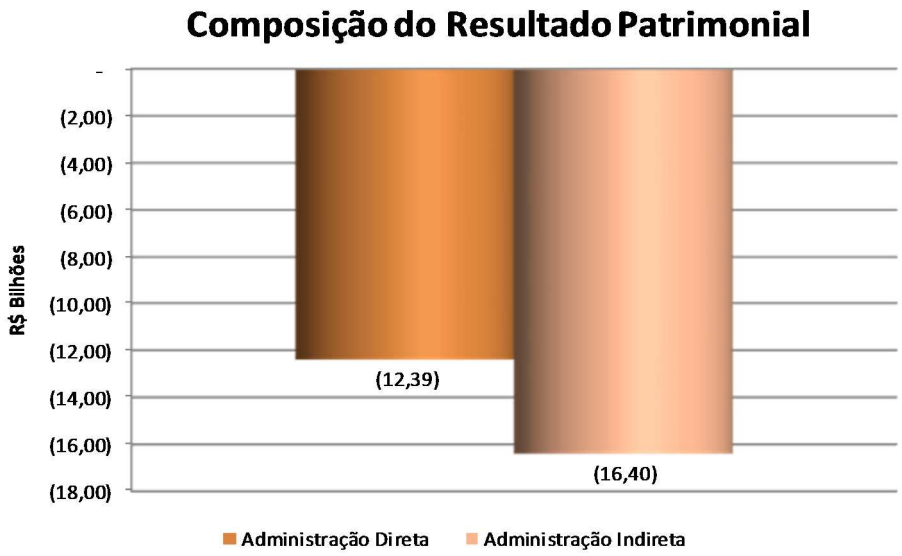
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | Saldo em 31/12/2018 | Representação % |
|---|---|---|
| Provisões Matemáticas Previdenciárias | (16.233.764.811,58) | 66,0% |
| PPI em Andamento/Dívida Ativa | (5.086.085.296,98) | 20,7% |
| Bens Imóveis a Classificar | (1.331.853.269,69) | 5,4% |
| Sentenças Judiciais | (751.144.932,47) | 3,1% |
| Bens em estoque - Entradas a Classificar | (764.083.145,55) | 3,1% |
| Demais | (414.490.415,52) | 1,7% |
| **Total** | **(24.581.421.871,79)** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O resultado patrimonial deficitário de R$ 28,8 bilhões está afetado pelos resultados das entidades da Administração Direta e Indireta, conforme segue na tabela e no gráfico:

| Resultado Patrimonial | em R$ |
|---|---|
| **Administração Direta** | **(12.394.784.018,33)** |
| PMSP | (12.390.742.558,23) |
| CMSP | (9.369.045,36) |
| TCMSP | (145.012,17) |
| FECAM | 6.626.600,66 |
| FETCM | (1.154.003,23) |
| **Administração Indireta** | **(16.401.608.528,53)** |
| HSPM | 6.631.275,02 |
| IPREM | (16.340.145.591,50) |
| SFMSP | 24.476.023,15 |
| AHM | 62.147.842,84 |
| AMLURB | (121.126.733,72) |
| FUNDATEC | (2.218.062,26) |
| THEATRO | 155.671,78 |
| FMH | 17.242.225,20 |
| COHAB | (48.771.179,04) |
| **Resultado Patrimonial do Período (Deficit Patrimonial)** | **(28.796.392.546,86)** |

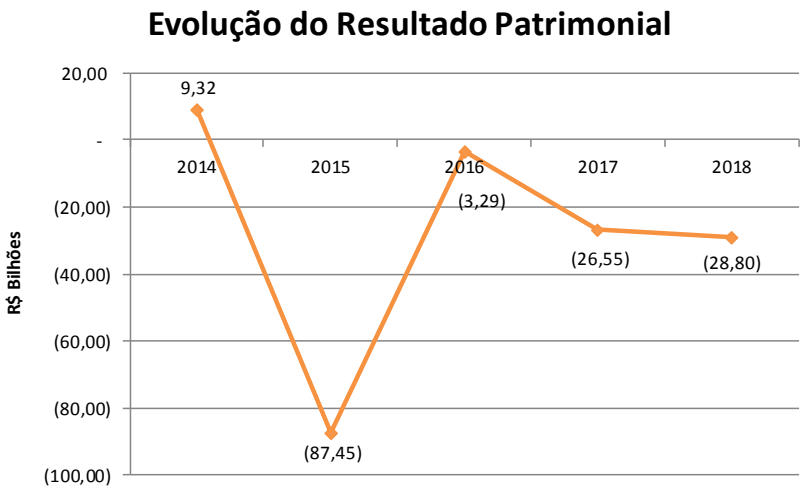
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que o resultado patrimonial deficitário ocorreu tanto na Administração Direta como na Administração Indireta, decorrente notadamente das entidades PMSP, relativo à conta Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Tributária e Não Tributária (R$ 26,1 bilhões) e IPREM, relativo a conta Provisões Matemáticas Previdenciárias (R$ 16,2 bilhões).

A seguir, gráfico com a demonstração da evolução do resultado patrimonial nos últimos 5 exercícios:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

É o resultado da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Em 2018, o Município apresentou o seguinte Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais** | VPA / VPD | = | 94.534.418.372,85 / 123.330.810.919,71 | = **0,77** |

Observa-se que o referido Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi menor do que 1, isso quer dizer que houve R$ 0,77 de VPA para cada R$ 1,00 de VPD realizada, confirmando o resultado patrimonial deficitário apresentado no exercício de 2018 pelo Município.

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade e contém os itens abaixo demonstrados:

1) Ajustes de exercícios anteriores;
2) Transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
3) Superavit ou deficit patrimonial;

4) Destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos; e
5) Outras mutações do patrimônio líquido.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação. No Município, ela demonstra a evolução do patrimônio líquido de todas as entidades que compõem a Administração Direta e Indireta da Prefeitura, inclusive a empresa estatal dependente (COHAB).

No exercício de 2018 a DMPL apresentou os seguintes valores:

em R$

| Especificação | Patrimônio Social/Capital Social | Adiantamento p/ futuro aumento de capital (AFAC) | Reserva de Capital | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ações/Cotas Tesouraria | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos Iniciais | 756.901.559,14 | 736.987.431,93 | - | - | - | 141.159.029,23 | (101.296.948.865,41) | - | (99.661.900.845,11) |
| Ajustes Ex. Anterior | | | | | | | 6.182.324.179,34 | | 6.182.324.179,34 |
| Aumento Capital | | | | | | | | | - |
| Resultado Exercício | | (4.093.588,00) | | | | | (28.796.392.546,86) | | (28.800.486.134,86) |
| Constituição/Reversão de Reservas | | | | | | 1.754,12 | | | 1.754,12 |
| **Saldos Finais** | **756.901.559,14** | **732.893.843,93** | **-** | **-** | **-** | **141.160.783,35** | **(123.911.017.232,93)** | **-** | **(122.280.061.046,51)** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As mutações ocorridas no exercício de 2018 são decorrentes do deficit de R$ 28,8 bilhões apresentado no resultado patrimonial consolidado do período, que segue detalhado no quadro Resultado Patrimonial, página 53.

A movimentação da conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 4,09 milhões se refere ao estorno realizado no FMH (Fundo Municipal de Habitação). As explicações fornecidas pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, no tocante a este movimento, foram as seguintes:

Foram classificados como AFAC pelo FMH os recursos recebidos, até a data de 31 de dezembro de 2007, da Prefeitura Municipal de São Paulo com destinação específica voltada à execução de programas e projetos habitacionais de interesse social vinculados ao Fundo Municipal de Habitação - FMH. A partir desse exercício, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, aprovado pelo CFC através da NBC TG 07 (R1) os recursos recebidos como Subvenções para Investimentos foram contabilizados em conta específica do passivo circulante sendo transferidos para o resultado do exercício “De Recursos FMH – Lei nº 11.632/94” concomitantemente com o repasse desses valores a terceiros incumbidos de realizar a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda. Em 2018, após batimento do saldo de unidades disponíveis para comercialização (estoques), foi identificada a necessidade de ajuste de 200 unidades no Conjunto Habitacional Nova Jaguaré II, gerando estorno parcial dos valores liberados em 2007. O

procedimento foi realizado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 23 que trata das Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pelo CFC através da NBC TG 23 (R1).

Segue quadro demonstrativo dos Ajustes de Exercícios Anteriores, composto por entidades.

**Ajuste de Exercicios Anteriores** em R$

| | Saldo inicial | movimentação | Saldo final |
|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **830.850.418,82** | **(7.023.649.888,78)** | **(6.192.799.469,96)** |
| PMSP | 824.880.600,42 | (6.892.964.080,32) | (6.068.083.479,90) |
| CMSP | 5.969.818,40 | (138.397.175,08) | (132.427.356,68) |
| TCMSP | | 7.711.366,62 | 7.711.366,62 |
| FECAM | | | |
| FETCM | | | |
| **Administração Indireta** | **27.318.442,40** | **(16.843.151,78)** | **10.475.290,62** |
| HSPM | | | |
| IPREM* | 27.704.042,50 | (27.704.042,50) | - |
| SFMSP | | 102.212,63 | 102.212,63 |
| AHM | (5.701.721,30) | (4.824.595,08) | (10.526.316,38) |
| AMLURB | | (14.168.003,19) | (14.168.003,19) |
| FUNDATEC* | 42.302,86 | (43.442,31) | (1.139,45) |
| THEATRO | | | |
| FMH* | | 13.591.516,61 | 13.591.516,61 |
| COHAB | 5.273.818,34 | 16.203.202,06 | 21.477.020,40 |
| **Resultado Patrimonial do Período (Deficit Patrimonial)** | **858.168.861,22** | **(7.040.493.040,56)** | **(6.182.324.179,34)** |

* Saldos apresentados conforme a DMPL, em virtude de ajustes ocorridos nas empresas IPREM, FUNDATEC e FMH.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Observa-se que na PMSP houve a maior movimentação de R$ 6,9 bilhões. Para atendimento aos prazos de implantação dos procedimentos patrimoniais da Portaria STN nº 548/2015, relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, exceto tributários, previdenciários e contribuições, foi contabilizado o montante de R$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito a receber, sendo lançado contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de obter detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e aos de exercícios anteriores.

# Análise Financeira

## Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro, nos termos do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira da entidade do setor público, demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Segue demonstrada, de forma sintética, a movimentação financeira consolidada da PMSP referente ao exercício de 2018:

### Ingressos

#### *Saldo do Exercício Anterior*

Representa os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, provenientes do exercício anterior.

As disponibilidades existentes no início do exercício de 2018 apresentavam o montante de R$ 9,7 bilhões, correspondentes aos saldos das contas de Caixa e Equivalentes de Caixa, dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e das Aplicações do RPPS, sendo que a parcela da Administração Direta representa 93,1% e a da Administração Indireta 6,9%, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Saldo do Exercício Anterior | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 6.318.355.225,89 | 626.115.185,78 | 6.944.470.411,67 | 71,0% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 2.785.200.380,73 | - | 2.785.200.380,73 | 28,5% |
| Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS | - | 45.908.871,53 | 45.908.871,53 | 0,5% |
| **Total** | **9.103.555.606,62** | **672.024.057,31** | **9.775.579.663,93** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **93,1%** | **6,9%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Receita Orçamentária*

Correspondem às disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, devidamente classificadas na forma da legislação vigente e integram o orçamento público.

As receitas ordinárias compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, e as receitas vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2018 alcançaram o montante de R$ 54,3 bilhões, sendo que as da Administração Direta representam 92,7% e as da Administração Indireta 7,3%, cuja distribuição por fonte de recurso segue demonstrada:

em R$

| Receita Orçamentária | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ordinária** | **39.340.984.934,49** | **3.689.051.278,14** | **43.030.036.212,63** | **79,2%** |
| Tesouro Municipal | 39.340.984.934,49 | - | 39.340.984.934,49 | 72,4% |
| Recursos Próprios da Administração Indireta | - | 3.632.217.740,92 | 3.632.217.740,92 | 6,7% |
| Recursos Próprios da Empresa Dependente | - | 56.833.537,22 | 56.833.537,22 | 0,1% |
| **Vinculada** | **11.004.966.243,26** | **303.009.809,35** | **11.307.976.052,61** | **20,8%** |
| Operações de Crédito | 150.250.670,61 | - | 150.250.670,61 | 0,3% |
| Transferências Federais | 3.099.598.896,45 | 88.110.821,31 | 3.187.709.717,76 | 5,9% |
| Transferências Estaduais | 576.400.753,23 | - | 576.400.753,23 | 1,1% |
| Fundo Constitucional de Educação | 4.084.349.985,52 | - | 4.084.349.985,52 | 7,5% |
| Outras Fontes | 25.514.225,97 | 206.292,38 | 25.720.518,35 | 0,0% |
| Tesouro Municipal - Recurso Vinculado | 2.469.538.117,96 | 214.562.095,66 | 2.684.100.213,62 | 4,9% |
| Alienação de Bens Ativos | 13.463.614,04 | 130.600,00 | 13.594.214,04 | 0,0% |
| Depósitos Judiciais | 585.849.979,48 | - | 585.849.979,48 | 1,1% |
| **Total** | **50.345.951.177,75** | **3.992.061.087,49** | **54.338.012.265,24** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **92,7%** | **7,3%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No quadro acima, a fonte Tesouro Municipal – recursos ordinários tem a maior representatividade em relação ao total da receita arrecadada consolidada, correspondendo a 72,4%.

As fontes Alienação de Bens Ativos e Depósitos Judiciais (vinculadas) foram criadas no exercício de 2018, visando, respectivamente:

- Identificar a origem e aplicação dos recursos provenientes da alienação de ativos, observando a vedação do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- Identificar a origem e aplicação dos recursos provenientes da transferência de 70% dos depósitos judiciais nos quais o Município é parte, nos termos da Lei Complementar nº 151/2015.

Entre os exercícios de 2017 e 2018, a arrecadação das receitas orçamentárias apresentou uma variação positiva total de 5%, correspondendo a um aumento de 3,4% nas receitas ordinárias e de 11,6% nas receitas vinculadas, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Receita Orçamentária | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Ordinária | 43.030.036.212,63 | 41.633.205.673,33 | 3,4% |
| Vinculada | 11.307.976.052,61 | 10.134.880.112,70 | 11,6% |
| **Total** | **54.338.012.265,24** | **51.768.085.786,03** | **5,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Receita Orçamentária no Balanço Financeiro apresenta-se pelo valor líquido, considerando as receitas dedutoras e as desvinculadas (Decreto Municipal nº 57.380/2016 e alterações). Neste contexto, segue o quadro comparativo do total das deduções da receita por fonte de recurso, entre as ocorridas em 2018 e as no exercício anterior, bem como a demonstração dos valores desvinculados:

em R$

| Deduções por Fonte de Recursos | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Tesouro Municipal | (2.503.745.547,46) | (2.141.728.104,80) | 16,9% |
| Transferências Federais | (699.281,40) | - | 100,0% |
| Tesouro Municipal - Recursos Vinculados | (108.467.229,31) | (101.156.767,94) | 7,2% |
| Outras Fontes | - | (26.100,86) | -100,0% |
| Depósitos Judiciais | (432.569.251,96) | - | 100,0% |
| **Total** | **(3.045.481.310,13)** | **(2.242.910.973,60)** | **35,8%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$

| Desvinculações por Fonte de Recursos | Valor Realizado | Desvinculação (De) | Desvinculação (Para) | Valor Realizado após Desvinculações |
|---|---|---|---|---|
| Tesouro Municipal | 38.562.642.714,74 | (4.316.211,79) | 782.658.431,54 | 39.340.984.934,49 |
| Operações de Crédito | 150.250.670,61 | | | 150.250.670,61 |
| Transferências Federais | 3.099.598.896,45 | | | 3.099.598.896,45 |
| Transferências Estaduais | 576.400.753,23 | | | 576.400.753,23 |
| Fundo Constitucional da Educação | 4.084.349.985,52 | | | 4.084.349.985,52 |
| Outras Fontes | 32.248.856,27 | (6.734.630,30) | | 25.514.225,97 |
| Tesouro Municipal - Recursos Vinculados | 3.229.947.380,90 | (771.607.589,45) | | 2.458.339.791,45 |
| Alienação de Bens/Ativos | 13.463.614,04 | | | 13.463.614,04 |
| Depósitos Judiciais | 585.849.979,48 | | | 585.849.979,48 |
| **Total** | **50.334.752.851,24** | **(782.658.431,54)** | **782.658.431,54** | **50.334.752.851,24** |

Fonte: Portaria SF nº 220, de 27 de julho de 2018 e Portaria SF nº 22, de 21 de janeiro de 2019

## *Transferências Financeiras Recebidas*

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

As transferências financeiras recebidas em 2018 totalizaram R$ 10,1 bilhões, sendo que as recebidas pela Administração Direta representam 7,59% e as recebidas pela Administração Indireta 92,4%, conforme quadro a seguir detalhado por empresa:

em R$

| Transferências Financeiras Recebidas | Para Execução Orçamentária | Independentes de Execução Orçamentária | Para Aportes de Recursos para o RPPS | Total | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **764.674.919,21** | **7.160.839,02** | **-** | **771.835.758,23** | **7,59%** |
| Prefeitura do Município de São Paulo | - | 7.160.839,02 | - | 7.160.839,02 | 0,1% |
| Câmara Municipal | 517.674.919,21 | - | - | 517.674.919,21 | 5,1% |
| Tribunal de Contas do Município de São Paulo | 247.000.000,00 | | | 247.000.000,00 | 2,4% |
| Fundo Especial de Despesas da CMSP | - | - | - | - | 0,0% |
| Fundo Especial de Despesas do TCMSP | - | - | - | - | 0,0% |
| **Administração Indireta** | **3.905.562.342,01** | **-** | **5.497.520.833,76** | **9.403.083.175,77** | **92,4%** |
| Hospital do Servidor Público Municipal | 283.781.079,22 | - | - | 283.781.079,22 | 2,8% |
| Instituto de Previdência Municipal de São Paulo | - | - | 5.497.520.833,76 | 5.497.520.833,76 | 54,0% |
| Serviço Funerário do Município de São Paulo | - | - | - | - | 0,0% |
| Autarquia Hospitalar Municipal | 1.444.391.938,36 | - | - | 1.444.391.938,36 | 14,2% |
| Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU | 1.962.452.997,71 | - | - | 1.962.452.997,71 | 19,3% |
| Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura | 12.234.004,83 | - | - | 12.234.004,83 | 0,1% |
| Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo | 58.681.849,14 | - | - | 58.681.849,14 | 0,6% |
| Fundação Theatro Municipal de São Paulo | 129.641.729,73 | - | - | 129.641.729,73 | 1,3% |
| Fundo Municipal de Habitação - COHAB | 14.378.743,02 | - | - | 14.378.743,02 | 0,1% |
| **Total** | **4.670.237.261,22** | **7.160.839,02** | **5.497.520.833,76** | **10.174.918.934,00** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Recebimentos Extraorçamentários*

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros.

Os recebimentos desta natureza, inclusive a inscrição de restos a pagar, somaram R$ 40,7 bilhões no exercício de 2018, apresentando uma redução de 24,9%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Recebimentos Extraorçamentários | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 2.324.206.013,36 | 2.079.310.055,88 | 11,8% |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 430.104.650,84 | 332.511.239,20 | 29,4% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 4.986.303.663,31 | 5.010.596.707,73 | -0,5% |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 32.951.717.233,61 | 46.784.297.070,25 | -29,6% |
| **Total** | **40.692.331.561,12** | **54.206.715.073,06** | **-24,9%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A variação constatada no item Outros Recebimentos Extraorçamentários deve-se à mudança de tratamento no registro dos valores arrecadados e não recolhidos, que, até 2017, eram considerados ingressos extraorçamentários na arrecadação e pagamentos extraorçamentários no recolhimento. A partir de 2018, passaram a movimentar o Subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme previsão no PCASP.

Segregando os recebimentos extraorçamentários do exercício de 2018, observa-se, no quadro abaixo, que ingressou 96,4% na Administração Direta e, na Administração Indireta, 3,6% do total.

em R$

| Recebimentos Extraorçamentários | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Inscrição de Restos a Pagar** | **2.244.532.617,46** | **509.778.046,74** | **2.754.310.664,20** | **6,8%** |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 2.008.087.678,25 | 316.118.335,11 | 2.324.206.013,36 | 5,7% |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 236.444.939,21 | 193.659.711,63 | 430.104.650,84 | 1,1% |
| **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** | **4.309.063.442,69** | **677.240.220,62** | **4.986.303.663,31** | **12,3%** |
| **Outros Recebimentos Extraorçamentários** | **32.663.534.073,99** | **288.183.159,62** | **32.951.717.233,61** | **81,0%** |
| **Total** | **39.217.130.134,14** | **1.475.201.426,98** | **40.692.331.561,12** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **96,4%** | **3,6%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A inscrição em Restos a Pagar no exercício de 2018 totalizou R$ 2,8 bilhões e está segregada em Restos a Pagar Não Processados (Não Liquidados a Pagar) no valor de R$ 2,3 bilhões e em Restos a Pagar Processados (Liquidados a Pagar) no valor líquido de R$ 430 milhões.

O quadro abaixo apresenta os valores inscritos em restos a pagar por órgão, em ordem decrescente de relevância:

| | | Total Liquidado a Pagar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Cód.** | **Órgão** | **Liquidado a Pagar (Valores Brutos) ( a )** | **( - ) Valor das Retenções ( b )** | **Liquidado a Pagar (Valores Líquidos) ( c ) = ( a - b )** | **Não Liquidado a Pagar ( d )** | **Saldo a Pagar ( e ) = ( c + d )** | **% S/Total** |
| 16 | Secretaria Municipal de Educação | 62.512.774,55 | 2.089.200,94 | 60.423.573,61 | 856.526.852,74 | 916.950.426,35 | 33,3% |
| 84 | Fundo Municipal de Saúde | 32.095.409,41 | 936.336,13 | 31.159.073,28 | 382.617.930,01 | 413.777.003,29 | 15,0% |
| 81 | Autoridade Municipal de Limpeza Urbana | 190.492.937,48 | 17.461.538,94 | 173.031.398,54 | 163.447.180,81 | 336.478.579,35 | 12,2% |
| 28 | Encargos Gerais do Município | 37.983.480,31 | - | 37.983.480,31 | 91.476.147,48 | 129.459.627,79 | 4,7% |
| 1 | Autarquia Hospitalar Municipal | 11.758.067,63 | 801.323,64 | 10.956.743,99 | 109.818.841,03 | 120.775.585,02 | 4,4% |
| 87 | Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito | 37.298.925,11 | 1.176.181,81 | 36.122.743,30 | 66.129.775,50 | 102.252.518,80 | 3,7% |
| 86 | Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infra. | 2.550.651,92 | 48.853,57 | 2.501.798,35 | 88.466.958,34 | 90.968.756,69 | 3,3% |
| 12 | Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais | 8.039.216,35 | 292.583,91 | 7.746.632,44 | 65.207.059,09 | 72.953.691,53 | 2,6% |
| 37 | Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento | 1.217.905,77 | - | 1.217.905,77 | 43.438.891,10 | 44.656.796,87 | 1,6% |
| 25 | Secretaria Municipal de Cultura | 4.205.893,86 | 54.853,56 | 4.151.040,30 | 32.962.290,16 | 37.113.330,46 | 1,3% |
| 98 | Fundo de Desenvolvimento Urbano | 2.096.821,00 | 9.164,36 | 2.087.656,64 | 34.777.247,27 | 36.864.903,91 | 1,3% |
| 22 | Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras | 10.198.124,86 | - | 10.198.124,86 | 24.057.868,57 | 34.255.993,43 | 1,2% |
| 11 | Secretaria do Governo Municipal | 3.821.746,05 | 24.753,67 | 3.796.992,38 | 29.677.760,46 | 33.474.752,84 | 1,2% |
| 93 | Fundo Municipal de Assistência Social | 6.599.385,76 | 489.416,03 | 6.109.969,73 | 20.128.320,50 | 26.238.290,23 | 1,0% |
| 17 | Secretaria Municipal da Fazenda | 2.001.601,42 | 4.978,56 | 1.996.622,86 | 17.995.312,66 | 19.991.935,52 | 0,7% |
| 19 | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer | 874.690,42 | 945,22 | 873.745,20 | 16.947.143,25 | 17.820.888,45 | 0,6% |
| 20 | Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes | 82.565,77 | - | 82.565,77 | 16.261.932,61 | 16.344.498,38 | 0,6% |
| 9 | Câmara Municipal de São Paulo | 6.460.674,15 | 59.167,50 | 6.401.506,65 | 9.783.599,75 | 16.185.106,40 | 0,6% |
| 2 | Hospital do Servidor Público Municipal | 4.966.618,14 | 174.804,89 | 4.791.813,25 | 10.330.448,85 | 15.122.262,10 | 0,5% |
| 14 | Secretaria Municipal de Habitação | 2.032.744,89 | 8.471,08 | 2.024.273,81 | 12.862.020,36 | 14.886.294,17 | 0,5% |
| 94 | Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenv. Sust. | - | - | - | 14.697.795,03 | 14.697.795,03 | 0,5% |
| 38 | Secretaria Municipal de Segurança Urbana | 280.844,02 | - | 280.844,02 | 11.676.515,82 | 11.957.359,84 | 0,4% |
| 99 | Fundo Municipal de Iluminação Pública | 11.736,58 | - | 11.736,58 | 11.552.995,91 | 11.564.732,49 | 0,4% |
| 83 | Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo | 587.224,88 | 127.542,77 | 459.682,11 | 9.798.963,52 | 10.258.645,63 | 0,4% |
| 23 | Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia | 2.547.646,36 | 418,58 | 2.547.227,78 | 7.403.453,36 | 9.950.681,14 | 0,4% |
| 27 | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | 118.904,22 | 11.334,48 | 107.569,74 | 8.927.624,11 | 9.035.193,85 | 0,3% |
| 58 | Prefeitura Regional M´Boi Mirim | 508.915,61 | 16.977,72 | 491.937,89 | 7.921.412,89 | 8.413.350,78 | 0,3% |
| 34 | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania | 547.705,62 | 26.188,84 | 521.516,78 | 7.585.271,70 | 8.106.788,48 | 0,3% |
| 4 | Serviço Funerário do Município de São Paulo | 1.775.667,76 | 58.882,66 | 1.716.785,10 | 6.292.404,14 | 8.009.189,24 | 0,3% |
| 13 | Secretaria Municipal de Gestão | 124.057,29 | 682,64 | 123.374,65 | 6.968.124,12 | 7.091.498,77 | 0,3% |
| 10 | Tribunal de Contas do Município de São Paulo | 850.931,43 | - | 850.931,43 | 6.234.568,58 | 7.085.500,01 | 0,3% |

| Cód. | Órgão | Total Liquidado a Pagar | | | Não Liquidado a Pagar ( d ) | Saldo a Pagar ( e ) = ( c + d ) | % S/Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Liquidado a Pagar (Valores Brutos) ( a ) | ( - ) Valor das Retenções ( b ) | Liquidado a Pagar (Valores Líquidos) ( c ) = ( a - b ) | | | |
| 91 | Fundo Municipal de Habitação | 1.539.202,79 | 175.582,81 | 1.363.619,98 | 5.554.972,91 | 6.918.592,89 | 0,3% |
| 3 | Instituto de Previdência Municipal de São Paulo | 565.520,21 | 17.275,54 | 548.244,67 | 5.890.372,74 | 6.438.617,41 | 0,2% |
| 90 | Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adol. | 152.288,07 | - | 152.288,07 | 5.910.130,31 | 6.062.418,38 | 0,2% |
| 57 | Subprefeitura Campo Limpo | 2.026.265,92 | 6.407,74 | 2.019.858,18 | 3.997.375,05 | 6.017.233,23 | 0,2% |
| 61 | Prefeitura Regional Penha | 8.959,50 | - | 8.959,50 | 5.884.020,87 | 5.892.980,37 | 0,2% |
| 49 | Subprefeitura Sé | 1.238.879,51 | 42.835,31 | 1.196.044,20 | 4.670.605,70 | 5.866.649,90 | 0,2% |
| 70 | Prefeitura Regional São Mateus | 2.870.624,86 | 63.388,36 | 2.807.236,50 | 2.358.192,74 | 5.165.429,24 | 0,2% |
| 43 | Subprefeitura Freguesia/Brasilândia | 654.821,67 | 19.449,44 | 635.372,23 | 4.423.373,60 | 5.058.745,83 | 0,2% |
| 24 | Secretaria Municipal de Assistência e Desenv. Social | 1.236.804,41 | 43.451,62 | 1.193.352,79 | 3.825.278,66 | 5.018.631,45 | 0,2% |
| 54 | Prefeitura Regional Santo Amaro | 18.679,06 | - | 18.679,06 | 4.644.204,67 | 4.662.883,73 | 0,2% |
| 21 | Procuradoria Geral do Município de São Paulo | 96.473,41 | 303,57 | 96.169,84 | 4.321.021,24 | 4.417.191,08 | 0,2% |
| 73 | Secretaria Municipal de Turismo | - | - | - | 4.396.376,18 | 4.396.376,18 | 0,2% |
| 42 | Subprefeitura de Pirituba/Jaraguá | 590.698,92 | 25.188,46 | 565.510,46 | 3.830.721,67 | 4.396.232,13 | 0,2% |
| 80 | Fundação Paulistana de Educação Tecn. e Cultura | 515.123,73 | 60.027,78 | 455.095,95 | 3.869.120,41 | 4.324.216,36 | 0,2% |
| 59 | Prefeitura Regional Socorro | 27.123,18 | - | 27.123,18 | 4.147.673,94 | 4.174.797,12 | 0,2% |
| 66 | Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão | 1.350.952,30 | 61.204,57 | 1.289.747,73 | 2.804.300,91 | 4.094.048,64 | 0,1% |
| 30 | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico | 196.996,03 | 13.707,20 | 183.288,83 | 3.793.085,96 | 3.976.374,79 | 0,1% |
| 56 | Subprefeitura Cidade Ademar | 647.930,18 | 2.222,60 | 645.707,58 | 3.304.006,31 | 3.949.713,89 | 0,1% |
| 53 | Prefeitura Regional Ipiranga | 43.548,18 | 2.619,70 | 40.928,48 | 3.839.196,67 | 3.880.125,15 | 0,1% |
| 71 | Prefeitura Regional Cidade Tiradentes | 178.141,96 | 979,47 | 177.162,49 | 3.289.777,78 | 3.466.940,27 | 0,1% |
| 65 | Subprefeitura Mooca | 565.211,15 | 34.336,38 | 530.874,77 | 2.821.278,71 | 3.352.153,48 | 0,1% |
| 40 | Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias | 17.790,22 | 1.199,00 | 16.591,22 | 3.272.748,52 | 3.289.339,74 | 0,1% |
| 50 | Prefeitura Regional Butantã | 242.497,07 | 15.434,64 | 227.062,43 | 2.918.945,33 | 3.146.007,76 | 0,1% |
| 68 | Prefeitura Regional Guaianases | 353.326,47 | 6.427,80 | 346.898,67 | 2.644.071,57 | 2.990.970,24 | 0,1% |
| 41 | Prefeitura Regional Perus | 1.118.594,09 | 13.078,64 | 1.105.515,45 | 1.839.582,07 | 2.945.097,52 | 0,1% |
| 46 | Subprefeitura Jaçanã/Tremembé | 102.814,69 | - | 102.814,69 | 2.825.424,02 | 2.928.238,71 | 0,1% |
| 47 | Prefeitura Regional Vila Maria/Vila Guilherme | 131.496,03 | - | 131.496,03 | 2.647.966,58 | 2.779.462,61 | 0,1% |
| 52 | Prefeitura Regional Vila Mariana | 190.858,37 | 7.401,59 | 183.456,78 | 2.491.811,72 | 2.675.268,50 | 0,1% |
| 45 | Subprefeitura Santana/Tucuruvi | 237.385,63 | 12.058,87 | 225.326,76 | 2.363.351,75 | 2.588.678,51 | 0,1% |
| 60 | Subprefeitura Parelheiros | 964.667,39 | 12.822,07 | 951.845,32 | 1.634.026,34 | 2.585.871,66 | 0,1% |
| 44 | Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha | 205.861,58 | 9.313,07 | 196.548,51 | 2.367.460,86 | 2.564.009,37 | 0,1% |
| 72 | Prefeitura Regional Sapopemba | 237.969,27 | 4.997,95 | 232.971,32 | 2.143.581,69 | 2.376.553,01 | 0,1% |
| 63 | Prefeitura Regional São Miguel Paulista | 326.475,33 | 17.651,57 | 308.823,76 | 2.051.368,72 | 2.360.192,48 | 0,1% |
| 67 | Subprefeitura Itaquera | 169.869,24 | 1.537,21 | 168.332,03 | 2.086.952,40 | 2.255.284,43 | 0,1% |
| 51 | Subprefeitura de Pinheiros | 52.705,28 | 5.797,58 | 46.907,70 | 1.943.462,34 | 1.990.370,04 | 0,1% |
| 55 | Subprefeitura Jabaquara | 297.086,20 | 5.925,43 | 291.160,77 | 1.636.800,36 | 1.927.961,13 | 0,1% |
| 48 | Subprefeitura Lapa | 351.719,48 | 15.789,07 | 335.930,41 | 1.199.398,95 | 1.535.329,36 | 0,1% |
| 85 | Fundação Theatro Municipal de São Paulo | 353.391,16 | 17.063,12 | 336.328,04 | 1.116.030,70 | 1.452.358,74 | 0,1% |
| 64 | Subprefeitura do Itaim Paulista | 6.148,18 | - | 6.148,18 | 1.414.990,45 | 1.421.138,63 | 0,1% |
| 62 | Subprefeitura Ermelino Matarazzo | 11.008,15 | - | 11.008,15 | 1.371.386,63 | 1.382.394,78 | 0,1% |
| 69 | Subprefeitura Vila Prudente | 20.553,62 | - | 20.553,62 | 1.325.563,97 | 1.346.117,59 | 0,0% |
| 36 | Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência | 37.138,40 | - | 37.138,40 | 1.171.738,08 | 1.208.876,48 | 0,0% |
| 77 | Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas | 3.700,00 | - | 3.700,00 | 718.475,69 | 722.175,69 | 0,0% |
| 76 | Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal SP | 22.109,88 | 327,88 | 21.782,00 | 353.884,95 | 375.666,95 | 0,0% |
| 89 | Fundo Municipal de Esportes e Lazer | - | - | - | 369.998,83 | 369.998,83 | 0,0% |
| 26 | Secretaria Municipal de Justiça | 58.449,25 | 1.019,26 | 57.429,99 | 289.443,57 | 346.873,56 | 0,0% |
| 32 | Controladoria Geral do Município | 13.014,00 | - | 13.014,00 | 274.253,00 | 287.267,00 | 0,0% |
| 31 | Secretaria Municipal de Relações Internacionais | 1.000,00 | 110,00 | 890,00 | 124.645,87 | 125.535,87 | 0,0% |
| 95 | Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais | 500,00 | 55,00 | 445,00 | 60.851,65 | 61.296,65 | 0,0% |
| | **TOTAL GERAL** | **454.696.242,64** | **24.591.591,80** | **430.104.650,84** | **2.324.206.013,36** | **2.754.310.664,20** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Dispêndios

### *Despesa Orçamentária*

Corresponde a toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, conforme MCASP – 7ª edição.

As despesas ordinárias compreendem as de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades e as despesas vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As despesas orçamentárias executadas em 2018 alcançaram o montante de R$ 54,2 bilhões, sendo que a parcela da Administração Direta representa 75,2% e a da Administração Indireta 24,8%, cuja distribuição por fonte de recursos segue demonstrada:

em R$

| Despesa Orçamentária | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ordinária** | **30.327.798.980,56** | **12.871.866.674,85** | **43.199.665.655,41** | **79,8%** |
| Tesouro Municipal | 30.327.798.980,56 | 9.231.720.523,80 | 39.559.519.504,36 | 73,0% |
| Recursos Próprios da Administração Indireta | - | 3.599.269.769,14 | 3.599.269.769,14 | 6,6% |
| Recursos Próprios da Empresa Dependente | - | 40.876.381,91 | 40.876.381,91 | 0,1% |
| **Vinculada** | **10.396.398.429,93** | **561.077.650,33** | **10.957.476.080,26** | **20,2%** |
| Operações de Crédito | 122.428.308,48 | - | 122.428.308,48 | 0,2% |
| Transferências Federais | 2.600.474.095,19 | 284.255.935,41 | 2.884.730.030,60 | 5,3% |
| Transferências Estaduais | 524.785.474,60 | 531.986,11 | 525.317.460,71 | 1,0% |
| Fundo Constitucional de Educação | 3.905.521.542,24 | - | 3.905.521.542,24 | 7,2% |
| Outras Fontes | 69.724.311,47 | 45.475,00 | 69.769.786,47 | 0,1% |
| Tesouro Municipal - Recurso Vinculado | 2.217.801.788,90 | 276.244.253,81 | 2.494.046.042,71 | 4,6% |
| Alienação de Bens Ativos | 15.000.000,00 | - | 15.000.000,00 | 0,0% |
| Depósitos Judiciais | 940.662.909,05 | - | 940.662.909,05 | 1,7% |
| **Total** | **40.724.197.410,49** | **13.432.944.325,18** | **54.157.141.735,67** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **75,2%** | **24,8%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No quadro acima, a fonte Tesouro Municipal – recursos ordinários tem a maior representatividade em relação ao total das despesas executadas consolidada, correspondendo a 73%.

As fontes Alienação de Bens Ativos e Depósitos Judiciais (vinculadas) foram criadas no exercício de 2018, visando, respectivamente:

- Identificar a origem e aplicação dos recursos provenientes da alienação de ativos, observando a vedação do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF);
- Identificar a origem e aplicação dos recursos provenientes da transferência de 70% dos depósitos judiciais nos quais o Município é parte, nos termos da Lei Complementar nº 151/2015.

Entre os exercícios de 2017 e 2018, a execução das despesas orçamentárias apresentou uma variação positiva total de 5,3%, correspondendo a um aumento de 4,3% nas despesas ordinárias e de 9,7% nas despesas vinculadas, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Despesa Orçamentária | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Ordinária | 43.199.665.655,41 | 41.421.365.101,30 | 4,3% |
| Vinculada | 10.957.476.080,26 | 9.992.663.975,78 | 9,7% |
| **Total** | **54.157.141.735,67** | **51.414.029.077,08** | **5,3%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Execução da despesa orçamentária ocorreu da seguinte forma, no exercício de 2018:

em R$

| Despesa Orçamentária | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|
| Empenhada | 40.724.197.410,49 | 13.432.944.325,18 | 54.157.141.735,67 |
| Liquidada | 38.716.109.732,24 | 13.116.825.990,07 | 51.832.935.722,31 |
| Despesas Pagas | 38.473.967.243,38 | 12.904.272.236,29 | 51.378.239.479,67 |
| Não Liquidada a Pagar | 2.008.087.678,25 | 316.118.335,11 | 2.324.206.013,36 |
| Liquidada a Pagar | 242.142.488,86 | 212.553.753,78 | 454.696.242,64 |
| **Saldo a Pagar = Desp. Liquid a Pagar (+) Não Liquidada a Pagar** | **2.250.230.167,11** | **528.672.088,89** | **2.778.902.256,00** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No encerramento do exercício de 2018, a despesa paga consolidada totalizou R$ 51,4 bilhões, restando um saldo a pagar de R$ 2,8 bilhões, apresentado pelos valores brutos (antes das retenções), o qual teve sua inscrição em Restos a Pagar, em conformidade com o artigo 36 da Lei nº 4.320/1964[5].

## *Transferências Financeiras Concedidas*

Compreendem as transferências de recursos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Sua correspondência no ente recebedor, são as Transferências Financeiras Recebidas.

As transferências financeiras concedidas em 2018 totalizaram R$ 10,1 bilhões, sendo que as concedidas pela Administração Direta representam 99,91% e pela Administração Indireta 0,1%, conforme quadro a seguir detalhado por empresa:

em R$

| Transferências Financeiras Concedidas | Para Execução Orçamentária | Independentes de Execução Orçamentária | Para Aportes de Recursos para o RPPS | Total | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **4.668.012.455,05** | **-** | **5.497.520.833,76** | **10.165.533.288,81** | **99,91%** |
| Prefeitura do Município de São Paulo | 4.668.012.455,05 | - | 5.497.520.833,76 | 10.165.533.288,81 | 99,9% |
| Câmara Municipal | - | - | - | - | 0,0% |
| Tribunal de Contas do Município de São Paulo | - | - | - | - | 0,0% |
| Fundo Especial de Despesas da CMSP | - | - | - | - | 0,0% |
| Fundo Especial de Despesas do TCMSP | - | - | - | - | 0,0% |
| **Administração Indireta** | **2.224.806,17** | **7.160.839,02** | **-** | **9.385.645,19** | **0,1%** |
| Hospital do Servidor Público Municipal | - | - | - | - | 0,0% |
| Instituto de Previdência Municipal de São Paulo | - | - | - | - | 0,0% |
| Serviço Funerário do Município de São Paulo | - | - | - | - | 0,0% |
| Autarquia Hospitalar Municipal | - | - | - | - | 0,0% |
| Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU | - | 7.108.545,04 | | 7.108.545,04 | 0,1% |
| Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura | - | - | - | - | 0,0% |
| Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo | 1.262.957,03 | - | - | 1.262.957,03 | 0,0% |
| Fundação Theatro Municipal de São Paulo | - | - | - | - | 0,0% |
| Fundo Municipal de Habitação - COHAB | 961.849,14 | 52.293,98 | - | 1.014.143,12 | 0,0% |
| **Total** | **4.670.237.261,22** | **7.160.839,02** | **5.497.520.833,76** | **10.174.918.934,00** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

[5] Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas"

## *Pagamentos Extraorçamentários*

Compreendem os pagamentos não previstos no orçamento, que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária. Neste grupo são evidenciados os pagamentos relativos a obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários, tais como: devolução de depósitos, repasse a consignante, repasse de valores retidos e pagamentos de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Os pagamentos desta natureza, inclusive de restos a pagar, somaram R$ 38,8 bilhões no exercício de 2018, apresentando uma redução de 25,9%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Pagamentos Extraorçamentários | Exercício 2018 | Exercício 2017 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | 1.405.247.351,92 | 907.840.720,25 | 54,8% |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados | 316.578.811,12 | 239.454.749,27 | 32,2% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 6.664.679.874,16 | 4.497.070.295,50 | 48,2% |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | 30.448.852.605,79 | 46.789.760.835,42 | -34,9% |
| **Total** | **38.835.358.642,99** | **52.434.126.600,44** | **-25,9%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A variação constatada no item Outros Pagamentos Extraorçamentários deve-se à mudança de tratamento no registro dos valores arrecadados e não recolhidos, que, até 2017, eram considerados ingressos extraorçamentários na arrecadação e pagamentos extraorçamentários no recolhimento. A partir de 2018, passaram a movimentar o Subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme previsão no PCASP.

Segregando os pagamentos extraorçamentários totais do exercício de 2018, observa-se, no quadro abaixo, que os pagamentos da Administração Direta representam 96,3% e os da Administração Indireta representam 3,7%.

em R$

| Pagamentos Extraorçamentários | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Pagamentos de Restos a Pagar** | **1.281.243.596,56** | **440.582.566,48** | **1.721.826.163,04** | **4,4%** |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | 1.121.239.292,06 | 284.008.059,86 | 1.405.247.351,92 | 3,6% |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados | 160.004.304,50 | 156.574.506,62 | 316.578.811,12 | 0,8% |
| **Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados** | **5.999.633.339,24** | **665.046.534,92** | **6.664.679.874,16** | **17,2%** |
| **Outros Pagamentos Extraorçamentários** | **30.115.410.439,60** | **333.442.166,19** | **30.448.852.605,79** | **78,4%** |
| **Total** | **37.396.287.375,40** | **1.439.071.267,59** | **38.835.358.642,99** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **96,3%** | **3,7%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Saldo para o Exercício Seguinte*

Compreendem os saldos dos recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo, que se transferem para o início do exercício seguinte.

As disponibilidades existentes no final do exercício de 2018 apresentam o montante de R$ 11,8 bilhões, correspondentes aos saldos das contas Caixa e Equivalentes de Caixa, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Aplicações do RPPS, dentre elas as da Administração Direta representam 94,4% e as da Administração Indireta 5,6%, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Saldo para o Exercício Seguinte | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 | % s/ Total |
|---|---|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7.435.462.180,06 | 625.113.241,01 | 8.060.575.421,07 | 68,2% |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 3.716.992.421,98 | - | 3.716.992.421,98 | 31,5% |
| Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS | - | 35.855.268,58 | 35.855.268,58 | 0,3% |
| **Total** | **11.152.454.602,04** | **660.968.509,59** | **11.813.423.111,63** | **100,0%** |
| **%Participação s/ Consolidado** | **94,4%** | **5,6%** | **100,0%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Resultado da Execução Financeira - Consolidado*

A movimentação de valores ocorrida no Balanço Financeiro possibilita conhecer a situação das disponibilidades do ente público, através da apuração do resultado financeiro do exercício. Os ingressos e os dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

Segue quadro demonstrando a movimentação financeira ocorrida no Balanço Financeiro, no exercício de 2018:

em R$

| Movimentação Financeira | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|
| **Disponível do Exercício (Saldo Inicial)** | **9.103.555.606,62** | **672.024.057,31** | **9.775.579.663,93** |
| ( + ) Receitas Orçamentárias | 50.345.951.177,75 | 3.992.061.087,49 | 54.338.012.265,24 |
| ( + ) Transferências Financeiras Recebidas | 771.835.758,23 | 9.403.083.175,77 | 10.174.918.934,00 |
| ( + ) Recebimentos Extraorçamentários | 39.217.130.134,14 | 1.475.201.426,98 | 40.692.331.561,12 |
| ( - ) Despesas Orçamentárias | (40.724.197.410,49) | (13.432.944.325,18) | (54.157.141.735,67) |
| ( - ) Transferências Financeiras Concedidas | (10.165.533.288,81) | (9.385.645,19) | (10.174.918.934,00) |
| ( - ) Pagamentos Extraorçamentários | (37.396.287.375,40) | (1.439.071.267,59) | (38.835.358.642,99) |
| **Disponível para o Exercício Seguinte (Saldo Final)** | **11.152.454.602,04** | **660.968.509,59** | **11.813.423.111,63** |

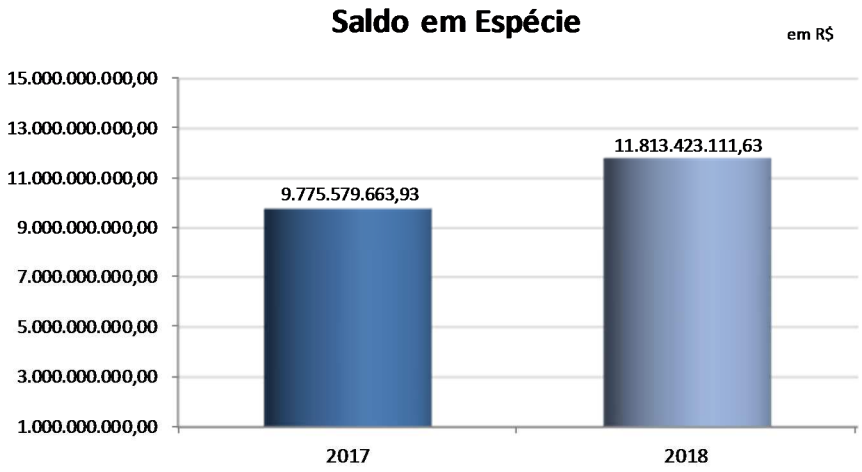
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As disponibilidades da PMSP passaram de R$ 9,7 bilhões em 2017 para R$ 11,8 bilhões em 2018, evidenciando-se um resultado financeiro positivo de R$ 2,03 bilhões no exercício de 2018, conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir:

em R$

| Apuração do Resultado Financeiro | Adm. Direta | Adm. Indireta | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|
| Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (2018) | 11.152.454.602,04 | 660.968.509,59 | 11.813.423.111,63 |
| (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior (2017) | 9.103.555.606,62 | 672.024.057,31 | 9.775.579.663,93 |
| **= Resultado Financeiro do Exercício de 2018** | **2.048.898.995,42** | **(11.055.547,72)** | **2.037.843.447,70** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Este resultado contempla os valores das contas especiais mantidas no Banco do Brasil, destinados ao pagamento de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP. Também contempla o montante dos Fundos de Reserva mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal relativos aos depósitos judiciais em que o Município é parte. Juntos, estes valores representaram incremento de R$ 931 milhões no resultado financeiro de 2018.

## Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro

### Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

É o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.

em R$

| Descrição | Consolidado 2018 |
|---|---|
| ( + ) Receitas Orçamentárias | 54.338.012.265,24 |
| ( - ) Despesas Orçamentárias | 54.157.141.735,67 |
| **= Resultado Orçamentário** | **180.870.529,57** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro** | Resultado Orçamentário / Resultado Financeiro | = | 180.870.529,57 / 2.037.843.447,70 | = | **0,09** |

**Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros**

Este quociente é o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do Resultado Financeiro sobre o Saldo em Espécie.

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou o seguinte Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros** | Saldo em espécie para o execício seguinte / Saldo em espécie do execício anterior | = | 11.813.423.111,63 / 9.775.579.663,93 | = | **1,21** |

Nota-se que a variação nas disponibilidades foi maior do que 1, demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores que os pagamentos, e que houve um acréscimo do saldo em espécie.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fluxo de Caixa demonstra a totalidade de ingressos e desembolsos do caixa e equivalentes de caixa, ocorridos durante o exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC Consolidada da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- ✓ Operacional – compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados às ações públicas e demais fluxos que não constem como fluxo financiamento ou de investimento;

- ✓ Investimentos – é composto por recursos originados de alienação ou aquisição de ativo não circulante e, ainda, recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos;
- ✓ Financiamentos – estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A seguir, apresentam-se os Fluxos de Caixa Consolidado da PMSP por atividade:

Em R$

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | Exercício Atual | Exercício Anterior | Variação % |
|---|---|---|---|
| | **3.511.520.808,82** | **4.033.071.039,53** | **-12,93%** |
| **Ingressos** | **100.981.515.885,66** | **112.845.619.124,54** | **-10,51%** |
| Receitas Derivadas e Originárias | 37.228.030.553,04 | 36.561.526.949,06 | |
| Transferências Recebidas | 25.351.428.416,84 | 23.770.880.373,34 | |
| Outros Ingressos Operacionais | 38.402.056.915,78 | 52.513.211.802,14 | |
| **Desembolsos** | **97.469.995.076,84** | **108.812.548.085,01** | **-10,42%** |
| Pessoal e Demais Despesas | 47.651.817.231,83 | 45.334.105.011,80 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.176.474.635,74 | 1.212.581.839,61 | |
| Transferências Concedidas | 10.174.918.934,00 | 9.656.344.822,32 | |
| Outros Desembolsos Operacionais | 38.466.784.275,27 | 52.609.516.411,28 | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em R$

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | Exercício Atual | Exercício Anterior | Variação % |
|---|---|---|---|
| | **(1.136.055.401,93)** | **(1.219.807.123,65)** | **6,87%** |
| **Ingressos** | **1.070.846.964,85** | **399.356.985,63** | **168,14%** |
| Alienação de Bens | 22.428.176,04 | 22.992.733,79 | |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 23.416.568,35 | 22.320.251,23 | |
| Outros Ingressos de Investimento | 1.025.002.220,46 | 354.044.000,61 | |
| **Desembolsos** | **2.206.902.366,78** | **1.619.164.109,28** | **36,30%** |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | 1.455.742.082,98 | 966.866.569,91 | |
| Outros Desembolsos de Investimentos | 751.160.283,80 | 652.297.539,37 | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em R$

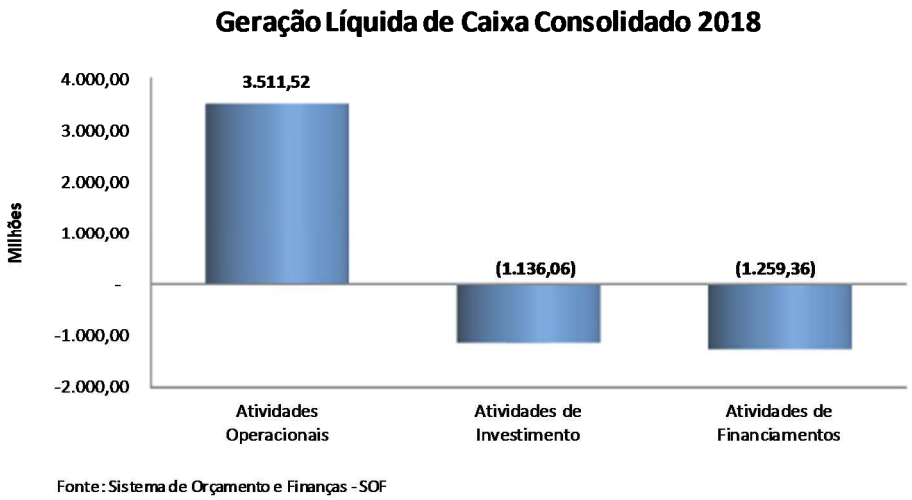
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | Exercício Atual | Exercício Anterior | Variação % |
|---|---|---|---|
| | **(1.259.360.397,49)** | **(1.326.660.480,40)** | **5,07%** |
| **Ingressos** | **862.625.264,51** | **686.507.735,68** | **25,65%** |
| Operações de Crédito | 148.836.391,74 | 44.420.661,72 | |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | | - | |
| Transferências de Capital Recebidas | 713.788.872,77 | 642.087.073,96 | |
| **Desembolsos** | **2.121.985.662,00** | **2.013.168.216,08** | **5,41%** |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida | 2.121.985.662,00 | 2.013.168.216,08 | |
| Outros Desembolsos de Financiamentos | - | - | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em R$

| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| | 1.116.105.009,40 | 1.486.603.435,48 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial | 6.944.470.411,67 | 5.457.866.976,19 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final | 8.060.575.421,07 | 6.944.470.411,67 |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

### *Fluxo de Caixa Operacional 2017-2018*

Na comparação com o exercício anterior (2017), houve uma variação negativa de 12,93% no Fluxo Líquido de Caixa das Atividades Operacionais.

Apesar dos desembolsos operacionais terem sofrido um decréscimo em 2018 (de 10,42%) em relação a 2017, o decréscimo ocorrido nos ingressos operacionais foi superior (10,51%), contribuindo para a variação negativa do Fluxo de Caixa Liquido das Atividades Operacionais.

Em 2018, as funções de despesas com valores de maior relevância foram:

- ✓ 1ª Previdência Social com R$ 11,4 bilhões;
- ✓ 2ª Educação com R$ 11,2 bilhões;
- ✓ 3ª Saúde com R$ 9,9 bilhões;
- ✓ 4ª Transporte com R$ 4,9 bilhões

### *Fluxo de Caixa de Investimentos 2017-2018*

No exercício de 2018, assim como no exercício anterior, o resultado do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos foi negativo, apesar do aumento expressivo nos ingressos (168,14%), especificamente relativo a Outros Ingressos de Investimentos, e aumento menos relevante nos desembolsos (36,30%), ainda assim houve pequena melhora (6,87%) no comparativo a 2017.

### *Fluxo de Caixa de Financiamento 2017-2018*

No exercício de 2018, assim como no exercício anterior, o resultado do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento foi negativo, apesar do aumento nos ingressos (25,65%), especificamente relativo a captações de recursos através de Operações de Créditos, e do aumento menos relevante nos desembolsos (5,41%), ainda assim houve uma pequena melhora (5,07%) em comparação com o exercício de 2017.

**Conclusão**

A geração líquida de Caixa e equivalente de caixa para o exercício de 2018 foi positiva em R$ 1,11 bilhões, conforme composição por atividade:

| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades | R$ |
|---|---|
| Operacionais | 3.511.520.808,82 |
| Investimentos | (1.136.055.401,93) |
| Financiamentos | (1.259.360.397,49) |
| **Caixa e Equivalente de Caixa Liquido** | **1.116.105.009,40** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A geração líquida de caixa positiva das Atividades Operacionais foi suficiente para cobrir as deficiências dos Fluxos de Caixa de Investimento e Financiamento.

Para maior detalhe desta composição, segue tabela da geração de Caixa e Equivalentes de Caixa líquido dividido entre os Poderes Executivo e Legislativo:

em R$

| | Poder Executivo | | Poder Legislativo | | Consolidado Geral |
|---|---|---|---|---|---|
| Caixa e Equivalentes | Adm Direta | Adm Indireta | Camara | TCM | Consolidado |
| Saldo inicial | 6.241.697.261,86 | 626.115.185,78 | 51.102.045,91 | 25.555.918,12 | 6.944.470.411,67 |
| Saldo Final | 7.354.540.796,08 | 625.113.241,01 | 59.295.013,26 | 21.626.370,72 | 8.060.575.421,07 |
| **Geração Líquida Caixa** | **1.112.843.534,22** | **(1.001.944,77)** | **8.192.967,35** | **(3.929.547,40)** | **1.116.105.009,40** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Análise dos Quocientes da DFC

**Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial**

É o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Este índice indica a dispersão entre o Fluxo de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial do exercício.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial** | GLCO | = | 3.511.520.808,82 | = | **(0,1219)** |
| | Resultado Patrimonial | | (28.796.392.546,86) | | |

**Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida**

Este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações a serem pagas pelos recursos gerados pela PMSP.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida** | GLCO | = | 3.511.520.808,82 | = | **0,0157** |
| | Total do Passivo | | 223.604.715.046,25 | | |

**Quociente da Atividade Operacional**

Este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Indica a parcela da geração liquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Quociente da Atividade Operacional** | GLCO | = | 3.511.520.808,82 | = | **3,1462** |
| | Geração Líquida Caixa | | 1.116.105.009,40 | | |

# Análise Orçamentária

## Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, possibilitando o objetivo estatal do bem comum. Funciona como elo entre o planejamento e a execução física e financeira das ações do governo, buscando atender aos objetivos e metas estabelecidos.

O orçamento programa consolidado do Município de São Paulo, para o exercício de 2018, por meio da Lei Municipal nº 16.772, de 27 de dezembro de 2017, estimou a receita e fixou a despesa em R$ 56.370.560.562,00 e compreende: o Orçamento Fiscal Consolidado referente aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, conforme composição:

**Poder Legislativo / Administração Direta:**

- Câmara Municipal de São Paulo;
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo; e
- Respectivos Fundos.

**Poder Executivo / Administração Direta:**

- Secretarias;
- Fundos;
- Subprefeituras.

**Poder Executivo / Administração Indireta:**

- Autarquia Hospitalar Municipal;
- Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Municipal de Limpeza Urbana;
- Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo;
- Fundo Municipal de Habitação;
- Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;
- Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
- Hospital do Servidor Público Municipal;
- Instituto de Previdência Municipal de São Paulo;
- Serviço Funerário do Município de São Paulo.

## Receita Total Orçada

A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas, Receitas Correntes e Receitas de Capital, e apresentou as seguintes estimativas para o exercício de 2018:

em R$

| Previsão Orçamentária | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---|
| **Receitas Correntes (I)=(II+III+IV)** | **52.197.215.371,00** |
| **Receitas Correntes - Exceto Intra-Orçamentária (II)** | **50.097.129.371,00** |
| Receita Tributária | 29.162.272.274,00 |
| Receita de Contribuições | 1.900.935.950,00 |
| Receita Patrimonial | 1.086.690.884,00 |
| Receita de Serviços | 575.077.399,00 |
| Transferências Correntes | 14.883.924.867,00 |
| Outras Receitas Correntes | 2.448.227.997,00 |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA) | 40.000.000,00 |
| **Receitas Correntes - Intra-Orçamentária (III)** | **2.100.086.000,00** |
| Receitas de Contribuições Intraorçamentárias | 2.074.050.000,00 |
| Receitas Patrimonial Intraorçamentárias | 160.000,00 |
| Receitas de Serviços Intraorçamentárias | 23.400.000,00 |
| Transferências Correntes Intraorçamentária | 584.000,00 |
| Outras Receitas Correntes intraorçamentárias | 1.892.000,00 |
| **Deduções das Receitas Correntes (IV)** | - |
| **Receitas de Capital (V)** | **4.173.345.191,00** |
| Operações de Crédito | 481.608.305,00 |
| Alienação de Bens | 1.159.968.771,00 |
| Amortização de Empréstimo | 22.110.000,00 |
| Transferências de Capital | 1.274.865.910,00 |
| Outras Receitas de Capital | 1.234.792.205,00 |
| **Total da Receita (VI) = (I+V)** | **56.370.560.562,00** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Despesa Total Fixada

A despesa total do Orçamento Fiscal foi fixada para o exercício de 2018 da seguinte forma:

| | Descrição | Valor (em R$) |
|---|---|---|
| 02 Órgãos e 02 Fundos | **Poder Legislativo / Administração Direta** | |
| | Câmara Municipal de São Paulo | 698.155.685,00 |
| | Fundo da CMSP | 4.682.000,00 |
| | Tribunal de Contas do Município de SP | 283.065.089,00 |
| | Fundo do TCMSP | 3.900.000,00 |
| | **Total** | **989.802.774,00** |

| | Poder Executivo / Administração Direta | |
|---|---|---|
| 17 Fundos | Fundo de Desenvolvimento Urbano | 195.360.000,00 |
| | Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural | 463.480,00 |
| | Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano | 434.000,00 |
| | Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais | 7.000.000,00 |
| | Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável | 30.751.000,00 |
| | Fundo Municipal de Assistência Social | 1.171.023.256,00 |
| | Fundo Municipal de Defesa do Consumidor | 91.180,00 |
| | Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito | 1.737.733.104,00 |
| | Fundo Municipal de Desenvolvimento Social | 1.015.000.000,00 |
| | Fundo Municipal de Esportes e Lazer | 3.240.000,00 |
| | Fundo Municipal de Iluminação Pública | 355.464.165,00 |
| | Fundo Municipal de Parques | 3.000,00 |
| | Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura | 421.215.283,00 |
| | Fundo Municipal de Saúde | 8.155.475.081,00 |
| | Fundo Municipal de Turismo | 8.488,00 |
| | Fundo Municipal do Idoso | 35.000,00 |
| | Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente | 121.211.584,00 |
| | **Subtotal** | **13.214.508.621,00** |
| 24 Secretarias | Controladoria Geral do Município | 32.285.429,00 |
| | Encargos Gerais do Município | 7.914.567.760,00 |
| | Procuradoria Geral do Município de São Paulo | 282.769.849,00 |
| | Secretaria do Governo Municipal | 422.444.561,00 |
| | Secretaria Municipal da Fazenda | 400.764.440,00 |
| | Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência | 17.251.830,00 |
| | Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais | 271.975.376,00 |
| | Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social | 136.484.628,00 |
| | Secretaria Municipal de Cultura | 478.216.840,00 |
| | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico | 99.537.561,00 |
| | Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias | 15.209.644,00 |
| | Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania | 98.644.195,00 |
| | Secretaria Municipal de Educação | 11.774.780.638,00 |
| | Secretaria Municipal de Esportes e Lazer | 228.321.906,00 |
| | Secretaria Municipal de Gestão | 122.601.142,00 |
| | Secretaria Municipal de Habitação | 579.770.593,00 |
| | Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras | 775.777.849,00 |
| | Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia | 156.779.521,00 |
| | Secretaria Municipal de Justiça | 5.673.535,00 |
| | Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes | 2.616.202.351,00 |
| | Secretaria Municipal de Relações Internacionais | 5.422.481,00 |
| | Secretaria Municipal de Segurança Urbana | 548.578.284,00 |
| | Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento | 779.118.085,00 |
| | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | 211.673.596,00 |
| | **Subtotal** | **27.974.852.094,00** |

| | | |
|---|---|---|
| 32 Prefeituras Regionais | Prefeitura Regional Aricanduva/Formosa/Carrão | 38.404.273,00 |
| | Prefeitura Regional Butantã | 47.659.509,00 |
| | Prefeitura Regional Campo Limpo | 62.633.838,00 |
| | Prefeitura Regional Casa Verde/Cachoeirinha | 28.177.896,00 |
| | Prefeitura Regional Cidade Ademar | 43.500.235,00 |
| | Prefeitura Regional Cidade Tiradentes | 29.636.059,00 |
| | Prefeitura Regional de Pinheiros | 39.371.167,00 |
| | Prefeitura Regional de Pirituba/Jaraguá | 41.921.312,00 |
| | Prefeitura Regional do Itaim Paulista | 40.366.512,00 |
| | Prefeitura Regional Ermelino Matarazzo | 29.543.374,00 |
| | Prefeitura Regional Freguesia/Brasilândia | 40.445.238,00 |
| | Prefeitura Regional Guaianases | 40.792.970,00 |
| | Prefeitura Regional Ipiranga | 49.850.766,00 |
| | Prefeitura Regional Itaquera | 47.429.292,00 |
| | Prefeitura Regional Jabaquara | 32.859.390,00 |
| | Prefeitura Regional Jaçanã/Tremembé | 31.413.993,00 |
| | Prefeitura Regional Lapa | 36.171.958,00 |
| | Prefeitura Regional M´Boi Mirim | 63.480.969,00 |
| | Prefeitura Regional Mooca | 40.786.547,00 |
| | Prefeitura Regional Parelheiros | 37.332.812,00 |
| | Prefeitura Regional Penha | 48.503.319,00 |
| | Prefeitura Regional Perus | 30.118.216,00 |
| | Prefeitura Regional Santana/Tucuruvi | 34.613.008,00 |
| | Prefeitura Regional Santo Amaro | 39.405.517,00 |
| | Prefeitura Regional São Mateus | 60.082.606,00 |
| | Prefeitura Regional São Miguel Paulista | 43.123.720,00 |
| | Prefeitura Regional Sapopemba | 25.787.846,00 |
| | Prefeitura Regional Sé | 70.949.435,00 |
| | Prefeitura Regional Socorro | 56.733.179,00 |
| | Prefeitura Regional Vila Maria/Vila Guilherme | 32.888.957,00 |
| | Prefeitura Regional Vila Mariana | 36.353.455,00 |
| | Prefeitura Regional Vila Prudente | 32.308.539,00 |
| | **Subtotal** | **1.332.645.907,00** |
| | **Total** | **42.522.006.622,00** |

| | | |
|---|---|---|
| | **Poder Executivo / Administração Indireta** | |
| 08 Órgãos e 01 Fundo | Autarquia Hospitalar Municipal | 1.449.155.767,00 |
| | Autoridade Municipal de Limpeza Urbana | 1.992.876.279,00 |
| | Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo | 158.135.596,00 |
| | Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura | 25.769.375,00 |
| | Fundação Theatro Municipal de São Paulo | 135.421.399,00 |
| | Fundo Municipal de Habitação | 48.925.723,00 |
| | Hospital do Servidor Público Municipal | 318.246.466,00 |
| | Instituto de Previdência Municipal de São Paulo | 8.569.729.846,00 |
| | Serviço Funerário do Município de São Paulo | 160.490.715,00 |
| | **Total** | **12.858.751.166,00** |

| | | |
|---|---|---|
| | **Total - LOA 2018** | **56.370.560.562,00** |

A seguir, apresenta-se a Despesa Fixada na Lei Orçamentária Anual em um formato sintético, segregada em Administração Direta, Indireta e seus respectivos Poderes:

| Previsão Orçamentária | Valor em R$ |
|---|---|
| **Poder Legislativo (I)** | **989.802.774,00** |
| Administração Direta | 989.802.774,00 |
| **Poder Executivo (II)** | **55.380.757.788,00** |
| Administração Direta | 42.522.006.622,00 |
| Administração Indireta | 12.858.751.166,00 |
| **Total da Despesa (III) = (I) + (II)** | **56.370.560.562,00** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é o instrumento que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Sua estrutura demonstrará as receitas orçamentárias detalhadas por categoria econômica e origem, especificando: a previsão inicial e a previsão atualizada das receitas orçamentárias; as receitas realizadas e o saldo, que corresponde ao excesso ou deficit de arrecadação (confronto da previsão atualizada com as receitas realizadas).

Evidenciará também as despesas orçamentárias segregadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando: a dotação inicial; a dotação atualizada; as despesas empenhadas; liquidadas; pagas e o saldo da dotação.

O resultado orçamentário será demonstrado pela comparação entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, gerando um resultado que poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

**Superavit orçamentário:** quando as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas;

**Deficit orçamentário:** quando as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas;

**Equilíbrio orçamentário:** quando as despesas empenhadas forem equivalentes às receitas realizadas. Situação desejável.

Segue o Balanço Orçamentário Consolidado referente ao exercício de 2018 e anexos:

em R$

| Receitas Orçamentárias | Previsão Inicial (a) | Previsão Atualizada (b) | Receitas Realizadas (c) | Saldo (d)=(c-b) |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes (I)** | **52.157.215.371,00** | **52.157.215.371,00** | **52.404.540.035,88** | **247.324.664,88** |
| Receita Tributária | 29.162.272.274,00 | 29.162.272.274,00 | 29.722.678.620,43 | 560.406.346,43 |
| Receita de Contribuições | 3.974.985.950,00 | 3.974.985.950,00 | 3.947.498.710,49 | (27.487.239,51) |
| Receita Patrimonial | 1.086.850.884,00 | 1.086.850.884,00 | 772.602.428,46 | (314.248.455,54) |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - |
| Receita de Serviços | 598.477.399,00 | 598.477.399,00 | 257.509.808,11 | (340.967.590,89) |
| Transferências Correntes | 14.884.508.867,00 | 14.884.508.867,00 | 15.176.509.482,84 | 292.000.615,84 |
| Outras Receitas Correntes | 2.450.119.997,00 | 2.450.119.997,00 | 2.527.740.985,55 | 77.620.988,55 |
| **Receitas de Capital (II)** | **4.173.345.191,00** | **4.173.345.191,00** | **1.933.472.229,36** | **(2.239.872.961,64)** |
| Operações de Crédito | 481.608.305,00 | 481.608.305,00 | 148.836.391,74 | (332.771.913,26) |
| Alienação de Bens | 1.159.968.771,00 | 1.159.968.771,00 | 22.428.176,04 | (1.137.540.594,96) |
| Amortização de Empréstimo | 22.110.000,00 | 22.110.000,00 | 23.416.568,35 | 1.306.568,35 |
| Transferências de Capital | 1.274.865.910,00 | 1.274.865.910,00 | 713.788.872,77 | (561.077.037,23) |
| Outras Receitas de Capital | 1.234.792.205,00 | 1.234.792.205,00 | 1.025.002.220,46 | (209.789.984,54) |
| **Subtotal das Receitas (III) = (I + II )** | **56.330.560.562,00** | **56.330.560.562,00** | **54.338.012.265,24** | **(1.992.548.296,76)** |
| **Oper. de Crédito/ Refinanc. (IV)** | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| **Subtotal com Refinanc. (V) = (III+IV)** | **56.330.560.562,00** | **56.330.560.562,00** | **54.338.012.265,24** | **(1.992.548.296,76)** |
| **Deficit (VI)** | **40.000.000,00** | **168.894.873,05** | - | - |
| **Total (VII) = (V + VI)** | **56.370.560.562,00** | **56.499.455.435,05** | **54.338.012.265,24** | **(1.992.548.296,76)** |
| **Saldo Ex. Ant. (Utilizados p/ Créditos Adicionais)** | **40.000.000,00** | **168.894.873,05** | **128.894.873,05** | **(40.000.000,00)** |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | - | (40.000.000,00) |
| Superavit Financeiro | - | 128.894.873,05 | 128.894.873,05 | - |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | - |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R$

| Despesas Orçamentárias | Dotação Inicial (e) | Dotação Atualizada (f) | Despesas Empenhadas (g) | Despesas Liquidadas (h) | Despesas Pagas (i) | Saldo da Dotação (j)=(f-g) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes (VIII)** | **48.184.859.747,00** | **51.110.810.657,81** | **49.633.622.640,33** | **47.795.527.168,31** | **47.401.407.607,13** | **1.477.188.017,48** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 23.131.066.976,00 | 23.214.172.751,99 | 22.964.975.336,94 | 22.822.765.950,21 | 22.816.000.284,39 | 249.197.415,05 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.193.959.961,00 | 1.187.091.890,04 | 1.176.491.754,31 | 1.176.474.635,74 | 1.176.474.635,74 | 10.600.135,73 |
| Outras Despesas Correntes | 23.859.832.810,00 | 26.709.546.015,78 | 25.492.155.549,08 | 23.796.286.582,36 | 23.408.932.687,00 | 1.217.390.466,70 |
| **Despesas de Capital (IX)** | **8.185.675.815,00** | **5.388.619.777,24** | **4.523.519.095,34** | **4.037.408.554,00** | **3.976.831.872,54** | **865.100.681,90** |
| Investimentos | 5.924.050.746,00 | 3.221.881.939,22 | 2.378.452.384,23 | 1.892.352.406,17 | 1.831.775.724,71 | 843.429.554,99 |
| Inversões Financeiras | 115.835.136,00 | 24.173.782,00 | 23.070.485,83 | 23.070.485,83 | 23.070.485,83 | 1.103.296,17 |
| Amortização da Dívida | 2.145.789.933,00 | 2.142.564.056,02 | 2.121.996.225,28 | 2.121.985.662,00 | 2.121.985.662,00 | 20.567.830,74 |
| **Reserva de Contingência (X)** | **25.000,00** | **25.000,00** | - | - | - | **25.000,00** |
| **Subtotal das Despesas (XI) = (VIII+IX+X)** | **56.370.560.562,00** | **56.499.455.435,05** | **54.157.141.735,67** | **51.832.935.722,31** | **51.378.239.479,67** | **2.342.313.699,38** |
| **Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)** | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| **Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)** | **56.370.560.562,00** | **56.499.455.435,05** | **54.157.141.735,67** | **51.832.935.722,31** | **51.378.239.479,67** | **2.342.313.699,38** |
| **Superavit (XVI)** | - | - | **180.870.529,57** | | | |
| **Total (XVII) = (XV + XVI)** | **56.370.560.562,00** | **56.499.455.435,05** | **54.338.012.265,24** | **51.832.935.722,31** | **51.378.239.479,67** | **2.342.313.699,38** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R$

| Restos a Pagar Não Processados | Inscritos | | Liquidados (c) | Pagos (d) | Cancelados (e) | Saldo (f) = (a+b-d-e) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b) | | | | |
| **Despesas Correntes** | **1.225.331,41** | **1.481.066.470,74** | **1.135.710.655,94** | **1.132.217.015,65** | **346.556.309,29** | **3.518.477,21** |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 23.699.185,24 | 5.789.089,24 | 5.789.089,24 | 17.910.096,00 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 1.225.331,41 | 1.457.367.285,50 | 1.129.921.566,70 | 1.126.427.926,41 | 328.646.213,29 | 3.518.477,21 |
| **Despesas de Capital** | **4.377.764,65** | **598.243.585,14** | **321.985.780,44** | **315.845.790,36** | **280.579.473,49** | **6.196.085,94** |
| Investimentos | 4.377.764,65 | 597.524.980,39 | 321.271.015,62 | 315.131.025,54 | 280.575.633,56 | 6.196.085,94 |
| Inversões Financeiras | - | 718.604,75 | 714.764,82 | 714.764,82 | 3.839,93 | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | **5.603.096,06** | **2.079.310.055,88** | **1.457.696.436,38** | **1.448.062.806,01** | **627.135.782,78** | **9.714.563,15** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

## Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

em R$

| Restos a Pagar Processados | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo (e) = (a+b-c-d) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b) | | | |
| **Despesas Correntes** | **8.606.692,41** | **311.437.454,01** | **294.667.244,79** | **913.114,51** | **24.463.787,12** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 43.640,06 | 10.275.789,08 | 10.273.531,38 | 4.330,79 | 41.566,97 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 8.563.052,35 | 301.161.664,93 | 284.393.713,41 | 908.783,72 | 24.422.220,15 |
| **Despesas de Capital** | **4.428.656,50** | **36.239.004,91** | **36.210.365,88** | **3.579.002,02** | **878.293,51** |
| Investimentos | 4.428.656,50 | 35.049.271,73 | 35.063.032,20 | 3.579.002,02 | 835.894,01 |
| Inversões Financeiras | - | 1.189.733,18 | 1.147.333,68 | - | 42.399,50 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| **Total** | **13.035.348,91** | **347.676.458,92** | **330.877.610,67** | **4.492.116,53** | **25.342.080,63** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se na execução orçamentária consolidada de 2018 que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R$ 54,3 bilhões e as despesas empenhadas totalizaram R$ 54,2 bilhões. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um superavit orçamentário de R$ 180,9 milhões. O superavit é apresentado junto com as despesas com a finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Analisando o superavit orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado superavitário de R$ 9,6 bilhões e a Administração Indireta um resultado deficitário de R$ 9,4 bilhões, abaixo demonstrado:

em R$

| Execução Orçamentária | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado 2018 |
|---|---|---|---|
| **Receitas Realizadas** | **50.345.951.177,75** | **3.992.061.087,49** | **54.338.012.265,24** |
| Receitas Correntes | 48.446.556.847,32 | 3.957.983.188,56 | 52.404.540.035,88 |
| Receitas de Capital | 1.899.394.330,43 | 34.077.898,93 | 1.933.472.229,36 |
| **Despesas Empenhadas** | **40.724.197.410,49** | **13.432.944.325,18** | **54.157.141.735,67** |
| Despesas Correntes | 36.244.252.598,72 | 13.389.370.041,61 | 49.633.622.640,33 |
| Despesas de Capital | 4.479.944.811,77 | 43.574.283,57 | 4.523.519.095,34 |
| **( = ) Superavit / Deficit Orçamentário** | **9.621.753.767,26** | **(9.440.883.237,69)** | **180.870.529,57** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhando por entidade, o deficit orçamentário da Administração Indireta apresenta a seguinte composição:

em R$

| Execução Orçamentária - Adm. Indireta | Receitas Realizadas | Despesas Empenhadas | Resultado Orçamentário |
|---|---|---|---|
| Instituto de Previdência Municipal de São Paulo | 3.554.114.106,96 | 9.061.614.388,59 | (5.507.500.281,63) |
| Autoridade Mun. de Limp. Urbana/Fundo Mun. de Limp. Urbana | 196.703.871,70 | 2.235.961.468,01 | (2.039.257.596,31) |
| Autarquia Hospitalar Municipal | 6.056.780,39 | 1.428.799.021,68 | (1.422.742.241,29) |
| Hospital do Servidor Público Municipal | 11.202.318,57 | 294.839.361,55 | (283.637.042,98) |
| Fundação Theatro Municipal de São Paulo | 271.658,68 | 130.043.758,14 | (129.772.099,46) |
| Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo | 56.833.537,22 | 116.754.859,64 | (59.921.322,42) |
| Fundo Municipal de Habitação | 18.014.337,59 | 24.666.061,19 | (6.651.723,60) |
| Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia | 197.743,57 | 17.772.654,43 | (17.574.910,86) |
| Serviço Funerário do Município de São Paulo | 148.666.732,81 | 122.492.751,95 | 26.173.980,86 |
| **Total** | **3.992.061.087,49** | **13.432.944.325,18** | **(9.440.883.237,69)** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em resumo, das nove entidades que compõem a Administração Indireta, apenas o Serviço Funerário do Município de São Paulo apresentou resultado superavitário.

## Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações, com a finalidade de atender as necessidades públicas e as demandas da sociedade.

No Município de São Paulo, no exercício de 2018, a receita orçamentária realizada (incluídas as Intraorçamentárias) alcançou o montante de R$ 54,3 bilhões, resultado da arrecadação de 96,39% das receitas previstas, logo, uma arrecadação inferior à previsão. A frustração de receitas no montante de R$ 2,0 bilhões, em termos percentuais representa uma arrecadação 3,61% inferior à previsão inicial, conforme demonstração a seguir:

em R$

| | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado | %Realizada/ Previsão |
|---|---|---|---|---|
| Receita Realizada | 50.345.951.177,75 | 3.992.061.087,49 | 54.338.012.265,24 | 96,39% |
| Receita Prevista | 43.511.809.396,00 | 12.858.751.166,00 | 56.370.560.562,00 | 100,00% |
| **Diferença** | **6.834.141.781,75** | **(8.866.690.078,51)** | **(2.032.548.296,76)** | **-3,61%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na realização da receita orçamentária, a Administração Direta participou com 92,65% do total arrecadado e a Administração Indireta com 7,35%, conforme segue:

em R$

| Receita Realizada | Valor | %S/ Total |
|---|---|---|
| Administração Direta | 50.345.951.177,75 | 92,65% |
| Administração Indireta | 3.992.061.087,49 | 7,35% |
| **Diferença** | **54.338.012.265,24** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico abaixo apresenta o percentual de participação da Administração Direta e Indireta, no total de receitas realizadas no exercício de 2018:

**Alterações no Plano de Rubricas de Receita do Município**

O Plano de Rubricas de Receitas do Município foi alterado para o exercício de 2018, em adequação à nova estrutura da codificação disposta na Portaria Interministerial SOF/STN nº 05, de 25 de agosto de 2015.

As modificações efetuadas podem ser identificadas por meio do Anexo Único da Portaria SF nº 145, de 12 de junho de 2017, alterada pela Portaria SF/SUTEM/DECON nº 01, de 27 de dezembro de 2017.

Os oito primeiros dígitos da rubrica estão em conformidade com o Ementário da Receita, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e os demais dígitos foram utilizados para atendimento das peculiaridades e necessidades deste ente da Federação.

Nessa nova estrutura, as deduções da receita orçamentária são registradas em rubricas identificadas pelo o dígito 9 no 13º nível.

## *Receitas por Categoria Econômica*

A fim de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos, a classificação da receita orçamentária por natureza subdivide-se em: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento para Identificação das Peculiaridades e Tipo, conforme a 7ª Edição do MCASP. Quanto à Categoria Econômica, as receitas orçamentárias classificam-se em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

O Município de São Paulo apresentou as seguintes receitas realizadas no exercício de 2018, de acordo com a classificação por categoria econômica:

em R$

| Receitas Realizadas | Administração Direta | %S/ Total | Administração Indireta | %S/ Total | Consolidado | %S/ Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receitas Correntes | 48.446.556.847,32 | 96,23% | 3.957.983.188,56 | 99,15% | 52.404.540.035,88 | 96,44% |
| Receitas de Capital | 1.899.394.330,43 | 3,77% | 34.077.898,93 | 0,85% | 1.933.472.229,36 | 3,56% |
| **Total** | **50.345.951.177,75** | **100,00%** | **3.992.061.087,49** | **100,00%** | **54.338.012.265,24** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As Receitas Correntes e as Receitas de Capital representaram, respectivamente, 96,44% e 3,56% do total arrecadado em 2018.

Em uma análise mais detalhada da realização da receita orçamentária, segregadas pelas receitas intraorçamentárias e deduções da receita, demonstra-se a tabela a seguir:

em R$

| Receitas | Orçada (I) | Realizada (II) | Diferença III = (II - I) | % Realizada s/ Orçada | % Realizada s/ Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Corrente** | **51.754.169.239,00** | **52.412.924.104,89** | **658.754.865,89** | **101,27%** | **96,46%** |
| Tributária | 29.277.349.092,00 | 30.083.861.181,61 | 806.512.089,61 | 102,75% | 55,36% |
| Contribuições | 1.900.935.950,00 | 1.948.361.355,30 | 47.425.405,30 | 102,49% | 3,59% |
| Patrimonial | 1.086.690.884,00 | 897.663.732,14 | (189.027.151,86) | 82,61% | 1,65% |
| Serviços | 575.077.399,00 | 224.721.589,55 | (350.355.809,45) | 39,08% | 0,41% |
| Transferências Correntes | 16.363.737.917,00 | 16.621.697.970,02 | 257.960.053,02 | 101,58% | 30,59% |
| Outras Receitas Correntes | 2.550.377.997,00 | 2.636.618.276,27 | 86.240.279,27 | 103,38% | 4,85% |
| **Intra-Orçamentária Corrente** | **2.100.086.000,00** | **2.033.669.190,04** | **(66.416.809,96)** | **96,84%** | **3,74%** |
| Contribuições Intraorçamentárias | 2.074.050.000,00 | 1.999.137.355,19 | (74.912.644,81) | 96,39% | 3,68% |
| Receita Patrimonial Intraorçamentária | 160.000,00 | 157.220,10 | (2.779,90) | 98,26% | 0,00% |
| Receita de Serviços Intraorçamentária | 23.400.000,00 | 32.805.496,80 | 9.405.496,80 | 140,19% | 0,06% |
| Transferências Correntes Intraorçamentárias | 584.000,00 | - | (584.000,00) | 0,00% | 0,00% |
| Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias | 1.892.000,00 | 1.569.117,95 | (322.882,05) | 0,00% | 0,00% |
| **( - ) Deduções da Receita Corrente** | **(1.697.039.868,00)** | **(2.042.053.259,05)** | **(345.013.391,05)** | **120,33%** | **-3,76%** |
| Deduções da Receita Tributária | (115.076.818,00) | (361.182.561,18) | (246.105.743,18) | 0,00% | -0,66% |
| Deduções da Receita Patrimonial | - | (125.218.523,78) | (125.218.523,78) | 0,00% | -0,23% |
| Deduções da Receita de Serviços | - | (17.278,24) | (17.278,24) | 0,00% | 0,00% |
| Deduções de Transferências Correntes | (1.479.813.050,00) | (1.445.188.487,18) | 34.624.562,82 | 97,66% | -2,66% |
| Deduções de Outras Receitas Correntes | (102.150.000,00) | (110.446.408,67) | (8.296.408,67) | 108,12% | -0,20% |
| **Subtotal - Receitas Correntes** | **52.157.215.371,00** | **52.404.540.035,88** | **247.324.664,88** | **100,47%** | **96,44%** |
| **Capital** | **4.173.345.191,00** | **2.333.097.439,04** | **(1.840.247.751,96)** | **55,90%** | **4,29%** |
| Operações de Crédito | 481.608.305,00 | 148.836.391,74 | (332.771.913,26) | 30,90% | 0,27% |
| Alienação de Bens | 1.159.968.771,00 | 13.598.176,04 | (1.146.370.594,96) | 1,17% | 0,03% |
| Amortização de Empréstimos | 22.110.000,00 | 23.416.568,35 | 1.306.568,35 | 105,91% | 0,04% |
| Transferência de Capital | 1.274.865.910,00 | 712.036.621,48 | (562.829.288,52) | 55,85% | 1,31% |
| Outras Receitas de Capital | 1.234.792.205,00 | 1.435.209.681,43 | 200.417.476,43 | 116,23% | 2,64% |
| **Intra-Orçamentária de Capital** | **-** | **33.149.506,62** | **33.149.506,62** | **0,00%** | **0,06%** |
| Alienação de Bens Intraorçamentária | - | 8.830.000,00 | 8.830.000,00 | 0,00% | 0,02% |
| Transferência de Capital | - | 1.752.251,29 | 1.752.251,29 | 0,00% | 0,00% |
| Outras Receitas de Capital | - | 22.567.255,33 | 22.567.255,33 | 0,00% | 0,04% |
| **( - ) Deduções da Receita de Capital** | **-** | **(432.774.716,30)** | **(432.774.716,30)** | **0,00%** | -0,80% |
| Deduções de Outras Receitas de Capital | - | (432.774.716,30) | (432.774.716,30) | 0,00% | -0,80% |
| **Subtotal - Receitas de Capital** | **4.173.345.191,00** | **1.933.472.229,36** | **(2.239.872.961,64)** | **46,33%** | **3,56%** |
| **Recursos Arrecad. em Exerc. Anteriores** | **40.000.000,00** | **-** | **(40.000.000,00)** | **0,00%** | **0,00%** |
| **Total** | **56.370.560.562,00** | **54.338.012.265,24** | **(2.032.548.296,76)** | **96,39%** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Verifica-se que:

- As receitas arrecadadas no exercício representaram 96,39% do total previsto, sendo que as receitas correntes arrecadadas representaram 100,47% da receita orçada e as receitas de capital realizadas equivaleram a somente 46,33% da previsão;
- Na comparação do percentual de realização de cada grupo sobre o total arrecadado, destacam-se as Receitas Tributárias com participação de 55,36% e as Transferências Correntes com 30,59%, ambas da categoria de Receitas Correntes;

## Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido. Constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

Classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas; de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

No Município de São Paulo, no exercício de 2018, as Receitas Correntes alcançaram o montante de R$ 52, 4 bilhões, com participação de 92,45% da Administração Direta e de 7,55% da Administração Indireta, conforme demonstração na tabela a seguir:

em R$

| Receitas Correntes | Administração Direta | % S/Total | Administração Indireta | % S/Total | Consolidado | % S/Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Tributária | 29.603.036.667,37 | 61,10% | 119.641.953,06 | 3,02% | 29.722.678.620,43 | 56,72% |
| Contribuições | 501.683.515,33 | 1,04% | 1.446.677.839,97 | 36,55% | 1.948.361.355,30 | 3,72% |
| Patrimonial | 690.175.479,35 | 1,42% | 82.269.729,01 | 2,08% | 772.445.208,36 | 1,47% |
| Serviços | 67.318.421,98 | 0,14% | 157.385.889,33 | 3,98% | 224.704.311,31 | 0,43% |
| Transferências Correntes | 15.176.303.190,46 | 31,33% | 206.292,38 | 0,01% | 15.176.509.482,84 | 28,96% |
| Outras Receitas Correntes | 2.408.039.572,83 | 4,97% | 118.132.294,77 | 2,98% | 2.526.171.867,60 | 4,82% |
| Receitas de Contribuições Intra | - | 0,00% | 1.999.137.355,19 | 50,51% | 1.999.137.355,19 | 3,81% |
| Receitas Patrimonial Intra | - | 0,00% | 157.220,10 | 0,00% | 157.220,10 | 0,00% |
| Receitas de Serviços Intra | - | 0,00% | 32.805.496,80 | 0,83% | 32.805.496,80 | 0,06% |
| Outras Receitas Correntes Intra | - | 0,00% | 1.569.117,95 | 0,04% | 1.569.117,95 | 0,00% |
| **Total** | **48.446.556.847,32** | **100,00%** | **3.957.983.188,56** | **100,00%** | **52.404.540.035,88** | **100,00%** |
| **%Participação s/ Total** | **92,45%** | | **7,55%** | | **100,00%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os maiores destaques de participação no total consolidado das Receitas Correntes são Receita Tributária com 56,72%, Transferências Correntes com 28,96% e Outras Receitas Correntes com 4,82%. O somatório dos três equivale a 90,50% do total desta categoria de receita.

**Detalhamento das Principais Receitas Correntes**

**Receita Tributária**

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada, cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

Em 2018, a Receita Tributária foi a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R$ 29,7 bilhões, segregada nas seguintes rubricas:

em R$

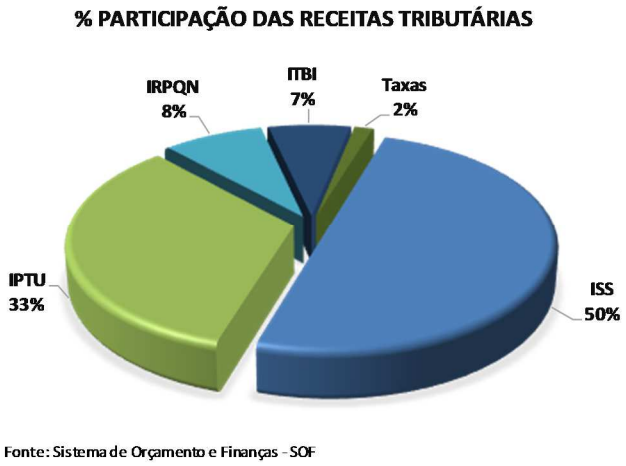
| Receita Tributária | Valor | % S/Total |
|---|---|---|
| **ISS** | **14.853.542.366,28** | **49,97%** |
| ISS | 12.841.541.190,37 | 43,20% |
| ISS - Sistema Integrado - Simples | 127.671,36 | 0,00% |
| ISS - Sistema Nacional | 1.651.993.484,11 | 5,56% |
| ISS - Dívida Ativa | 359.880.020,44 | 1,21% |
| **IPTU** | **9.940.931.420,84** | **33,45%** |
| Imposto s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana | 9.940.931.420,84 | 33,45% |
| **IRPQN** | **2.466.044.711,50** | **8,30%** |
| IR na Fonte s/ Rendimento Trabalho | 2.386.367.341,13 | 8,03% |
| IR na Fonte s/ Capital | 5.366.446,57 | 0,02% |
| IR na Fonte s/ Remessa ao Exterior | 115.625,30 | 0,00% |
| IR na Fonte s/ Outros Rendimentos | 74.195.298,50 | 0,25% |
| **ITBI** | **2.003.033.091,54** | **6,74%** |
| **Taxas** | **454.542.714,49** | **1,53%** |
| **Contribuição de Melhoria** | **627.954,87** | **0,00%** |
| **Outros Tributos** | **3.956.360,91** | **0,01%** |
| **Total** | **29.722.678.620,43** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se:

- O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS (incluídos o Sistema Integrado Simples e o Simples Nacional), que alcançou o montante de R$ 14,8 bilhões, equivalente a 49,97% do total das Receitas Tributárias;
- O Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, que recebeu um ingresso de R$ 9,9 bilhões, equivalente a 33,45% do total das Receitas Tributárias.

A seguir gráfico representando o percentual de realização das receitas tributárias em 2018:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. São destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Os recursos da transferência são vinculados à finalidade pública e não à pessoa. Podem ocorrer no nível intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para Estados, do Estado para os Municípios, por exemplo), assim como recebidos de instituições privadas e de pessoas físicas.

As Transferências Correntes atingiram o montante de R$ 15,1 bilhões e estão segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

| Transferências Correntes | Valor | % S/Total |
|---|---|---|
| **Transferências Intergovernamentais** | **15.132.366.599,93** | **99,71%** |
| **Transferências da União** | **3.135.016.095,52** | **20,66%** |
| Participação na Receita da União | 251.521.787,40 | 1,66% |
| Transf. da Comp. Financ. p/ Exploração de Rec. Naturais | 8.365.621,99 | 0,06% |
| Transferência de Recursos do SUS | 2.177.628.390,41 | 14,35% |
| Transferência de Recursos do FNAS | 77.561.971,43 | 0,51% |
| Transferência de Recursos do FNDE | 587.630.154,09 | 3,87% |
| Transf. Financeira do ICMS - Desoneração | 24.740.860,80 | 0,16% |
| Outras Transferências da União | 7.567.309,40 | 0,05% |
| **Transferências dos Estados** | **7.922.148.237,95** | **52,20%** |
| Participação na Receita dos Estados | 7.912.784.177,77 | 52,14% |
| Outras Transferências dos Estados | 9.364.060,18 | 0,06% |
| **Transferências Multigovernamentais** | **4.075.202.266,46** | **26,85%** |
| Transf. de Recursos do FUNDEB - Da União | 334.321.725,67 | 2,20% |
| Transf. de Recursos do FUNDEB - Do Estado | 3.740.880.540,79 | 24,65% |
| **Transferências de Instituições Privadas** | **29.169.084,31** | **0,19%** |
| **Transferências de Pessoas** | **14.823.798,60** | **0,10%** |
| **Transferências de Convênios** | **150.000,00** | **0,00%** |
| **Total** | **15.176.509.482,84** | **100%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

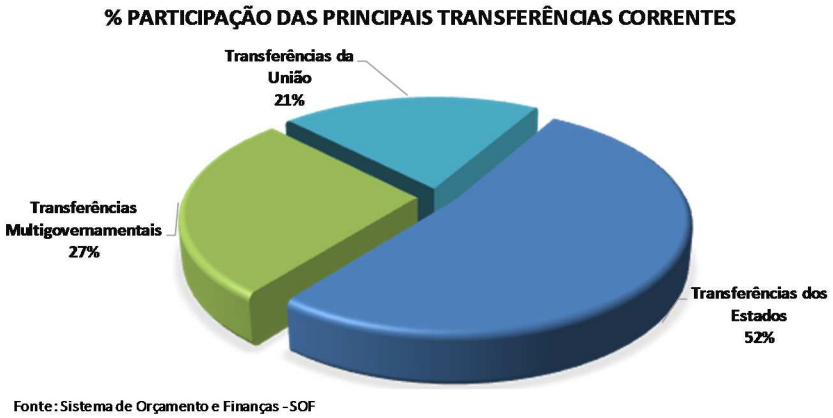
A rubrica que contribuiu mais significativamente para a arrecadação das Transferências Correntes foi:

- Transferências dos Estados, que arrecadou R$ 7,9 bilhões, equivalente a 52,20% do total das Transferências Correntes e que estão segregadas em:

| Transferências dos Estados | Valor em R$ |
|---|---|
| Cota-Parte do ICMS | 5.756.013.089,50 |
| Cota-Parte do IPVA | 1.994.641.321,19 |
| Cota-Parte do IPI s/ Exportação | 46.222.201,64 |
| Cota-Parte da CIDE | 10.906.389,90 |
| Cota-Parte Royalties - Lei 7.990/89 | 40.125.322,57 |
| Transferências de Estados destinadas à Assist. Social | 64.875.852,97 |
| Outras Transferências dos Estados | 9.364.060,18 |
| **Total** | **7.922.148.237,95** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A seguir, o gráfico representa o percentual de realização das transferências correntes em 2018:




## Outras Receitas Correntes

Neste grupo inserem-se multas e juros de mora; indenizações, restituições e ressarcimentos; receita da dívida ativa e as outras receitas não classificadas nas receitas correntes anteriores.

A tabela a seguir representa as Outras Receitas Correntes, que no exercício de 2018 totalizaram a quantia de R$ 2,5 bilhões:

em R$

| Outras Receitas Correntes | Valor | % S/Total |
|---|---|---|
| **Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais** | **1.975.488.096,40** | **78,15%** |
| Multas e Juros de Mora Previstos na Leg. Sanitária | 1.430.812,00 | 0,06% |
| Multas e Juros de Mora Previstos na Leg. De Trânsito | 1.929.826.227,27 | 76,35% |
| Multas e Juros de Mora - Danos Ambientais | 9.509.668,10 | 0,38% |
| Multas e Juros de Mora Previstos em Contratos | 32.387.657,24 | 1,28% |
| Multas de Outras Origens | 2.333.731,79 | 0,09% |
| **Indenizações, Restituições e Ressarcimentos** | **209.641.145,86** | **8,29%** |
| Indenizações | 842.190,02 | 0,03% |
| Restituições | 90.782.444,00 | 3,59% |
| Ressarcimentos | 118.016.511,84 | 4,67% |
| **Receita da Dívida Ativa** | **201.228.131,19** | **7,96%** |
| Encargos Legais da Dívida | 140.341.944,19 | 5,55% |
| Outras Receitas Primárias da Dívida Ativa | 60.886.187,00 | 2,41% |
| **Outras Receitas** | **139.814.494,15** | **5,53%** |
| **Outras Receitas Correntes - Intra-orçamentárias** | **1.569.117,95** | **0,06%** |
| **Total** | **2.527.740.985,55** | **100,00%** |

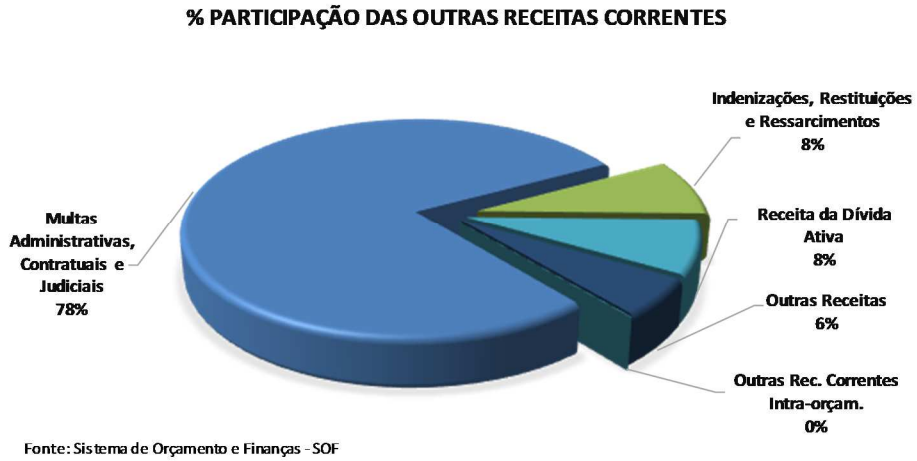
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se neste grupo a conta de Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, que arrecadou em 2018 o montante de R$ 1,9 bilhões, equivalente a 78,15% do total das Outras Receitas Correntes. Nota-se que dentre todas as multas, as Multas Previstas na Legislação de Trânsito foram as responsáveis pelo maior volume de recursos arrecadados, conforme detalhamento a seguir:

| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | Valor em R$ |
|---|---|
| Multas Previstas na Legislação Sanitária | 1.430.812,00 |
| Multas Previstas na Legislação de Trânsito | 1.929.826.227,27 |
| Multas e Juros Previstos em Contratos | 32.387.657,24 |
| Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | 4.424,15 |
| Multas por Danos Ambientais | 9.509.668,10 |
| Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas | 8.493,50 |
| Multas por Auto de Infração | 1.556.449,84 |
| **Outras Multas** | 764.364,30 |
| **Total** | **1.975.488.096,40** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico seguinte representa o percentual da realização das Outras Receitas Correntes em 2018:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são instrumentos de financiamento dos programas e das ações orçamentários para atingirem as finalidades públicas. No entanto, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão em espécie e em bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atenderem despesas classificáveis em Despesas de Capital.

No Município de São Paulo, no exercício de 2018, as Receitas de Capital alcançaram o montante de R$ 1,9 bilhões, com participação de 98,24% da Administração Direta e de 1,76% da Administração Indireta, conforme demonstração a seguir:

em R$

| Receitas de Capital | Administração Direta | % S/Total | Administração Indireta | % S/Total | Consolidado | % S/Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Operações de Crédito** | **148.836.391,74** | **7,84%** | **-** | **0,00%** | **148.836.391,74** | **7,70%** |
| Operação de Crédito Interna | 148.836.391,74 | 7,84% | - | 0,00% | 148.836.391,74 | 7,70% |
| **Alienação de Bens** | **13.467.576,04** | **0,71%** | **8.960.600,00** | **26,29%** | **22.428.176,04** | **1,16%** |
| Alienação de Bens Móveis | 1.957.137,88 | 0,10% | 130.600,00 | 0,38% | 2.087.737,88 | 0,11% |
| Alienação de Bens Imóveis | 11.510.438,16 | 0,61% | 8.830.000,00 | 25,91% | 20.340.438,16 | 1,05% |
| **Amortização de Empréstimos** | **-** | **0,00%** | **23.416.568,35** | **68,71%** | **23.416.568,35** | **1,21%** |
| **Transferências de Capital** | **713.788.872,77** | **37,58%** | **-** | **0,00%** | **713.788.872,77** | **36,92%** |
| Transferências Intergov. | 36.744.848,00 | 1,93% | - | 0,00% | 36.744.848,00 | 1,90% |
| Transferências de Capital Intra | 1.752.251,29 | 0,09% | - | 0,00% | 1.752.251,29 | 0,09% |
| Transferências de Convênios | 675.291.773,48 | 35,55% | - | 0,00% | 675.291.773,48 | 34,93% |
| **Outras Receitas de Capital** | **1.023.301.489,88** | **53,88%** | **1.700.730,58** | **4,99%** | **1.025.002.220,46** | **53,01%** |
| Receitas de Alienação de CEPAC | 4.341.655,16 | 0,23% | | 0,00% | 4.341.655,16 | 0,22% |
| Outras Receitas de Capital Intra | 22.567.255,33 | 1,19% | - | 0,00% | 22.567.255,33 | 1,17% |
| Outras Receitas de Capital | 996.392.579,39 | 52,46% | 1.700.730,58 | 4,99% | 998.093.309,97 | 51,62% |
| **Total** | **1.899.394.330,43** | **100,00%** | **34.077.898,93** | **100,00%** | **1.933.472.229,36** | **100,00%** |
| **%Participação s/ Total** | **98,24%** | | **1,76%** | | **100,00%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os grupos mais significativos para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

a) Outras Receitas de Capital, que arrecadou o montante de R$ 1,02 bilhões, equivalente a 53,01% do total das Receitas de Capital;
b) Transferências de Capital, que arrecadou a quantia de R$ 713,7 milhões, equivalente a 36,92% do total deste grupo;

Os dois grupos somados representam 89,93% do total das Receitas de Capital.

**Detalhamento das Principais Receitas de Capital**

**Transferências de Capital**

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas em investimentos ou inversões financeiras, com intuito de satisfazer finalidade pública específica, sem corresponder a contraprestação direta ao ente transferidor. Podem ocorrer nos níveis intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para estados, do estado para os municípios, por exemplo), bem como recebidos de instituições privadas (do exterior e de pessoas).

No ano de 2018, as Transferências de Capital totalizaram a quantia de R$ 713,7 milhões, segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

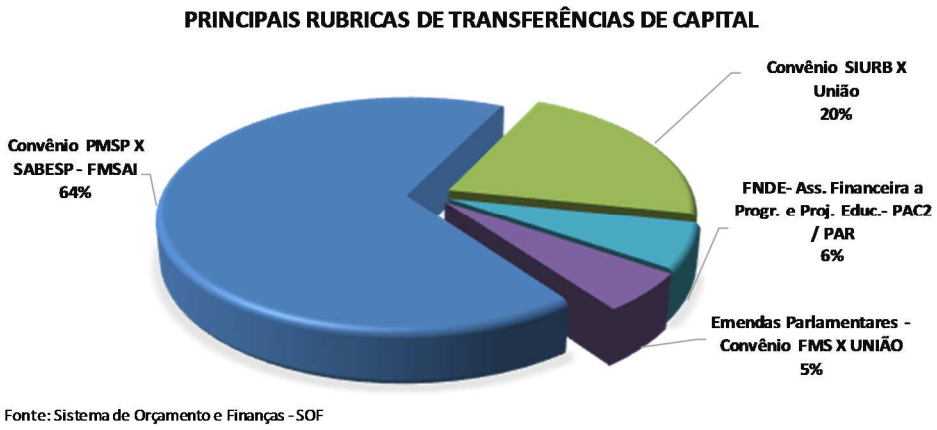
| Transferências de Capital | Valor | % S/Total |
|---|---|---|
| **Transferências Intergovernamentais** | **36.744.848,00** | **5,15%** |
| **Transferências da União** | **36.744.848,00** | **5,15%** |
| Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo - FMS | 75.000,00 | 0,01% |
| Emendas Parlamentares - Convênio FMS X UNIÃO | 36.669.848,00 | 5,14% |
| **Transferências de Convênios** | **675.291.773,48** | **94,61%** |
| **Transferências de Convênios da União** | **186.903.491,08** | **26,18%** |
| FNDE- Ass. Financeira a Progr. e Proj. Educ.- PAC2 / PAR | 42.532.415,99 | 5,96% |
| Convênio SIURB X União | 142.862.809,73 | 20,01% |
| Convênio SMC X UNIÃO | 830.708,36 | 0,12% |
| Convênio SEME X UNIÃO | 602.121,00 | 0,08% |
| Convênio PMSP/SUB-MP X UNIÃO | 73.125,00 | 0,01% |
| Convênio SEHAB X UNIÃO | 2.311,00 | 0,00% |
| **Transferências de Convênios dos Estados e DF** | **488.388.282,40** | **68,42%** |
| Convênio SME X ESTADO | 4.649.836,18 | 0,65% |
| Convênio PMSP X SABESP - FMSAI | 453.811.516,84 | 63,58% |
| Convênio CDHU X SEHAB | 28.144.463,68 | 3,94% |
| Convênio SEHAB X ESTADO | 1.782.465,70 | 0,25% |
| **Transferências de Capital Intra-orçamentária** | **1.752.251,29** | **0,25%** |
| **Transferências dos Municípios** | **1.752.251,29** | **0,25%** |
| Convênio SEHAB x COHAB | 1.752.251,29 | 0,25% |
| **Total** | **713.788.872,77** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as dentre as Transferências de Capital:

- Transferência de Convênios dos Estados referente ao Convênio PMSP x Sabesp - FMSAI, com montante arrecadado de R$ 453,8 milhões, equivalente a 63,58% do total das Transferências de Capital;
- Transferências de Convênios da União referente à SIURB x União, com arrecadação de R$ 142,8 milhões, equivalente a 20,01% do total deste grupo.

O gráfico a seguir representa em valores percentuais as principais rubricas de Transferências de Capital em 2018:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

**Outras Receitas de Capital**

São classificadas nessa origem as receitas de capital que não atendem às especificações das demais origens. Enquadram-se nessa classificação receitas de alienação de CEPAC, outorgas onerosas, desistências de desapropriações, entre outras.

No ano de 2018, as Outras Receitas de Capital totalizaram a quantia de R$ 1,02 bilhões, segregadas nas seguintes rubricas:

em R$

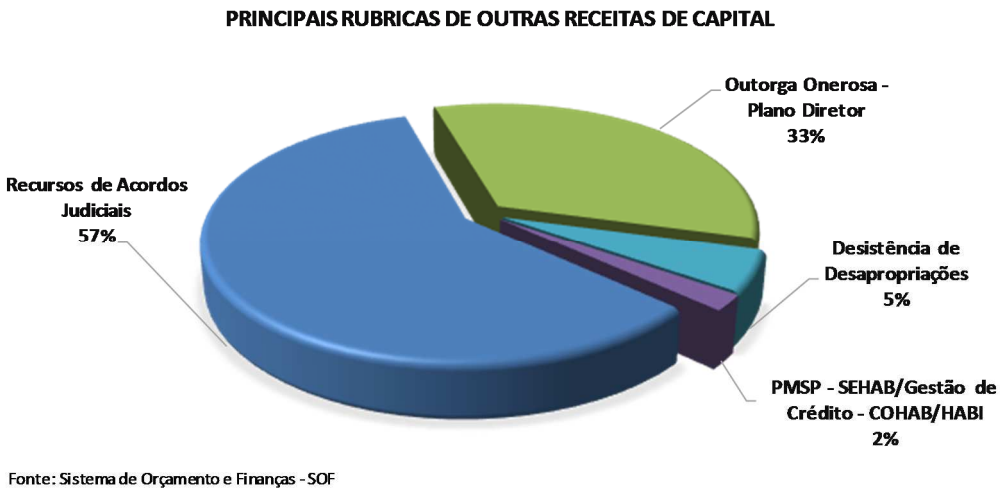
| Outras Receitas de Capital | Valor | % S/Total |
|---|---|---|
| **Receitas de Alienação de CEPAC** | **4.341.655,16** | **0,42%** |
| Operação Urbana Centro | 4.341.655,16 | 0,42% |
| **Outras Receitas de Capital** | **1.020.660.565,30** | **99,58%** |
| **Receitas Diversas** | **965.005.972,45** | **94,15%** |
| Outorga Onerosa Cota Solidariedade - FUNDURB | 9.500.646,64 | 0,93% |
| Outorga Onerosa - Plano Diretor | 335.075.268,32 | 32,69% |
| Outorga Onerosa - Lei de Anistia | 6.456.799,36 | 0,63% |
| Outorga Onerosa - Parcelamento | 5.684.097,05 | 0,55% |
| FUNPATRI | 5.284,61 | 0,00% |
| PMSP - SEHAB/Gestão de Crédito - COHAB/HABI | 20.733.166,41 | 2,02% |
| Carteira FMH - Recursos Habitacionais - COHAB/SP | 1.655.673,68 | 0,16% |
| Empréstimo - Indenização a Receber | 43.302,78 | 0,00% |
| IPREM | 1.754,12 | 0,00% |
| Recursos de Acordos Judiciais | 585.849.979,48 | 57,16% |
| **Restituições** | **55.654.592,85** | **5,43%** |
| Devolução de Valores Não Utilizados em Convênios | 2.207.030,84 | 0,22% |
| Desistência de Desapropriações | 53.447.562,01 | 5,21% |
| **Total** | **1.025.002.220,46** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se como as principais participações de Outras Receitas de Capital:

- Recursos de Acordos Judiciais, que somaram o montante de R$ 585,8 milhões, correspondente a 57,16% do total do grupo;
- Outorga Onerosa – Plano Diretor, com arrecadação de R$ 335,07 milhões, equivalente a 32,69% do total de Outras Receitas de Capital.

O gráfico a seguir representa em valores percentuais as principais rubricas de Outras Receitas de Capital em 2018:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Receitas por Fontes de Recursos

A classificação das Receitas por Fonte de Recursos permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

A execução orçamentária de 2018 apresentou os seguintes valores de acordo com as seguintes Fontes de Recursos:

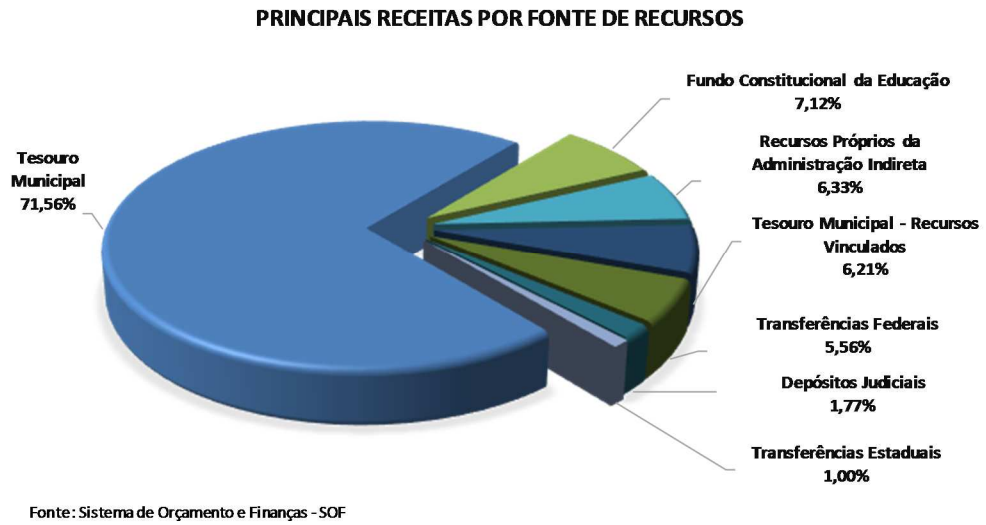
em R$

| Receita por Fonte | Receita Bruta Realizada (I) | Receita Líquida Realizada (II) | Deduções III = (I-II) | % Participação sobre Total Realizada |
|---|---|---|---|---|
| Tesouro Municipal | 41.066.388.262,20 | 38.562.642.714,74 | (2.503.745.547,46) | 71,56% |
| Fundo Constitucional da Educação | 4.084.349.985,52 | 4.084.349.985,52 | - | 7,12% |
| Recursos Próprios da Administração Indireta | 3.632.217.740,92 | 3.632.217.740,92 | - | 6,33% |
| Tesouro Municipal - Recursos Vinculados | 3.564.175.032,38 | 3.455.707.803,07 | (108.467.229,31) | 6,21% |
| Transferências Federais | 3.188.408.999,16 | 3.187.709.717,76 | (699.281,40) | 5,56% |
| Depósitos Judiciais | 1.018.419.231,44 | 585.849.979,48 | (432.569.251,96) | 1,77% |
| Transferências Estaduais | 576.400.753,23 | 576.400.753,23 | - | 1,00% |
| Operações de Crédito | 150.250.670,61 | 150.250.670,61 | - | 0,26% |
| Recursos Próprios da Empresa Dependente | 56.833.537,22 | 56.833.537,22 | - | 0,10% |
| Outras Fontes | 32.455.148,65 | 32.455.148,65 | - | 0,06% |
| Alienação de Bens/ Ativos | 13.594.214,04 | 13.594.214,04 | - | 0,02% |
| **Total** | **57.383.493.575,37** | **54.338.012.265,24** | **(3.045.481.310,13)** | **100,0%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior concentração da receita por Fonte de Recursos está no Tesouro Municipal e equivale a 71,56% do total da receita realizada.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de realização das receitas, classificadas por Fonte de Recursos:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Comparativo da Receita Orçamentária 2017 e 2018*

O quadro a seguir representa o comparativo da Receita Orçamentária Consolidada dos exercícios de 2017 e 2018:

em R$

| Receitas Realizadas | 2017 ( I ) | 2018 ( II ) | Variação ( II - I ) | % Variação |
|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes** | **50.682.221.064,72** | **52.404.540.035,88** | **1.722.318.971,16** | **3,40%** |
| Receita Tributária | 25.527.893.006,05 | 29.722.678.620,43 | 4.194.785.614,38 | 16,43% |
| Receita de Contribuições | 3.750.935.301,01 | 3.947.498.710,49 | 196.563.409,48 | 5,24% |
| Receita Patrimonial | 988.866.846,44 | 772.602.428,46 | (216.264.417,98) | -21,87% |
| Receita de Serviços | 546.881.797,36 | 257.509.808,11 | (289.371.989,25) | -52,91% |
| Transferências Correntes | 14.120.694.115,66 | 15.176.509.482,84 | 1.055.815.367,18 | 7,48% |
| Outras Receitas Correntes | 5.746.949.998,20 | 2.527.740.985,55 | (3.219.209.012,65) | -56,02% |
| **Subtotal - Receitas Correntes** | **50.682.221.064,72** | **52.404.540.035,88** | **1.722.318.971,16** | **3,40%** |
| **Receitas de Capital** | **1.085.864.721,31** | **1.933.472.229,36** | **847.607.508,05** | **78,06%** |
| Operações de Crédito | 44.420.661,72 | 148.836.391,74 | 104.415.730,02 | 235,06% |
| Alienação de Bens | 22.992.733,79 | 22.428.176,04 | (564.557,75) | -2,46% |
| Amortização de Empréstimo | 22.320.251,23 | 23.416.568,35 | 1.096.317,12 | 4,91% |
| Transferências de Capital | 642.087.073,96 | 713.788.872,77 | 71.701.798,81 | 11,17% |
| Outras Receitas de Capital | 354.044.000,61 | 1.025.002.220,46 | 670.958.219,85 | 189,51% |
| **Subtotal - Receitas de Capital** | **1.085.864.721,31** | **1.933.472.229,36** | **847.607.508,05** | **78,06%** |
| **Total** | **51.768.085.786,03** | **54.338.012.265,24** | **2.569.926.479,21** | **4,96%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

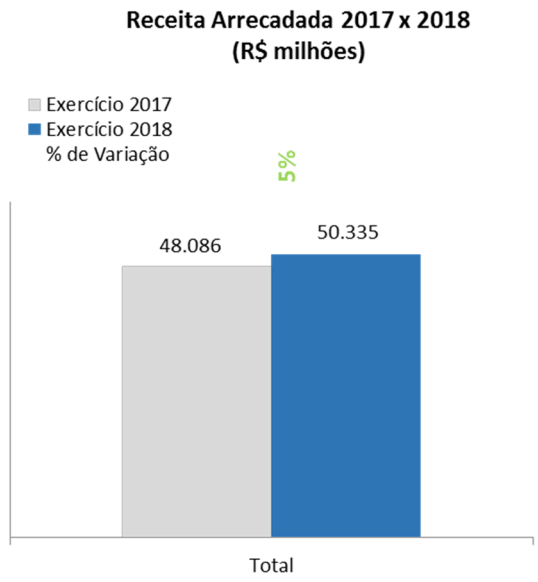
Observa-se um aumento de 3,40% nas Receitas Correntes, entre os exercícios de 2017 e 2018, com destaque para a Receita Tributária, com aumento de 16,43% e Outras Receitas Correntes com redução de 56,02%.

Quanto às Receitas de Capital, houve um aumento de 78,06% na comparação com os dois exercícios, com destaque para o aumento de 235,06% nas Operações de Crédito e de 189,51% nas Outras Receitas de Capital.

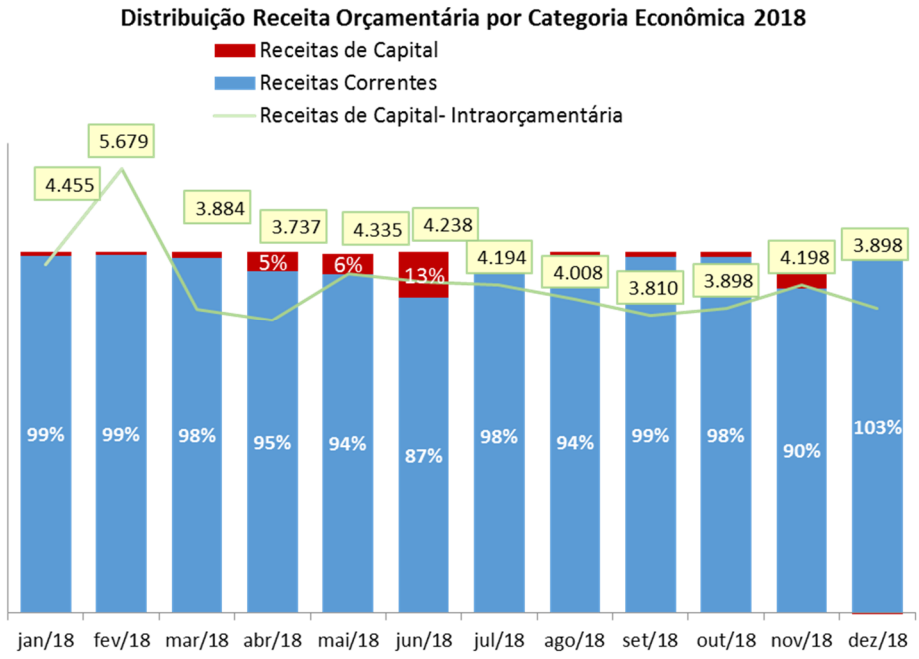
Em resumo, o resultado consolidado das receitas orçamentárias arrecadadas em 2018 apresentou um aumento de 4,96%, se comparado ao exercício de 2017.

## *Receita Orçamentária Realizada – Análise individualizada da PMSP*

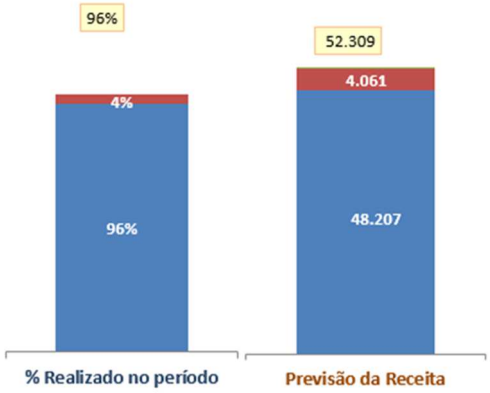
As Receitas Orçamentárias realizadas no exercício de 2018 pela Administração Direta do Poder Executivo totalizam o valor de R$ 50,3 bilhões, que representa um aumento de 5% em relação à arrecadação do ano anterior.




O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal da Receita Orçamentária por Categoria Econômica:




A Receita Total arrecadada atingiu 96% da receita prevista para o exercício, sendo que 96% referem-se às Receitas Correntes e 4% às Receitas de Capital. A defasagem entre a receita realizada e prevista ocorreu predominantemente nas Receitas de Capital, cujo valor arrecadado corresponde a 47% do valor orçado.

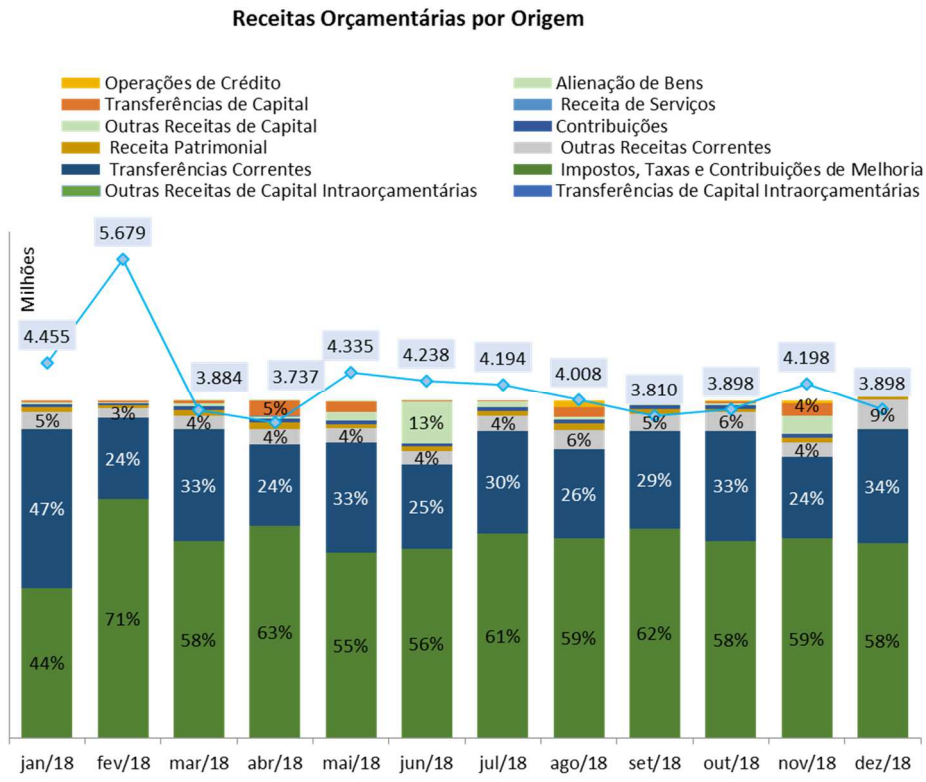



A partir de 2018, as receitas orçamentárias vinculadas ao Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU passaram a ser registradas na Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, em conformidade com o Parágrafo Único do artigo 2º e com o artigo 3º do Decreto 43.271, de 26 de maio de 2003.

**Detalhamento da Receita Orçamentária**

Por meio do detalhamento da Receita Orçamentária por Origem, observa-se que as receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria representaram 59% das receitas arrecadadas, seguida de Transferências Correntes com 30%.

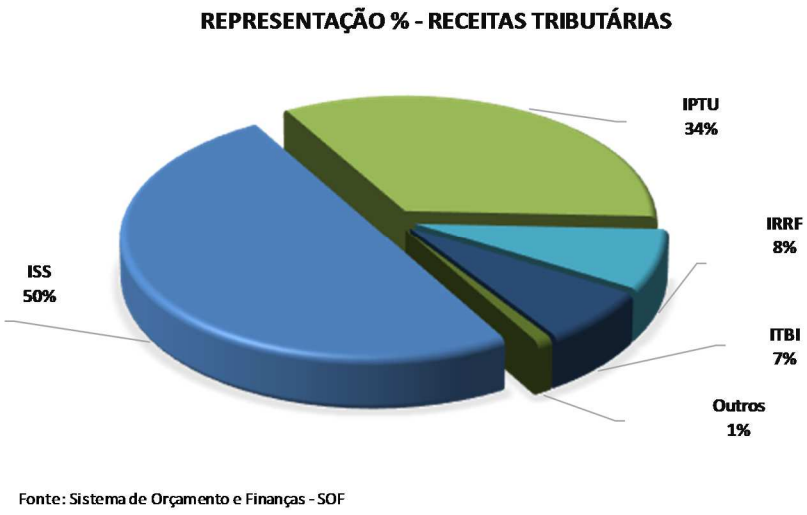
O gráfico a seguir demonstra a arrecadação mensal das Receitas Orçamentárias por Origem:



**Receita Tributária**

Dentre os tributos arrecadados, destacam-se o ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, que representaram respectivamente 50% e 34% do total das Receitas Tributárias.

O gráfico a seguir representa o percentual de cada tributo em relação ao total da Receita Tributária arrecadada pela PMSP no exercício de 2018:

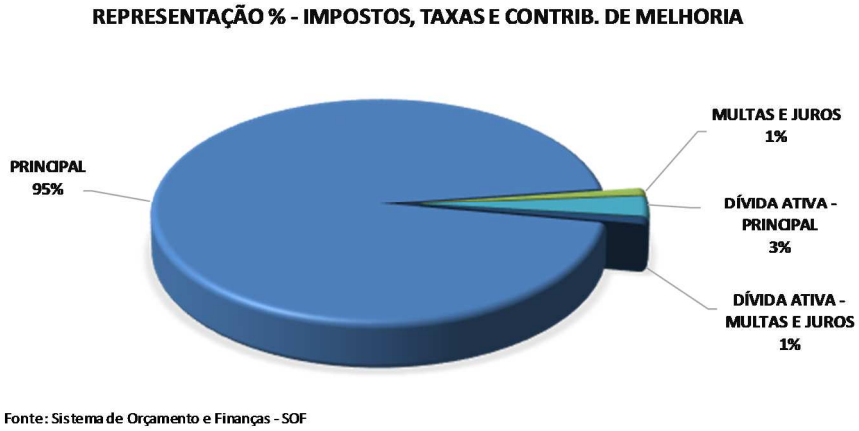



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A receita relativa a Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria totalizou o montante de R$ 29,6 bilhões. A tabela a seguir apresenta os tipos de receitas e os valores que compõem o total da Receita Tributária:

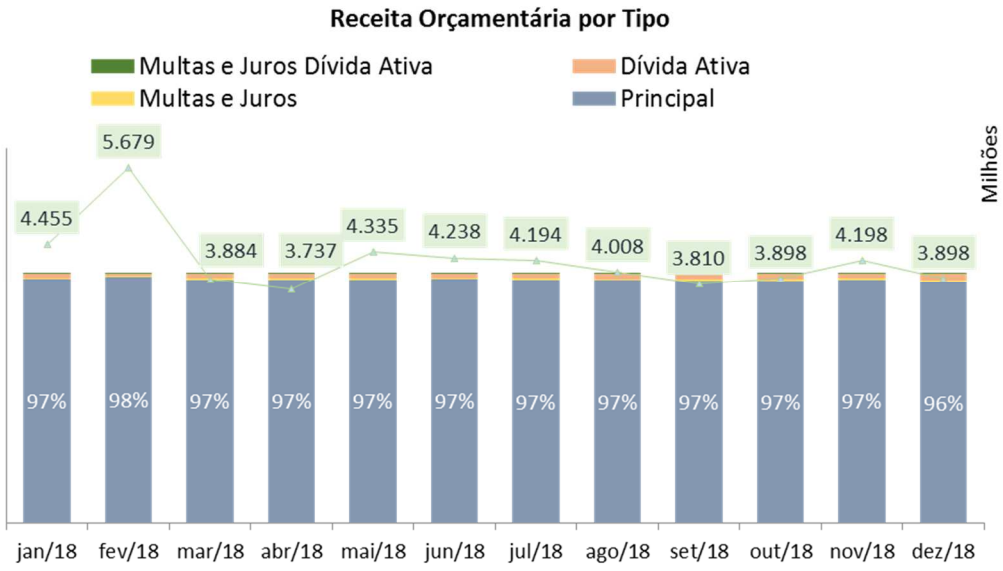
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | | |
|---|---|---|
| TIPO | VALOR | % |
| PRINCIPAL | R$ 28.193.450.742,96 | 95,24% |
| MULTAS E JUROS | R$ 319.222.675,53 | 1,08% |
| DÍVIDA ATIVA | R$ 810.502.561,59 | 2,74% |
| DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS | R$ 279.860.687,23 | 0,95% |
| **TOTAL** | **R$ 29.603.036.667,31** | 100% |

O gráfico abaixo demonstra os valores percentuais dos tipos de receitas que compõem o montante de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

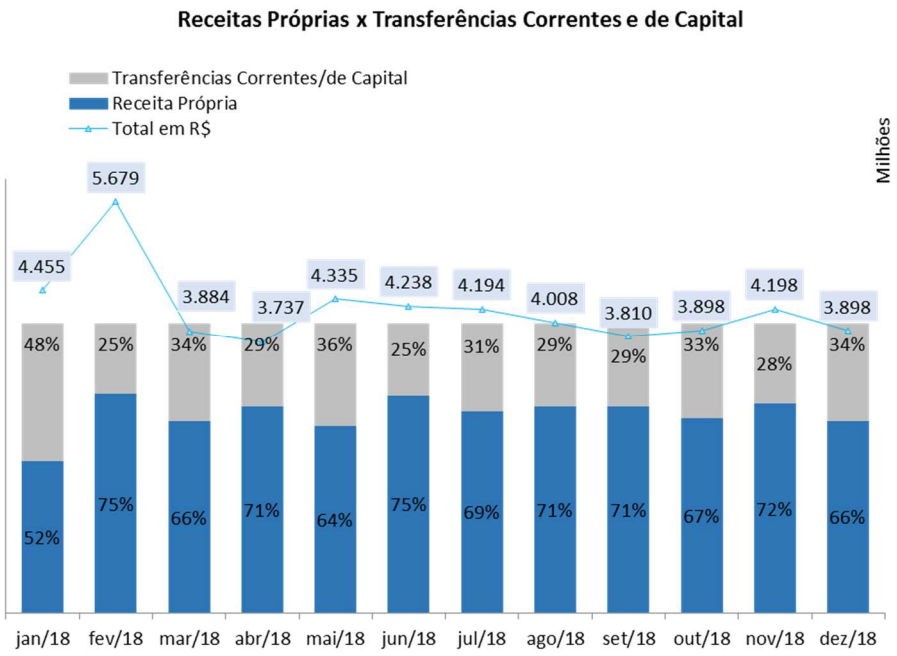
A demonstração da arrecadação mensal das Receitas Orçamentárias por Tipo segue abaixo:



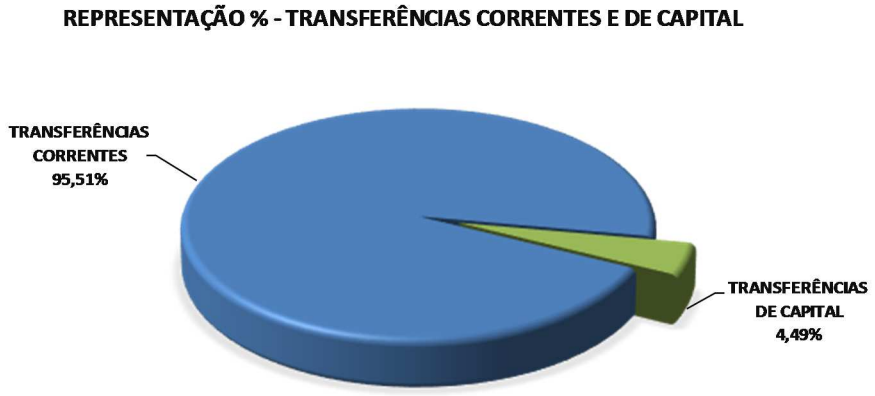

**Receitas Próprias, Transferências Correntes e Transferências de Capital**

As receitas próprias representaram 68% do valor arrecadado no exercício de 2018, enquanto as receitas provenientes de transferências de recursos financeiros representaram 32% da receita total.

O gráfico a seguir demonstra a arrecadação mensal das Receitas Próprias e das Transferências Correntes e de Capital no exercício de 2018:




Do total de R$ 15,8 bilhões, referente às Transferências de Recursos recebidas pelo Município em 2018, as Transferências Correntes totalizaram R$ 15,1 bilhões, enquanto as Transferências de Capital somaram R$ 713,7 milhões. Segue abaixo a representação em valores percentuais:

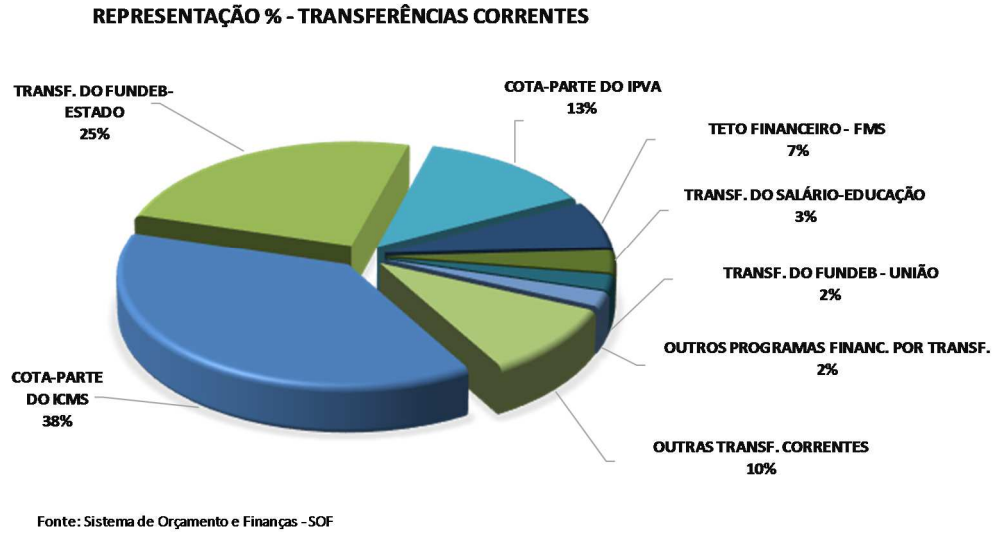



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As Transferências Correntes alcançaram o montante de R$ 15,1 bilhões e estão detalhadas por rubricas de receitas na tabela seguinte:

| Transferências Correntes | R$ | % |
|---|---|---|
| COTA-PARTE DO ICMS | R$ 5.756.013.090,00 | 38% |
| TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ESTADO | R$ 3.740.880.541,00 | 25% |
| COTA-PARTE DO IPVA | R$ 1.994.641.321,00 | 13% |
| TETO FINANCEIRO - FMS | R$ 1.023.753.660,00 | 7% |
| TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | R$ 489.819.600,00 | 3% |
| TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - UNIÃO | R$ 334.321.725,70 | 2% |
| OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSF. FUNDO A FUNDO - ATB- FMS | R$ 322.806.949,20 | 2% |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | R$ 1.514.066.303,56 | 10% |
| **TOTAL** | **R$ 15.176.303.190,46** | **100%** |

A representação em valores percentuais das Transferências Correntes, detalhadas por rubricas de receitas, segue abaixo:

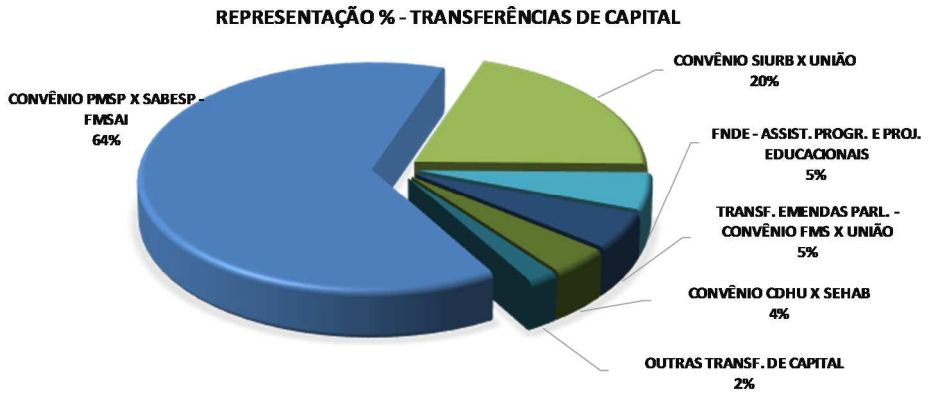



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As Transferências de Capital totalizaram a quantia de R$ 713,7 milhões e estão detalhadas por rubricas de receitas na tabela a seguir:

| Transferências de Capital | R$ | % |
|---|---|---|
| CONVÊNIO PMSP X SABESP - FMSAI | R$ 453.811.516,80 | 64% |
| CONVÊNIO SIURB X UNIÃO | R$ 142.862.809,77 | 20% |
| FNDE - ASSIST. FINANCEIRA A PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS - PAR | R$ 38.437.388,68 | 5% |
| TRANSF. ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES - CONVÊNIO FMS X UNIÃO | R$ 36.669.848,00 | 5% |
| CONVÊNIO CDHU X SEHAB | R$ 28.144.463,68 | 4% |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | R$ 13.862.845,84 | 2% |
| **TOTAL** | **R$ 713.788.872,77** | **100%** |

A representação em valores percentuais das Transferências de Capital, detalhadas por rubricas de receitas, segue abaixo:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

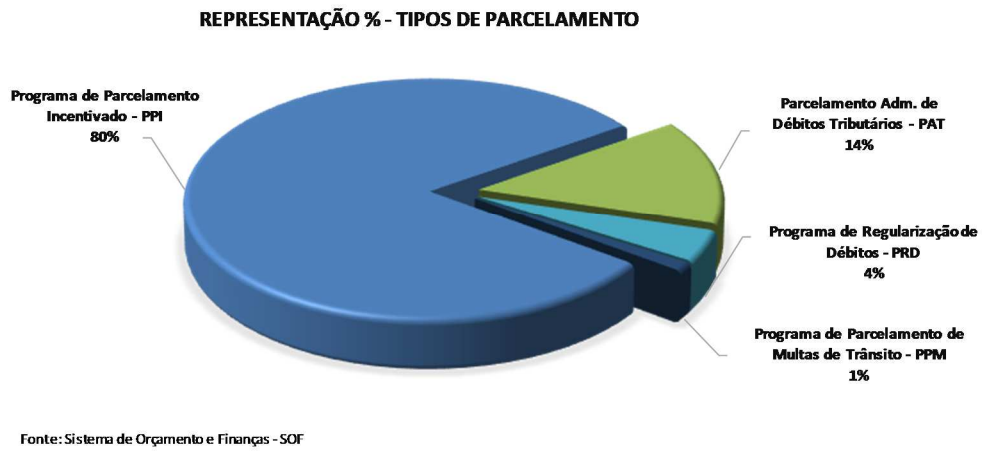
**Receita orçamentária arrecadada por meio de Programas de Parcelamento**

A Receita Orçamentária arrecadada por meio de Programas de Parcelamento, em seus valores líquidos, descontadas as deduções de receitas, honorários e custas devidas ao Estado totalizou a quantia de R$ 1,03 bilhões e foi constituída da seguinte forma:

| Programas de Parcelamento | Receita | % |
|---|---|---|
| Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT | R$ 147.079.945,57 | 14% |
| Programa de Parcelamento Incentivado - PPI | R$ 832.803.104,15 | 80% |
| Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito - PPM | R$ 12.321.800,04 | 1% |
| Programa de Regularização de Débitos - PRD | R$ 43.927.345,79 | 4% |
| **TOTAL** | **R$ 1.036.132.195,55** | **100%** |

Em 2018 foi instituído o Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito - PPM pela Lei nº 16.781, de 03 de janeiro de 2018, regulamentada pelo Decreto nº 58.069, de 12 de janeiro de 2018, que propiciou a arrecadação de R$ 12,3 milhões no exercício de 2018.

A demonstração da arrecadação com os Programas de Parcelamento em valores percentuais segue abaixo:



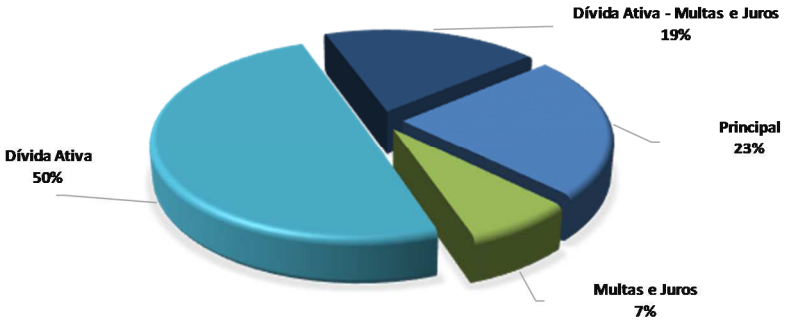

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A tabela a seguir apresenta o valor arrecadado com os Programas de Parcelamento, detalhadas por tipo de receitas:

| Parcelamento - Tipo de Receita | Receita | % |
|---|---|---|
| Principal | R$ 242.687.485,41 | 23% |
| Multas e Juros | R$ 76.554.395,04 | 7% |
| Dívida Ativa | R$ 515.431.311,94 | 50% |
| Dívida Ativa - Multas e Juros | R$ 201.459.003,16 | 19% |
| **TOTAL** | **R$ 1.036.132.195,55** | **100%** |

O gráfico a seguir representa em valores percentuais a arrecadação com os Programas de Parcelamento, detalhadas por tipo de receitas:

**REPRESENTAÇÃO % - PARCELAMENTO - TIPO DE RECEITA**



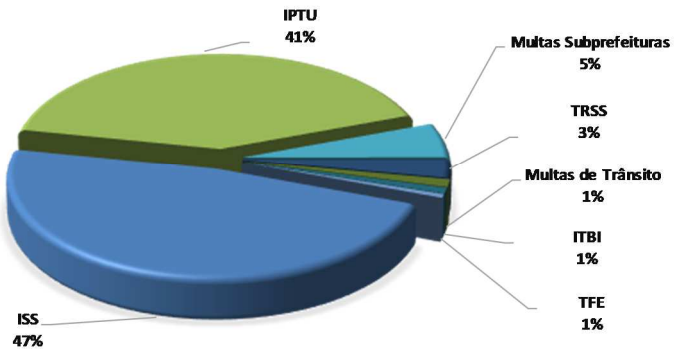

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O valor correspondente à arrecadação com Programas de Parcelamento também foi detalhado por natureza de receitas, conforme tabela abaixo:

| Parcelamento - Natureza de Receita | Receita | % |
|---|---|---|
| ISS | R$ 488.103.553,85 | 47,11% |
| IPTU | R$ 424.675.153,74 | 40,99% |
| Multas Subprefeituras | R$ 56.386.520,74 | 5,44% |
| TRSS | R$ 29.665.118,04 | 2,86% |
| Multas de Trânsito | R$ 12.321.800,04 | 1,19% |
| ITBI | R$ 9.446.616,18 | 0,91% |
| TFE | R$ 5.955.587,22 | 0,57% |
| TRSD | R$ 4.051.530,20 | 0,39% |
| TFA | R$ 2.376.176,94 | 0,23% |
| OUTROS | R$ 1.769.136,34 | 0,17% |
| Multas FMS | R$ 1.381.002,26 | 0,13% |
| **TOTAL** | **R$ 1.036.132.195,55** | **100%** |

O gráfico a seguir apresenta o valor percentual das principais Naturezas de Receitas que compõem o valor total arrecadado com Programas de Parcelamento:

**REPRESENTAÇÃO % - PARCELAMENTO - NATUREZA DE RECEITA**




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## Execução da Despesa Orçamentária

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. O conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade é denominado de despesa orçamentária pública.

A classificação da despesa orçamentária por natureza tem a seguinte composição:

I) Categoria Econômica
II) Grupo de Natureza de Despesa
III) Elemento de Despesa

Na comparação da Despesa Orçada (Dotação Inicial) com o Total dos Créditos Autorizados (Dotação Atualizada), observa-se que houve aumento do montante de despesa de R$ 56,3 bilhões, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, devido ao acréscimo de R$ 128 milhões na Despesa Orçada advindos da abertura de Créditos Adicionais, totalizando os Créditos Autorizados em R$ 56,5 bilhões. Ocorreram, ainda, anulações e suplementações no montante de R$ 9,4 bilhões entre as Administrações Direta (Poder Executivo e Legislativo) e Indireta, demonstrados a seguir:

em R$

| Despesa | Orçada (a) | Anulação (b) | Créditos Adicionais Diversos (c) | Créditos Adicionais p/ Superavit Financeiro (d) | Total dos Créditos Autorizados (e) = a+b+c+d |
|---|---|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **43.511.809.396,00** | **(9.032.104.609,54)** | **8.203.627.255,46** | **128.894.873,05** | **42.812.226.914,97** |
| Poder Executivo | 42.522.006.622,00 | (8.960.252.912,08) | 8.188.467.344,46 | 123.456.197,05 | 41.873.677.251,43 |
| Poder Legislativo | 989.802.774,00 | (71.851.697,46) | 15.159.911,00 | 5.438.676,00 | 938.549.663,54 |
| **Administração Indireta** | **12.858.751.166,00** | **(428.800.968,82)** | **1.257.278.322,90** | **-** | **13.687.228.520,08** |
| Poder Executivo | 12.858.751.166,00 | (428.800.968,82) | 1.257.278.322,90 | - | 13.687.228.520,08 |
| **Total** | **56.370.560.562,00** | **(9.460.905.578,36)** | **9.460.905.578,36** | **128.894.873,05** | **56.499.455.435,05** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A despesa orçamentária empenhada alcançou o montante de R$ 54,2 bilhões, ou seja, foram empenhadas 95,85% das despesas orçadas (dotação atualizada), resultando em uma economia orçamentária de R$ 2,3 bilhões, representando, em termos percentuais, 4,15% de execução inferior ao total previsto, demonstrado a seguir:

em R$

| Despesa | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado | %Empenhada/ Orçada |
|---|---|---|---|---|
| Despesa Orçada (Atualizada) | 42.812.226.914,97 | 13.687.228.520,08 | 56.499.455.435,05 | 100,00% |
| Despesa Empenhada | 40.724.197.410,49 | 13.432.944.325,18 | 54.157.141.735,67 | 95,85% |
| **Diferença** | **2.088.029.504,48** | **254.284.194,90** | **2.342.313.699,38** | **4,15%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na execução da despesa orçamentária, a Administração Direta participou com 75,20% do total empenhado e a Administração Indireta com 24,80%, conforme segue:

em R$

| Despesa Empenhada | Valor | %S/ Total |
|---|---|---|
| Administração Direta | 40.724.197.410,49 | 75,20% |
| Administração Indireta | 13.432.944.325,18 | 24,80% |
| **Diferença** | **54.157.141.735,67** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

### *Despesas por Categoria Econômica e GND (Grupo Natureza de Despesa)*

As Despesas Orçamentárias estão segregadas por categoria econômica:

- **Despesas Correntes** – classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;

- **Despesas de Capital** – classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

O GND (Grupo por Natureza de Despesa) é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto e é agrupado em: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

No exercício de 2018, a execução orçamentária da despesa está apresentada conforme quadro abaixo:

em R$

| Despesa Empenhada | Administração Direta | %S/ Total | Administração Indireta | %S/ Total | Consolidado | %S/ Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas Correntes | 36.244.252.598,72 | 89,00% | 13.389.370.041,61 | 99,68% | 49.633.622.640,33 | 91,65% |
| Despesas de Capital | 4.479.944.811,77 | 11,00% | 43.574.283,57 | 0,32% | 4.523.519.095,34 | 8,35% |
| **Total** | **40.724.197.410,49** | **100,00%** | **13.432.944.325,18** | **100,00%** | **54.157.141.735,67** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No Resultado Consolidado da Despesa Total Empenhada em 2018, as Despesas Correntes representaram 91,65% e as Despesas de Capital corresponderam a 8,35%.

## Despesas Correntes

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A PMSP apresentou no exercício de 2018 o seguinte resultado orçamentário das Despesas Correntes:

em R$

| Despesa Corrente | Administração Direta | %S/Total | Administração Indireta | %S/Total | Consolidado | %S/Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Encargos Sociais | 13.043.798.754,34 | 35,99% | 9.921.176.582,60 | 74,10% | 22.964.975.336,94 | 46,27% |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.175.494.469,83 | 3,24% | 997.284,48 | 0,01% | 1.176.491.754,31 | 2,37% |
| Outras Despesas Correntes | 22.024.959.374,55 | 60,77% | 3.467.196.174,53 | 25,90% | 25.492.155.549,08 | 51,36% |
| **Total** | **36.244.252.598,72** | **100,00%** | **13.389.370.041,61** | **100,00%** | **49.633.622.640,33** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as duas maiores participações das Despesas Correntes:

- Outras Despesas Correntes que totalizaram o montante de R$ 25,5 bilhões, correspondendo a 51,36% das Despesas Correntes;
- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que totalizaram o montante de R$ 22,9 bilhões, correspondendo a 46,27% das Despesas Correntes.

As principais contas da categoria de Despesas Correntes seguem demonstradas:

em R$

| Despesa Corrente | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado | %S/Total do Grupo |
|---|---|---|---|---|
| **Pessoal e Encargos Sociais** | **13.043.798.754,34** | **9.921.176.582,60** | **22.964.975.336,94** | **46,27%** |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 9.829.357.561,00 | 726.231.011,14 | 10.555.588.572,14 | 21,27% |
| Aposent. RPPS, Reserva. Rem. e Refor. Militares | - | 8.228.006.254,68 | 8.228.006.254,68 | 16,58% |
| Obrigações Patronais | 2.013.039.835,69 | 155.388.031,94 | 2.168.427.867,63 | 4,37% |
| Sentenças Judiciais | 1.177.402.199,94 | 14.560.684,62 | 1.191.962.884,56 | 2,40% |
| Pensões do RPPS e do Militar | - | 788.138.187,90 | 788.138.187,90 | 1,59% |
| Demais Contas | 23.999.157,71 | 8.852.412,32 | 32.851.570,03 | 0,07% |
| **Juros e Encargos da Dívida** | **1.175.494.469,83** | **997.284,48** | **1.176.491.754,31** | **2,37%** |
| Juros sobre a Dívida por Contrato | 1.168.215.484,04 | 997.284,48 | 1.169.212.768,52 | 2,36% |
| Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato | 7.278.985,79 | - | 7.278.985,79 | 0,01% |
| **Outras Despesas Correntes** | **22.024.959.374,55** | **3.467.196.174,53** | **25.492.155.549,08** | **51,36%** |
| Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica | 15.271.321.701,63 | 3.118.529.585,64 | 18.389.851.287,27 | 37,05% |
| Contribuições | 3.186.790.847,08 | - | 3.186.790.847,08 | 6,42% |
| Material de Consumo | 811.262.874,77 | 145.636.572,52 | 956.899.447,29 | 1,93% |
| Auxílio-Alimentação | 756.468.624,18 | 93.010.706,95 | 849.479.331,13 | 1,71% |
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 482.286.196,37 | 31.052.375,75 | 513.338.572,12 | 1,03% |
| Demais Contas | 1.516.829.130,52 | 78.966.933,67 | 1.595.796.064,19 | 3,22% |
| **Total** | **36.244.252.598,72** | **13.389.370.041,61** | **49.633.622.640,33** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando os três grupos das Despesas Correntes, observa-se que as contas com maiores representações são:

- Juros sobre a Dívida por Contrato com 99,38% do total do grupo;
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica equivale a 72,14% do total do grupo;
- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil com 45,96% do total do grupo.

## Despesas de Capital

As Despesas de Capital constituem despesas da administração pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou no exercício de 2018 a seguinte execução orçamentária das Despesas de Capital:

em R$

| Despesa de Capital | Administração Direta | %S/Total | Administração Indireta | %S/Total | Consolidado | %S/Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Investimentos | 2.337.823.691,07 | 52,18% | 40.628.693,16 | 93,24% | 2.378.452.384,23 | 52,58% |
| Inversões Financeiras | 23.070.485,83 | 0,51% | - | 0,00% | 23.070.485,83 | 0,51% |
| Amortização da Dívida | 2.119.050.634,87 | 47,30% | 2.945.590,41 | 6,76% | 2.121.996.225,28 | 46,91% |
| **Total** | **4.479.944.811,77** | **100,00%** | **43.574.283,57** | **100,00%** | **4.523.519.095,34** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destacam-se as duas maiores participações das Despesas de Capital:

- Despesas com Investimentos que totalizaram o montante de R$ 2,4 bilhões, correspondendo a 52,58% das Despesas de Capital;
- Amortização da Dívida que totalizou o montante de R$ 2,1 bilhões e corresponde a 46,91% das Despesas de Capital.

O quadro abaixo demonstra as principais contas da categoria de Despesas de Capital, com destaque para as Obras e Instalações que representam 55,23% do total do grupo de Investimentos:

em R$

| Despesa de Capital | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado | % S/Total do Grupo |
|---|---|---|---|---|
| **Investimentos** | **2.337.823.691,07** | **40.628.693,16** | **2.378.452.384,23** | **52,58%** |
| Obras e Instalações | 1.305.038.898,86 | 8.687.391,00 | 1.313.726.289,86 | 29,04% |
| Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica | 353.283.818,00 | 6.828.857,02 | 360.112.675,02 | 7,96% |
| Sentenças Judiciais | 357.779.474,16 | 171.025,95 | 357.950.500,11 | 7,91% |
| Aquisição de Imóveis | 144.673.864,39 | - | 144.673.864,39 | 3,20% |
| Equipamentos e Material Permanente | 129.108.011,06 | 2.409.778,09 | 131.517.789,15 | 2,91% |
| Demais Contas | 47.939.624,60 | 22.531.641,10 | 70.471.265,70 | 1,56% |
| **Inversões Financeiras** | **23.070.485,83** | **-** | **23.070.485,83** | **0,51%** |
| Const. ou Aumento Capital de Empresas | 23.070.485,83 | | 23.070.485,83 | 0,51% |
| **Amortização da Dívida** | **2.119.050.634,87** | **2.945.590,41** | **2.121.996.225,28** | **46,91%** |
| Principal da Dívida Contratual Resgatado | 2.119.050.634,87 | 2.945.590,41 | 2.121.996.225,28 | 46,91% |
| **Total** | **4.479.944.811,77** | **43.574.283,57** | **4.523.519.095,34** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

### *Despesas por Principais Elementos*

Tem por finalidade identificar os objetos de gastos que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

A execução orçamentária de 2018 apresentou os seguintes principais elementos de despesa:

em R$

| Despesa por Elemento | Dotação Atualizada (I) | Despesa Realizada (II) | Diferença III = (I-II) | % Realizada sobre Dotação | % Participação sobre Total Realizada |
|---|---|---|---|---|---|
| Serviços * | 20.212.149.742,05 | 19.190.695.084,97 | 1.021.454.657,08 | 94,95% | 35,44% |
| Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 10.662.239.310,16 | 10.555.588.572,14 | 106.650.738,02 | 99,00% | 19,49% |
| Aposent. RPPS, Reserva. Rem. e Refor. Milit. | 8.268.056.233,90 | 8.228.006.254,68 | 40.049.979,22 | 99,52% | 15,19% |
| Contribuições | 3.195.085.700,67 | 3.186.790.847,08 | 8.294.853,59 | 99,74% | 5,88% |
| Obrigações Patronais | 2.226.730.468,48 | 2.168.427.867,63 | 58.302.600,85 | 97,38% | 4,00% |
| Principal da Dívida Contratual Resgatado | 2.142.564.056,02 | 2.121.996.225,28 | 20.567.830,74 | 99,04% | 3,92% |
| Sentenças Judiciais | 1.836.900.564,17 | 1.822.458.063,14 | 14.442.501,03 | 99,21% | 3,37% |
| Obras e Instalações | 1.869.559.447,88 | 1.313.726.289,86 | 555.833.158,02 | 70,27% | 2,43% |
| Juros sobre a Dívida por Contrato | 1.178.633.720,04 | 1.169.212.768,52 | 9.420.951,52 | 99,20% | 2,16% |
| Material de Consumo | 1.051.630.069,55 | 957.108.559,62 | 94.521.509,93 | 91,01% | 1,77% |
| Auxílio-Alimentação | 879.543.611,11 | 849.479.331,13 | 30.064.279,98 | 96,58% | 1,57% |
| Pensões do RPPS e do Militar | 810.000.000,00 | 788.138.187,90 | 21.861.812,10 | 97,30% | 1,46% |
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 517.160.734,44 | 513.392.887,35 | 3.767.847,09 | 99,27% | 0,95% |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 371.506.200,73 | 364.864.384,60 | 6.641.816,13 | 98,21% | 0,67% |
| Demais Elementos de Despesa | 635.289.170,93 | 362.118.803,31 | 273.170.367,62 | 57,00% | 0,67% |
| Material, Bem ou Serviço Distrib. Gratuita | 231.200.239,39 | 222.209.613,30 | 8.990.626,09 | 96,11% | 0,41% |
| Outros Auxílios Financ. a Pessoas Físicas | 229.499.895,08 | 198.254.130,77 | 31.245.764,31 | 86,39% | 0,37% |
| Aquisição de Imóveis | 181.706.270,45 | 144.673.864,39 | 37.032.406,06 | 79,62% | 0,27% |
| **Total** | **56.499.455.435,05** | **54.157.141.735,67** | **2.342.313.699,38** | **95,85%** | **100,00%** |

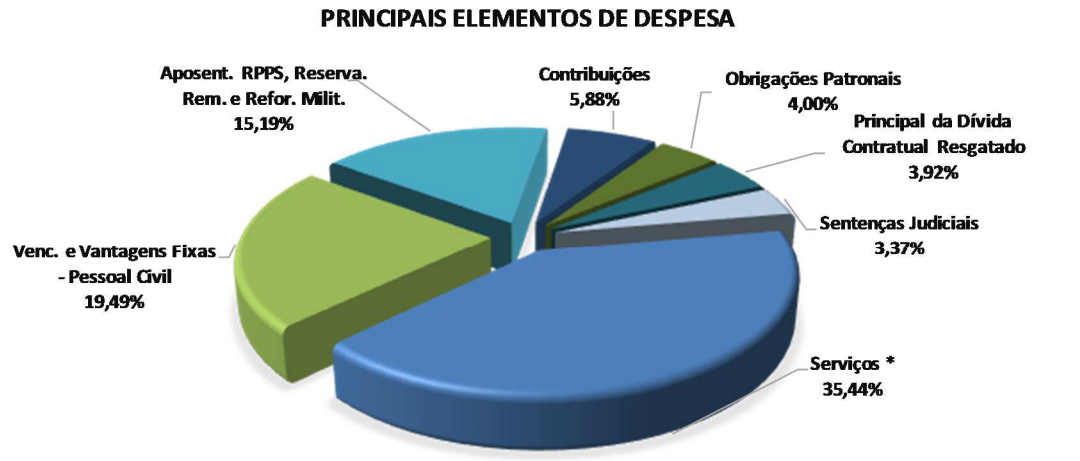
* Refente à soma dos elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Locação de Mão-de-Obra e Serviços de Consultoria

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na análise das despesas segregadas pelos seus elementos destacam-se:

- As despesas com Serviços (contendo os elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Locação de Mão de Obra e Serviços de Consultoria) representaram 35,44% do total das despesas empenhadas em 2018;
- Na comparação da dotação com o percentual da despesa realizada observa-se uma média de 95,85% de execução. Destoam desta média os “Demais Elementos de Despesa”, “Obras e Instalações”, “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas” e “Aquisições de Imóveis”, que atingiram os percentuais de 57%, 70,27%, 86,39% e 79,62% respectivamente.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de realização dos principais elementos de despesas utilizados na execução orçamentária de 2018:




* Referente à soma dos elementos: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Pessoa Física, Locação de Mão-de-Obra e Serviços de Consultoria

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Despesas por Função de Governo*

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação: "Em qual área de ação governamental a despesa será realizada? "

A execução orçamentária de 2018 apresentou as seguintes despesas classificadas por Função de Governo:

em R$

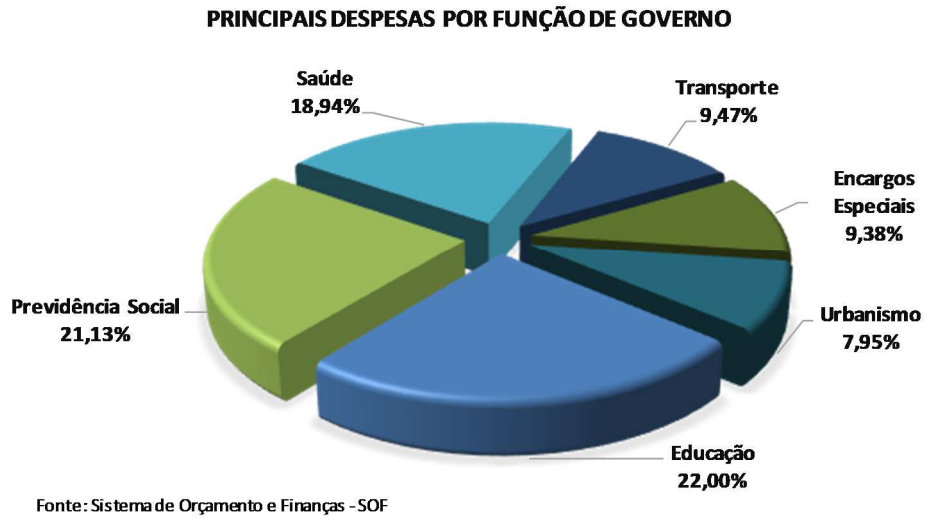
| Despesa por Função de Governo | Dotação Atualizada (I) | Despesa Realizada (II) | Diferença III = (I-II) | % Realizada sobre Dotação | % Participação sobre Total Realizada |
|---|---|---|---|---|---|
| Educação | 12.099.644.166,40 | 11.911.989.937,18 | 187.654.229,22 | 98,45% | 22,00% |
| Previdência Social | 11.531.261.860,37 | 11.441.354.415,01 | 89.907.445,36 | 99,22% | 21,13% |
| Saúde | 10.599.438.189,73 | 10.256.815.745,95 | 342.622.443,78 | 96,77% | 18,94% |
| Transporte | 5.225.847.143,05 | 5.128.618.324,64 | 97.228.818,41 | 98,14% | 9,47% |
| Encargos Especiais | 5.111.001.810,00 | 5.079.562.505,17 | 31.439.304,83 | 99,38% | 9,38% |
| Urbanismo | 4.817.126.360,52 | 4.305.028.417,40 | 512.097.943,12 | 89,37% | 7,95% |
| Assistência Social | 1.344.856.304,80 | 1.255.894.077,47 | 88.962.227,33 | 93,39% | 2,32% |
| Habitação | 1.037.100.890,32 | 842.425.958,78 | 194.674.931,54 | 81,23% | 1,56% |
| Legislativa | 938.549.663,54 | 763.667.512,55 | 174.882.150,99 | 81,37% | 1,41% |
| Administração | 893.259.341,23 | 758.878.593,94 | 134.380.747,29 | 84,96% | 1,40% |
| Cultura | 694.487.622,98 | 588.492.110,19 | 105.995.512,79 | 84,74% | 1,09% |
| Segurança Pública | 569.623.240,22 | 549.963.623,36 | 19.659.616,86 | 96,55% | 1,02% |
| Saneamento | 527.681.310,45 | 347.354.231,56 | 180.327.078,89 | 65,83% | 0,64% |
| Gestão Ambiental | 250.143.744,13 | 215.291.256,48 | 34.852.487,65 | 86,07% | 0,40% |
| Judiciária | 202.200.504,90 | 194.165.101,84 | 8.035.403,06 | 96,03% | 0,36% |
| Desporto e Lazer | 233.470.911,33 | 176.215.587,26 | 57.255.324,07 | 75,48% | 0,33% |
| Comunicações | 142.494.644,18 | 123.794.481,37 | 18.700.162,81 | 86,88% | 0,23% |
| Trabalho | 118.539.053,36 | 105.756.760,67 | 12.782.292,69 | 89,22% | 0,20% |
| Direitos da Cidadania | 129.559.076,19 | 81.931.293,25 | 47.627.782,94 | 63,24% | 0,15% |
| Comércio e Serviços | 31.885.597,35 | 29.524.213,82 | 2.361.383,53 | 92,59% | 0,05% |
| Defesa Nacional | 504.000,00 | 286.722,41 | 217.277,59 | 56,89% | 0,00% |
| Relações Exteriores | 755.000,00 | 130.865,37 | 624.134,63 | 17,33% | 0,00% |
| Reserva de Contingência | 25.000,00 | - | 25.000,00 | 0,00% | 0,00% |
| **Total** | **56.499.455.435,05** | **54.157.141.735,67** | **2.342.313.699,38** | **95,85%** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Analisando as informações apresentadas, dos projetos e atividades desenvolvidos pelas unidades orçamentárias responsáveis pela execução da despesa, os mais significativos foram nas áreas relacionadas com as seguintes Funções de Governo:

- Educação: R$ 11,9 bilhões, que representa 22%;
- Previdência Social: R$ 11,4 bilhões, que representa 21,13%;
- Saúde: R$ 10,3 bilhões, que representa 18,94%;
- Transportes: R$ 5,1 bilhões, que representa 9,47%;
- Encargos Especiais: R$ 5,1 bilhões que representa 9,38%;
- Urbanismo: R$ 4,3 bilhões, que representa 7,95%.

O gráfico a seguir representa a porcentagem de realização das principais despesas classificadas por Função de Governo:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

### *Despesas por Fonte de Recursos*

A classificação das despesas por Fonte de Recursos permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

A execução orçamentária de 2018 apresentou o resultado de acordo com as seguintes Fontes de Recursos:

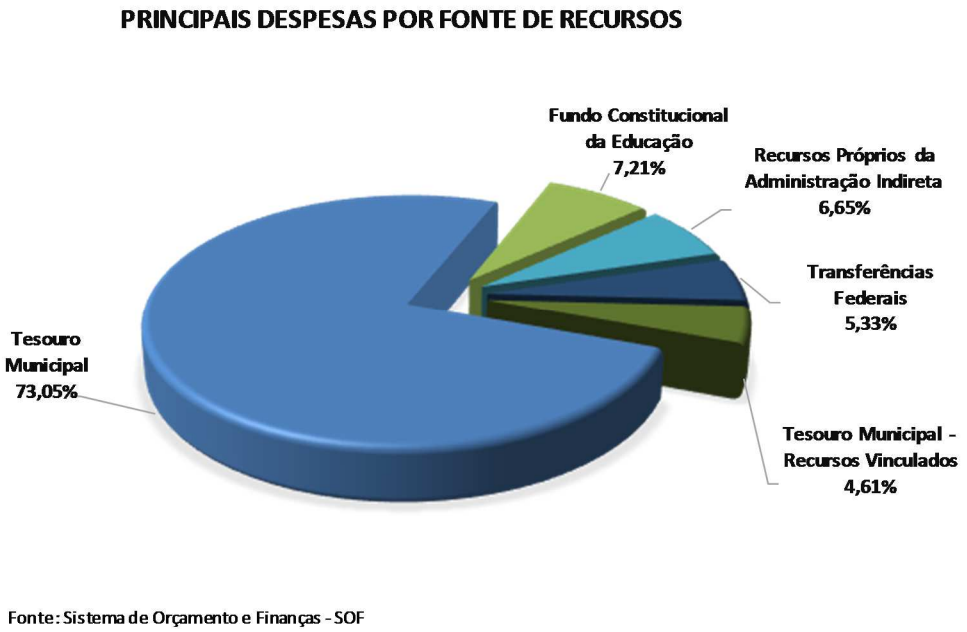
em R$

| Despesa por Fonte de Recursos | Dotação Atualizada (I) | Despesa Realizada (II) | Diferença III = (I-II) | % Realizada sobre Dotação | % Participação sobre Total Realizada |
|---|---|---|---|---|---|
| Tesouro Municipal | 40.914.158.733,83 | 39.559.519.504,36 | 1.354.639.229,47 | 96,69% | 73,05% |
| Fundo Constitucional da Educação | 3.905.545.028,00 | 3.905.521.542,24 | 23.485,76 | 100,00% | 7,21% |
| Recursos Próprios da Administração Indireta | 3.652.064.960,13 | 3.599.269.769,14 | 52.795.190,99 | 98,55% | 6,65% |
| Transferências Federais | 3.262.611.829,58 | 2.884.730.030,60 | 377.881.798,98 | 88,42% | 5,33% |
| Tesouro Municipal - Recursos Vinculados | 2.870.567.620,53 | 2.494.046.042,71 | 376.521.577,82 | 86,88% | 4,61% |
| Depósitos Judiciais | 940.668.909,05 | 940.662.909,05 | 6.000,00 | 100,00% | 1,74% |
| Transferências Estaduais | 631.486.240,08 | 525.317.460,71 | 106.168.779,37 | 83,19% | 0,97% |
| Operações de Crédito | 169.983.075,37 | 122.428.308,48 | 47.554.766,89 | 72,02% | 0,23% |
| Outras Fontes | 75.552.515,85 | 69.769.786,47 | 5.782.729,38 | 92,35% | 0,13% |
| Recursos Próprios da Empresa Dependente | 59.430.917,35 | 40.876.381,91 | 18.554.535,44 | 68,78% | 0,08% |
| Alienação de Bens/Ativos | 17.385.605,28 | 15.000.000,00 | 2.385.605,28 | 86,28% | 0,03% |
| **Total** | **56.499.455.435,05** | **54.157.141.735,67** | **2.342.313.699,38** | **95,85%** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a maior concentração da despesa por Fonte de Recursos está no Tesouro Municipal, que equivale a 73,05% do total da despesa realizada.

O gráfico abaixo representa a porcentagem de realização das despesas classificadas por Fonte de Recursos:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

## *Despesas de Exercícios Anteriores*

Conforme disposto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA correspondem a uma previsão legal que disciplina o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados à conta do orçamento vigente, que afetará o sistema orçamentário e consequentemente o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas.

em R$

| DEA - Despesas de Exercícios Anteriores | Consolidado 2018 | % S/ Total 2018 | Consolidado 2017 | % S/ Total 2017 |
|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes** | **337.678.323,63** | **92,55%** | **127.282.681,53** | **91,51%** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.794.499,14 | 0,77% | 7.727.299,15 | 5,56% |
| Outras Despesas Correntes | 334.883.824,49 | 91,78% | 119.555.382,38 | 85,95% |
| **Despesas de Capital** | **27.186.060,97** | **7,45%** | **11.816.295,11** | **8,49%** |
| Investimentos | 27.186.060,97 | 7,45% | 11.816.295,11 | 8,49% |
| **Total** | **364.864.384,60** | **100,00%** | **139.098.976,64** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No Município de São Paulo, as despesas processadas no exercício de 2018, correspondentes às despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R$ 364 milhões, sendo 91,78% dessas despesas provenientes de Outras Despesas Correntes.

Em comparação com o exercício de 2017, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores aumentou 162,3% (de R$ 139 milhões para R$ 364 milhões).

As despesas de exercícios anteriores totalizaram R$ 364 milhões e representaram 0,67% das despesas empenhadas no exercício de 2018.

### *Execução dos Fundos Municipais*

Os orçamentos dos Fundos Municipais dos Poderes Executivo e Legislativo encontram-se agregados ao total orçado da Administração Direta e Administração Indireta.

Na Administração Direta, cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias das Secretarias as quais se vinculam, pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, no caso do Fundo Municipal de Habitação e pelas autoridades responsáveis do Poder Legislativo no caso dos Fundos Especiais de Despesas da Câmara e do Tribunal de Contas, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Orgânica do Município de São Paulo e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O orçamento em 2018 para os Fundos Municipais foi de R$ 12,8 bilhões e representou 22,79% do total do orçamento consolidado da PMSP. Na comparação da despesa empenhada, verifica-se uma execução de R$ 12,09 bilhões dos Fundos Municipais, equivalendo a 22,34% da despesa consolidada, abaixo demonstrado:

em R$

| Órgão | Orçamento Atualizado | %S/ Total Orçamento | Despesa Empenhada | %S/ Total Despesa Empenhada |
|---|---|---|---|---|
| Fundos Municipais | 12.875.308.363,74 | 22,79% | 12.096.649.841,14 | 22,34% |
| Demais Órgãos | 43.624.147.071,31 | 77,21% | 42.060.491.894,53 | 77,66% |
| **Total Consolidado** | **56.499.455.435,05** | **100,00%** | **54.157.141.735,67** | **100,00%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico a seguir representa a porcentagem de participação dos Fundos Municipais na execução consolidada:

No quadro a seguir verifica-se a execução orçamentária de cada um dos Fundos Municipais, segregados em Administração Direta e Indireta. Os Fundos da Administração Direta tiveram um orçamento atualizado de R$ 12,8 bilhões e empenharam o total de R$ 12,07, representando 94,11% de execução. Apenas o Fundo Municipal de Habitação compõe a Administração Indireta e apresentou um orçamento atualizado de R$ 48,1 milhões e execução de R$ 24,6 milhões, equivalente a 51,24% de seu orçamento.

em R$

| Órgão/ Fundo | Orçamento Inicial | Acréscimo ou Decréscimo | Orçamento Atualizado | Total Empenhado | % Empenhado sobre Orç. Atualizado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **13.223.090.621,00** | **(395.915.980,64)** | **12.827.174.640,36** | **12.071.983.779,95** | **94,11%** |
| **Poder Legislativo** | **8.582.000,00** | **5.438.676,00** | **14.020.676,00** | **6.716.425,84** | **47,90%** |
| Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal | 4.682.000,00 | - | 4.682.000,00 | 1.121.464,54 | 23,95% |
| Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas | 3.900.000,00 | 5.438.676,00 | 9.338.676,00 | 5.594.961,30 | 59,91% |
| **Poder Executivo** | **13.214.508.621,00** | **(401.354.656,64)** | **12.813.153.964,36** | **12.065.267.354,11** | **94,16%** |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento Social | 1.015.000.000,00 | (1.014.761.868,72) | 238.131,28 | - | 0,00% |
| Fundo Municipal de Idoso | 35.000,00 | - | 35.000,00 | - | 0,00% |
| Fundo Municipal Defesa Consumidor | 91.180,00 | - | 91.180,00 | - | 0,00% |
| Fundo Municipal de Parques | 3.000,00 | - | 3.000,00 | - | 0,00% |
| Fundo Municipal da Saúde | 8.155.475.081,00 | 668.638.420,73 | 8.824.113.501,73 | 8.533.177.362,72 | 96,70% |
| Fundo Municipal de Saneamento Ambien. e Infraestrut. | 421.215.283,00 | 62.246.138,63 | 483.461.421,63 | 423.979.101,89 | 87,70% |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito | 1.737.733.104,00 | (100.180.931,86) | 1.637.552.172,14 | 1.564.898.385,43 | 95,56% |
| Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura | 463.480,00 | (463.480,00) | - | - | 0,00% |
| Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação | 3.240.000,00 | 4.353.185,83 | 7.593.185,83 | 371.297,95 | 4,89% |
| Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente | 121.211.584,00 | (65.655.338,02) | 55.556.245,98 | 53.666.590,83 | 96,60% |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 1.171.023.256,00 | 2.391.990,59 | 1.173.415.246,59 | 1.092.459.016,58 | 93,10% |
| Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável | 30.751.000,00 | 21.205.389,00 | 51.956.389,00 | 33.088.947,79 | 63,69% |
| Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais | 7.000.000,00 | (6.087.571,11) | 912.428,89 | 694.689,65 | 76,14% |
| Fundo Municipal de Turismo | 8.488,00 | - | 8.488,00 | - | 0,00% |
| Fundo de Proteção do Patrim. Cult. Amb. Paulist. | 434.000,00 | - | 434.000,00 | - | 0,00% |
| Fundo de Desenvolvimento Urbano | 195.360.000,00 | 27.009.408,29 | 222.369.408,29 | 147.033.333,27 | 66,12% |
| Fundo Municipal de Iluminação Pública | 355.464.165,00 | (50.000,00) | 355.414.165,00 | 215.898.628,00 | 60,75% |
| **Administração Indireta** | **48.925.723,00** | **(791.999,62)** | **48.133.723,38** | **24.666.061,19** | **51,24%** |
| Fundo Municipal de Habitação | 48.925.723,00 | (791.999,62) | 48.133.723,38 | 24.666.061,19 | 51,24% |
| **Total** | **13.272.016.344,00** | **(396.707.980,26)** | **12.875.308.363,74** | **12.096.649.841,14** | **93,95%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Segregando o total empenhado pelos Órgãos/Fundos em suas respectivas categorias econômicas, observa-se que foram utilizados R$ 11,01 bilhões em Despesa Corrente, representando 91,09% do total empenhado e R$ 1,07 bilhões em Despesa de Capital, equivalente a 8,91% do total empenhado, conforme demonstrado a seguir:

em R$

| Órgão/ Fundo | Despesa Corrente | Despesa de Capital | Total | % Participação S/ Total |
|---|---|---|---|---|
| **Administração Direta** | **11.007.462.491,52** | **1.064.521.288,43** | **12.071.983.779,95** | **99,80%** |
| **Poder Legislativo** | **2.344.815,27** | **4.371.610,57** | **6.716.425,84** | **0,06%** |
| Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal | 296.143,32 | 825.321,22 | 1.121.464,54 | 0,01% |
| Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas | 2.048.671,95 | 3.546.289,35 | 5.594.961,30 | 0,05% |
| **Poder Executivo** | **11.005.117.676,25** | **1.060.149.677,86** | **12.065.267.354,11** | **99,74%** |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento Social | - | - | - | 0,00% |
| Fundo Municipal de Parques | - | - | - | 0,00% |
| Fundo Municipal da Saúde | 8.375.644.671,02 | 157.532.691,70 | 8.533.177.362,72 | 70,54% |
| Fundo Municipal de Saneamento Ambient e Infraestrut. | - | 423.979.101,89 | 423.979.101,89 | 3,50% |
| Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito | 1.241.458.614,16 | 323.439.771,27 | 1.564.898.385,43 | 12,94% |
| Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura | - | - | - | 0,00% |
| Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação | - | 371.297,95 | 371.297,95 | 0,00% |
| Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente | 50.512.945,06 | 3.153.645,77 | 53.666.590,83 | 0,44% |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 1.091.899.832,98 | 559.183,60 | 1.092.459.016,58 | 9,03% |
| Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável | 29.012.555,90 | 4.076.391,89 | 33.088.947,79 | 0,27% |
| Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais | 694.689,65 | - | 694.689,65 | 0,01% |
| Fundo Municipal de Turismo | - | - | - | 0,00% |
| Fundo de Proteção do Patrim. Cult. e Ambient. Paulist. | - | - | - | 0,00% |
| Fundo de Desenvolvimento Urbano | - | 147.033.333,27 | 147.033.333,27 | 1,22% |
| Fundo Municipal de Iluminação Pública | 215.894.367,48 | 4.260,52 | 215.898.628,00 | 1,78% |
| **Administração Indireta** | **11.685.175,61** | **12.980.885,58** | **24.666.061,19** | **0,20%** |
| Fundo Municipal de Habitação | 11.685.175,61 | 12.980.885,58 | 24.666.061,19 | 0,20% |
| **Total** | **11.019.147.667,13** | **1.077.502.174,01** | **12.096.649.841,14** | **100,00%** |
| **%Participação Corrente/Capital S/ Total** | **91,09%** | **8,91%** | **100,00%** | |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os fundos da Administração Direta representaram 99,80% do total executado (sendo 99,74% dos fundos do Poder Executivo e 0,06% do Poder Legislativo), já o fundo da Administração Indireta representou 0,20% do total.

## *Restos a Pagar*

Ao final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. Os restos se classificam em: Restos a Pagar Não Processados (RPNP), referentes às despesas empenhadas e ainda não liquidadas e Restos a Pagar Processados (RPP), referentes às despesas liquidadas e não pagas.

O Balanço orçamentário é composto, além do quadro principal, por mais dois quadros relacionados aos restos a pagar. São eles:

- Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados – apresenta os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução;
- Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados – apresenta os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar não processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

em R$

| Restos a Pagar Não Processados | Inscritos em Exercícios Anteriores | | |
|---|---|---|---|
| | Quadro Balanço Orçamentário 2016 | Quadro Balanço Orçamentário 2017 | Quadro Balanço Orçamentário 2018 |
| **Despesas Correntes** | **1.037.446,58** | **1.225.331,41** | **3.518.477,21** |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | - | - |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 1.037.446,58 | 1.225.331,41 | 3.518.477,21 |
| **Despesas de Capital** | **5.643.218,15** | **4.377.764,65** | **6.196.085,94** |
| Investimentos | 5.643.218,15 | 4.377.764,65 | 6.196.085,94 |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| **Total** | **6.680.664,73** | **5.603.096,06** | **9.714.563,15** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação dos saldos apresentados nos quadros de restos a pagar não processados de exercícios anteriores, observa-se um aumento de aproximadamente R$ 3,03 milhões entre os períodos de 2016 e 2018.

Demonstra-se a seguir o comportamento dos restos a pagar processados, apresentados nos três últimos Balanços Orçamentários:

em R$

| Restos a Pagar Processados | Inscritos em Exercícios Anteriores | | |
|---|---|---|---|
| | Quadro Balanço Orçamentário 2016 | Quadro Balanço Orçamentário 2017 | Quadro Balanço Orçamentário 2018 |
| **Despesas Correntes** | **3.463.468,63** | **8.606.692,41** | **24.463.787,12** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 11.723,39 | 43.640,06 | 41.566,97 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 3.451.745,24 | 8.563.052,35 | 24.422.220,15 |
| **Despesas de Capital** | **5.302.407,12** | **4.428.656,20** | **878.293,51** |
| Investimentos | 5.302.407,12 | 4.428.656,20 | 835.894,01 |
| Inversões Financeiras | - | - | 42.399,50 |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| **Total** | **8.765.875,75** | **13.035.348,61** | **25.342.080,63** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação dos saldos apresentados nos quadros de restos a pagar processados de exercícios anteriores, observa-se um aumento de R$ 16,5 milhões entre os períodos de 2016 e 2018.

### *Comparativo da Despesa Orçamentária 2017 e 2018*

A seguir apresenta-se o quadro comparativo da Despesa Orçamentária Empenhada Consolidada de 2017 e 2018:

em R$

| Despesas Empenhadas | 2017 ( I ) | 2018 ( II ) | Variação ( II - I ) | % Variação |
|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes** | **47.341.220.729,13** | **49.633.622.640,33** | **2.292.401.911,20** | **4,84%** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 21.470.818.752,26 | 22.964.975.336,94 | 1.494.156.584,68 | 6,96% |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.212.581.514,69 | 1.176.491.754,31 | (36.089.760,38) | -2,98% |
| Outras Despesas Correntes | 24.657.820.462,18 | 25.492.155.549,08 | 834.335.086,90 | 3,38% |
| **Despesas de Capital** | **4.072.808.347,95** | **4.523.519.095,34** | **450.710.747,39** | **11,07%** |
| Investimentos | 1.986.784.806,28 | 2.378.452.384,23 | 391.667.577,95 | 19,71% |
| Inversões Financeiras | 72.882.778,61 | 23.070.485,83 | (49.812.292,78) | -68,35% |
| Amortização da Dívida | 2.013.140.763,06 | 2.121.996.225,28 | 108.855.462,22 | 5,41% |
| **Total** | **51.414.029.077,08** | **54.157.141.735,67** | **2.743.112.658,59** | **5,34%** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que, entre os exercícios de 2017 e 2018, houve um crescimento de R$ 2,7 bilhões nas despesas empenhadas, equivalente a 5,34% de variação, com aumentos de 4,84% nas despesas correntes e de 11,07% nas despesas de capital.

## Síntese da Execução Orçamentária

Segue síntese da execução orçamentária de 2018:

em R$

| Orçamento | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado |
|---|---|---|---|
| **Receita** | | | |
| Realizada | 50.345.951.177,75 | 3.992.061.087,49 | 54.338.012.265,24 |
| ( - ) Prevista | 52.277.305.811,00 | 4.053.254.751,00 | 56.330.560.562,00 |
| **( = ) Insuficiência de Arrecadação** | **(1.931.354.633,25)** | **(61.193.663,51)** | **(1.992.548.296,76)** |
| **Despesa** | | | |
| Executada | 40.724.197.410,49 | 13.432.944.325,18 | 54.157.141.735,67 |
| ( - ) Autorizada | 42.812.226.914,97 | 13.687.228.520,08 | 56.499.455.435,05 |
| **( = ) Economia Orçamentária** | **(2.088.029.504,48)** | **(254.284.194,90)** | **(2.342.313.699,38)** |
| **Executado** | | | |
| Receita Realizada | 50.345.951.177,75 | 3.992.061.087,49 | 54.338.012.265,24 |
| ( - ) Despesa Executada | 40.724.197.410,49 | 13.432.944.325,18 | 54.157.141.735,67 |
| **( = ) Deficit/Superavit de Execução** | **9.621.753.767,26** | **(9.440.883.237,69)** | **180.870.529,57** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se no exercício de 2018 que:

- A receita arrecadada foi inferior à receita prevista, gerando uma insuficiência de arrecadação de R$ 1,99 bilhões;
- A despesa executada foi inferior à despesa fixada, gerando uma economia orçamentária de R$ 2,34 bilhões;
- A receita orçamentária arrecadada foi superior à despesa executada, gerando um Superavit de Execução no montante de R$ 180 milhões.

## Análise dos Indicadores do Balanço Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresenta-se alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme seguem:

**Excesso/Insuficiência de Arrecadação**: uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde a uma insuficiência ou a um excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Insuficiência de Arrecadação** | Previsão Atualizada<br>56.330.560.562,00 | ( - ) | Receita Realizada<br>54.338.012.265,24 | = | **R$ 1.992.548.296,76** |

Analisando o Balanço Orçamentário Consolidado, observa-se uma Insuficiência de Arrecadação no montante de R$ 1,99 bilhões, decorrente do confronto entre a arrecadação e a estimativa da Receita Orçamentária.

**Economia na realização de despesa**: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para a execução de despesas.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Economia na realização de despesa** | Dotação Atualizada<br>56.499.455.435,05 | ( - ) | Despesa Executada<br>54.157.141.735,67 | = | **R$ 2.342.313.699,38** |

Observa-se uma economia na realização da despesa de R$ 2,34 bilhões, decorrente do confronto entre a Dotação Atualizada e a Despesa Executada.

**Inscrição de Restos a Pagar**:

a) Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício = Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Restos a Pagar Processados (RPP)** | Despesas Liquidadas<br>51.832.935.722,31 | ( - ) | Despesas Pagas<br>51.378.239.479,67 | = | **R$ 454.696.242,64** |

Assim, a diferença entre as despesas liquidadas e as despesas pagas resultou na inscrição de R$ 454,6 milhões de RPP em 2018.

b) Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício = Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** | Despesas Empenhadas<br>54.157.141.735,67 | ( - ) | Despesas Liquidadas<br>51.832.935.722,31 | = | **R$ 2.324.206.013,36** |

Assim, a diferença entre as despesas empenhadas e as despesas liquidadas resultou na inscrição em 2018 de R$ 2,32 bilhões de RPNP.

**Quociente do Resultado Orçamentário**: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superavit e menor que 1, deficit.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Quociente do Resultado Orçamentário** | Receita Realizada / Despesa Executada | = | 54.338.012.265,24 / 54.157.141.735,67 | = **1,00** |

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente de 1,00, representando um pequeno resultado superavitário em decorrência da receita realizada ter sido maior que a despesa executada.

**Quociente da Execução Orçamentária Corrente**: é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação deste quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Quociente da Execução Orçamentária Corrente** | Receita Realizada Corrente (Líquida) / Despesa Empenhada Corrente | = | 52.404.540.035,88 / 49.633.622.640,33 | = **1,06** |

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente da execução orçamentária corrente de 1,06, representando que as receitas correntes foram suficientes para suportar as despesas correntes.

**Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária**: é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária** | Receita Realizada / Despesa Paga | = | 54.338.012.265,24 / 51.378.239.479,67 | = **1,06** |

Em 2018, a Prefeitura de São Paulo apresentou um quociente financeiro real da execução orçamentária de 1,06, representando que as receitas realizadas foram suficientes para suportar as despesas pagas.

**Capitalização x Descapitalização**: é resultante da diferença entre a Receita de Capital Realizada e a Despesa de Capital Executada. Caso o resultado seja menor que 0 indica uma capitalização e se for maior que 0 representa uma descapitalização.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Capitalização X Descapitalização** | Receita de Capital Realizada<br>1.933.472.229,36 | ( - ) | Despesa de Capital Executada<br>4.523.519.095,34 | = | **(2.590.046.865,98)** |

O resultado negativo apresentado de R$ 2,59 bilhões indica uma capitalização, ou seja, as despesas de capital superaram as receitas de capital.

**Indicador de Endividamento**: é resultante da diferença entre a Receita de Operações de Créditos e a Despesa de Amortização da Dívida. Se o resultado for positivo, indica um aumento no endividamento e se for negativo indica uma diminuição no endividamento.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Endividamento** | Receita de Operações de Créditos<br>148.836.391,74 | ( - ) | Despesa de Amortização da Dívida<br>2.121.996.225,28 | = | **(1.973.159.833,54)** |

O resultado negativo apresentado de R$ 1,97 bilhões indica uma diminuição no endividamento, ou seja, as amortizações da dívida foram superiores às receitas com operações de créditos.

### *Cumprimento à Regra de Ouro*

A “regra de ouro”, amparada pelo Art. 167, inciso III, da Constituição Federal, assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

O propósito da “regra de ouro” é o seguinte: não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

No exercício de 2018, a margem de suficiência da Regra de Ouro foi de R$ 4,37 bilhões, que corresponde ao excedente de despesas de capital em relação às receitas de operações de crédito. Diante deste resultado, constata-se que a Regra de Ouro foi atendida.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Regra de Ouro - Margem de Suficiência** | Despesas de Capital<br>4.523.519.095,34 | ( - ) | Receita de Operações de Créditos<br>148.836.391,74 | = | **4.374.682.703,60** |

## Comportamento do Resultado Orçamentário nos últimos cinco anos

Demonstra-se a seguir o comportamento do resultado orçamentário nos últimos cinco anos:

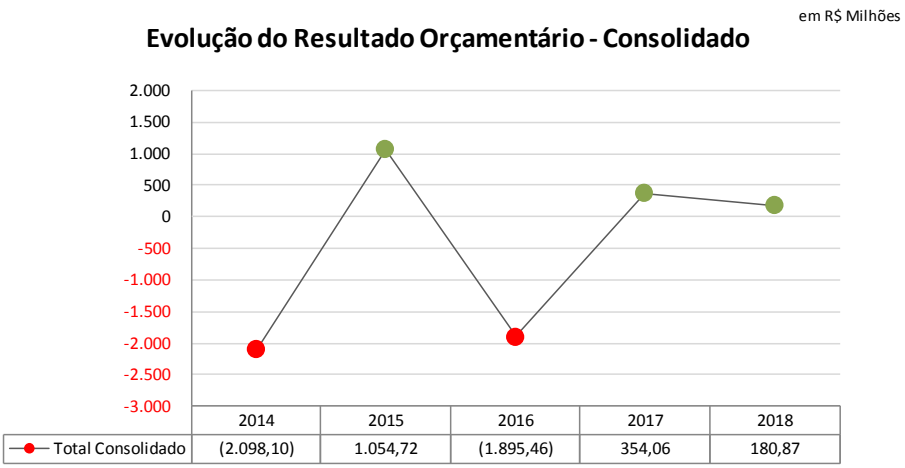
em R$ milhões

| Resultado Orçamentário = Receita Realizada ( - ) Despesa Empenhada | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Direta | 3.945,00 | 8.035,18 | 5.913,91 | 9.307,56 | 9.621,75 |
| Administração Indireta | (6.043,10) | (6.980,46) | (7.809,36) | (8.953,51) | (9.440,88) |
| **Total Consolidado** | **(2.098,10)** | **1.054,72** | **(1.895,46)** | **354,06** | **180,87** |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que, nos últimos cinco anos, o resultado orçamentário consolidado apresentou resultados negativos (deficitários) apenas em 2014 (R$ 2.098,1 milhões) e em 2016 (R$ 1.895,46 milhões). Verifica-se que os resultados deficitários do total consolidado decorrem dos constantes resultados negativos apurados na Administração Indireta. Porém, a Administração Direta manteve resultados orçamentários positivos entre os exercícios de 2014 a 2018.

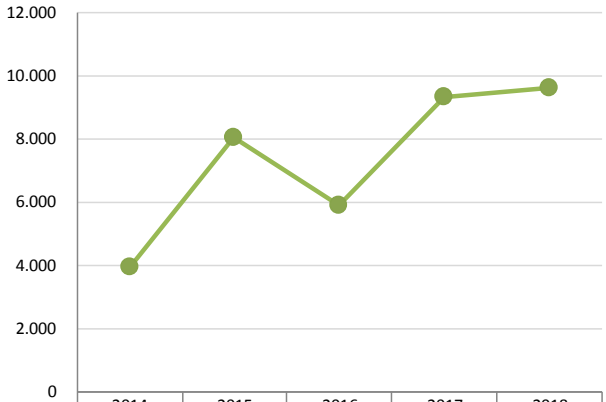
Os gráficos a seguir apresentam a evolução do resultado orçamentário consolidado da Administração Direta e Indireta nos últimos cinco anos:




Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$ Milhões

**Resultado Orçamentário - Adm. Direta**

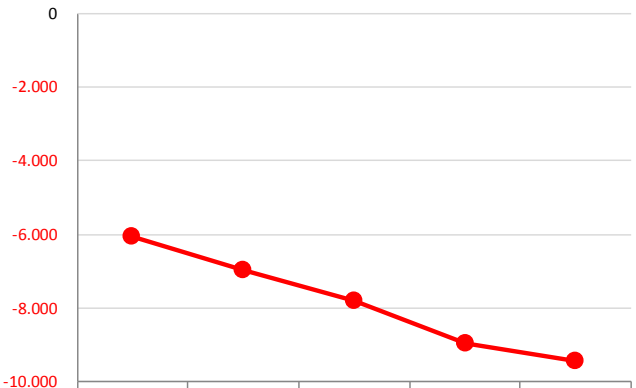



| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Direta | 3.945,00 | 8.035,18 | 5.913,91 | 9.307,56 | 9.621,75 |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R$ Milhões

**Resultado Orçamentário - Adm. Indireta**




| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| Administração Indireta | (6.043,10) | (6.980,46) | (7.809,36) | (8.953,51) | (9.440,88) |

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

# Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos que passam a obedecer às normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de credito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais, contribuindo para a melhoria da consolidação das contas públicas conforme previsto na LRF.

Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, que estabelece regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF, sendo os seguintes relatórios e anexos: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Assim, observando o disposto nestes manuais, apresenta-se os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2018.

## Receita Corrente Líquida

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada

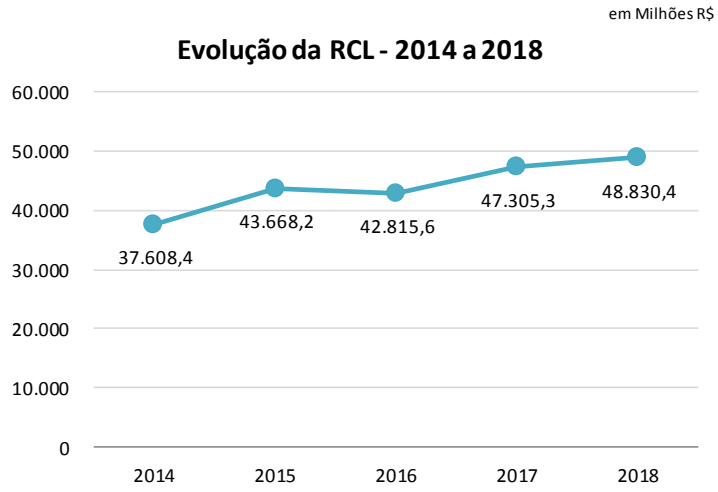
líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2018, atingiu o montante de R$ 48.830,4 milhões.

A seguir, quadro e gráfico da evolução da RCL nos últimos cinco anos:

| Ano | RCL | % Acréscimo |
|---|---|---|
| 2014 | 37.608,4 | 8,33% |
| 2015 | 43.668,2 | 16,11% |
| 2016 | 42.815,6 | -1,95% |
| 2017 | 47.305,3 | 10,49% |
| 2018 | 48.830,4 | 3,22% |




Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

## Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio

real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Destaca-se que o IPREM apresentou no exercício de 2018 o seguinte Resultado Previdenciário:

em Milhões R$

| Especificação | Valor |
|---|---|
| Total das Receitas Previdenciárias | 3.554,10 |
| Total das Despesas Previdenciárias | 9.061,60 |
| **Resultado Previdenciário** | **(5.507,50)** |

Fonte: IPREM

## Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal

Para o exercício de 2018, a Secretaria do Tesouro Nacional efetuou uma reformulação completa do modelo do demonstrativo e das orientações para sua elaboração. Com essa alteração, o resultado primário e o resultado nominal passam a ser apresentados no mesmo demonstrativo, denominado Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, o qual integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Conforme descrito no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – 8ª edição, o demonstrativo conterá a apuração do Resultado Primário e do Resultado Nominal, por meio das metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha”.

A metodologia “acima da linha” apura os valores das receitas e despesas primárias, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da meta de Resultado Primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o Resultado Nominal acima da linha, e a discriminação da meta de Resultado Nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais.

A metodologia “abaixo da linha” contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida, o resultado nominal abaixo da linha, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada e Outros Ajustes), o Resultado Nominal ajustado – abaixo da linha, os juros ativos e passivos, e o resultado primário – abaixo da linha.

A apuração dos resultados primário e nominal tem como objetivo verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado.

Assim, as metas fiscais são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Dessa forma, segundo o artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de Resultado Primário ou Nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Resultado Primário**

O Resultado Primário é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal. Pode ser entendido, então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

De acordo com a 8º edição do MDF, válida para o exercício de 2018, para fins de apuração do Resultado Primário, as receitas e as despesas intraorçamentárias não deverão mais ser incluídas no cálculo das receitas e das despesas primárias respectivamente.

Na apuração, superavits primários representam aumentos de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da dívida consolidada para fins do cálculo da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, deficits primários têm como consequência a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da Dívida Consolidada para fins do cálculo da Dívida Consolidada Líquida.

A meta do Resultado Primário para o exercício de 2018, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.693/2017) e atualizada pela Lei Municipal nº 16.961/2018 é de R$ -1.564,4 milhões.

Ao final do exercício, o resultado primário obtido pelo critério “acima da linha”, que representa a diferença entre as receitas primárias totais realizadas e as despesas primárias totais pagas foi de R$ 3.806,1 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R$ 5.370,5 milhões, conforme demonstrado a seguir:

em Milhões R$

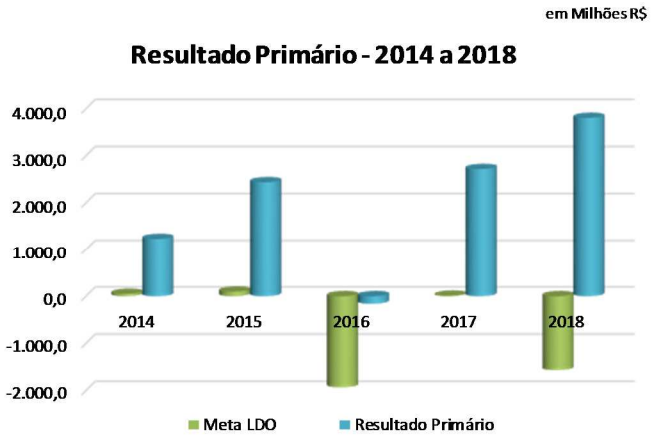
| Especificação | Valor |
|---|---|
| Receitas Primárias Correntes | 49.868,2 |
| Receitas Primárias de Capital | 1.728,1 |
| **Receitas Primárias Total** | **51.596,3** |
| Despesas Primárias Correntes | 45.616,4 |
| Despesas Primárias de Capital | 2.173,9 |
| **Despesas Primárias Total** | **47.790,2** |
| **Resultado Primário** | **3.806,1** |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Observa-se no demonstrativo a seguir, o comportamento do Resultado Primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

| Ano | Meta LDO (a) | Resultado Primário (b) | Diferença c = b - a |
|---|---|---|---|
| 2014 | 50,0 | 1.231,7 | **1.181,7** |
| **2015** | **100,0** | **2.438,2** | **2.338,2** |
| 2016 | (1.929,4) | (160,1) | **1.769,3** |
| **2017** | **11,7** | **2.719,1** | **2.707,4** |
| 2018 | (1.564,4) | 3.806,1 | **5.370,5** |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF




## Resultado Nominal

O resultado nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

A forma de apresentação do cálculo do Resultado Nominal foi alterada, no sentido de que a apresentação dos Resultados Primário e Nominal sejam convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário quanto para o resultado nominal, serão considerados superavit e o sinal negativo será considerado deficit.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa e os demais haveres financeiros.

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2018 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.693/2017) e atualizada pela Lei Municipal nº 16.961/2018 é de R$ -4.347,9 milhões.

Ao final do exercício, o Resultado Nominal obtido pelo critério “abaixo da linha”, foi de R$ 2.655,4 milhões, indicando que houve uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida, superando a meta para o exercício em R$ 7.003,3 milhões.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

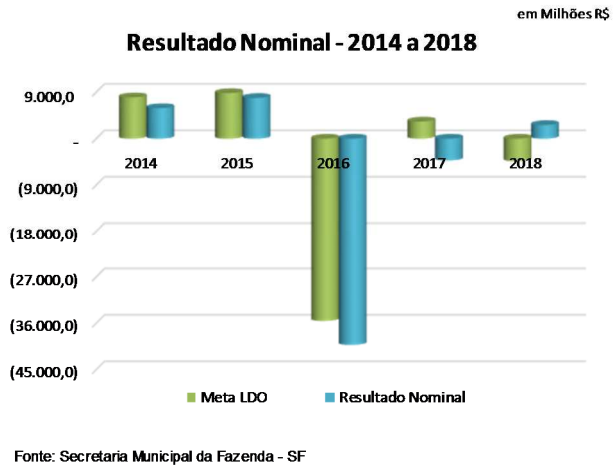
em Milhões R$

| Ano | Meta LDO (a) | Resultado Nominal (b) | Diferença c = b - a | Dívida Fiscal Líquida | Dívida Consolidada Líquida |
|---|---|---|---|---|---|
| 2014 | 8.012,4 | 5.931,9 | **(2.080,5)** | 71.546,8 | 71.733,6 |
| 2015 | 8.839,4 | 7.907,6 | **(931,8)** | 79.454,4 | 79.625,8 |
| 2016 | (35.544,6) | (40.187,3) | **(4.642,7)** | 39.267,1 | 39.418,5 |
| 2017 | 3.332,4 | (4.231,6) | **(7.564,0)** | 37.204,6 | 37.327,6 |
| 2018 | (4.347,9) | 2.655,4 | **7.003,3** | * | 35.443,7 |

* Em 2018, a STN unificou o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal e a linha "Dívida Fiscal Líquida" foi extraída do respectivo demonstrativo. Com isso, para efeito de comparabilidade, apresentaremos a linha "Dívida Consolidada Líquida" do exercício 2018 e anteriores.

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Segue gráfico do Resultado Nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:




Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

Finalmente, importante destacar que a alteração da meta de Resultado Nominal, promovida pela Lei nº 16.961/2018 para R$ 4.347.877.000,00 negativos, levou em consideração os seguintes elementos qualitativos:

(i) Incremento de outras dívidas em decorrência de utilização de recursos de depósitos judiciais em ações nas quais o município não é parte, conforme inciso II parágrafo 2º do artigo 101º do ADCT;

(ii) Maior utilização dos saldos disponíveis em relação ao previsto anteriormente, apesar dos saldos finais para 2018 serem maiores que os projetados anteriormente; e

(iii) Incremento das dívidas de precatórios posteriores a 05/05/2000 em função do MOC de 2017 ter atingido aproximadamente R$ 2,0 bilhões.

## Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O art. 212 da Constituição Federal estabelece aos Municípios a aplicação mínima de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva. Porém, com a publicação da Lei nº 16.271/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de São Paulo, em seu anexo único, ampliou o percentual mínimo de 31% para 33%.

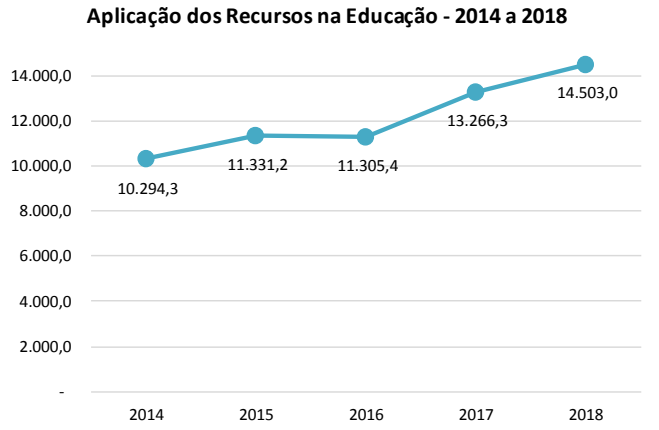
No Município de São Paulo, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Educação Inclusiva totalizaram R$ 14.503,0 milhões no exercício de 2018, representando 36,85% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos:

em Milhões R$

| Ano | Aplicação dos Recursos na Educação | % Gasto Educação |
|---|---|---|
| 2014 | 10.294,3 | 33,63% |
| 2015 | 11.331,2 | 34,21% |
| 2016 | 11.305,4 | 33,52% |
| 2017 | 13.266,3 | 35,90% |
| 2018 | 14.503,0 | 36,85% |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF




## Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que estabelece, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da Lei Complementar nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

No Município de São Paulo, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2018, 20,75% do total das receitas correntes nos termos da Lei Complementar nº 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R$ 5.898,70 milhões. No entanto, a Prefeitura de São Paulo aplicou R$ 8.161,10 milhões, ou seja, R$ 2.262,34 milhões além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

em R$

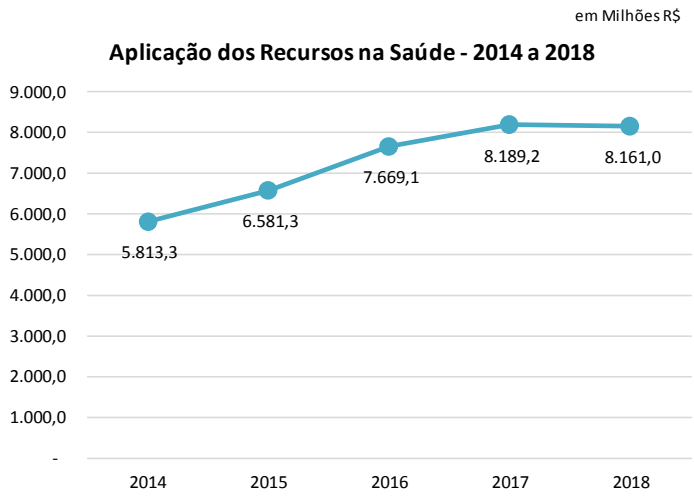
| Aplicação de Recursos na Saúde | Valor |
|---|---|
| **Lei Complementar 141/2012 (Recursos do Tesouro Municipal)** | |
| **1 - Receitas** | **39.324.650.887,72** |
| 1.1 - Receita de Impostos Líquida | 29.263.551.590,16 |
| 1.2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais | 10.061.099.297,56 |
| | |
| **2 - Despesas** | **8.161.042.125,18** |
| 2.1 - Despesas Correntes | 10.369.546.684,26 |
| 2.2 - Despesas de Capital | 161.363.939,39 |
| 2.3 - Despesas com Saúde Não Computadas para Fins de Apuração | (2.369.868.498,47) |
| **Percentual de Aplicação (item 2 / item 1)** | **20,75%** |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos:

| Ano | Aplicação dos Recursos na Saúde | %Gasto Saúde |
|---|---|---|
| 2014 | 5.813,3 | 19,00% |
| 2015 | 6.581,3 | 19,88% |
| 2016 | 7.669,1 | 22,75% |
| 2017 | 8.189,2 | 22,17% |
| 2018 | 8.161,0 | 20,75% |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF




## Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

A partir de junho/2018, o IPREM passou a segregar as informações referentes as despesas com Inativos e Pensionistas com recursos vinculados por Poder/Órgão, e a partir de outubro/2018, as informações das despesas com Pensionistas passaram a ser informadas pelo IPREM de forma segregada por Poder/Órgão, ambos em conformidade com o disposto no MDF 8ª edição.

No Município de São Paulo, a despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2018 foi de R$ 18.780,6 milhões, o que representou 38,5% da RCL. Este percentual congrega 36,9% do Poder Executivo e 1,6% do Poder Legislativo, destaca-se que esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal, e os valores dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

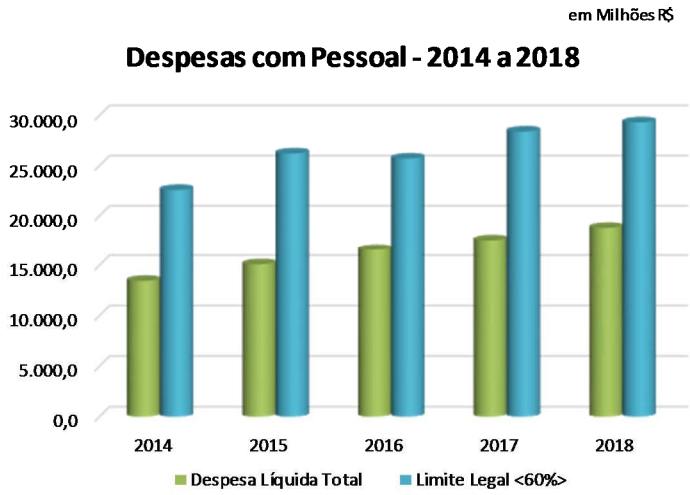
em Milhões R$

| Despesa com Pessoal | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Poder Executivo (a)** | **12.932,9** | **14.542,2** | **15.960,9** | **16.936,9** | **18.026,0** |
| **Poder Legislativo (b)** | **504,3** | **540,3** | **592,9** | **600,6** | **754,6** |
| Despesa Líquida Total (c) = (a+b) | 13.437,2 | 15.082,5 | 16.553,8 | 17.537,5 | 18.780,6 |
| Receita Corrente Líquida (d) | 37.608,4 | 43.668,2 | 42.815,6 | 47.305,3 | 48.830,4 |
| % Gasto com Pessoal (e) = (c/d) | 35,7 | 34,5 | 38,7 | 37,1 | 38,5 |
| Limite Legal <60%> | 22.565,1 | 26.200,9 | 25.689,4 | 28.383,2 | 29.298,2 |
| Limite Prudencial<95%> do limite legal | 21.436,8 | 24.890,9 | 24.404,9 | 26.964,0 | 27.833,3 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

| Ano | Despesa Líquida Total | Limite Legal <60%> |
|---|---|---|
| 2014 | 13.437,2 | 22.565,1 |
| 2015 | 15.082,5 | 26.200,9 |
| 2016 | 16.553,8 | 25.689,4 |
| 2017 | 17.537,5 | 28.383,2 |
| 2018 | 18.780,6 | 29.298,2 |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF




## Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentadas também informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

O objetivo do demonstrativo é dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição em Restos a Pagar de despesas não liquidadas.

Para o exercício de 2018, a Disponibilidade de Caixa Líquida (Disponibilidade de Caixa Bruta menos as Obrigações Financeiras) totalizou o montante de R$ 7.223,5 milhões, após a inscrição dos Restos a Pagar não Processados, a Disponibilidade de Caixa restante foi de R$ 4.899,3 milhões.

Cabe destacar que nas Demais Obrigações Financeiras do montante de R$ 382,9 milhões estão contemplados os valores de R$ 74,1 milhões referentes a Créditos de Levantamentos Judiciais, que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016. A seguir, apresentamos o demonstrativo:

**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSOLIDADO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f)= (a – (b + c + d + e)) | | |
| **TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)** | **4.979.903.823,44** | **8.453.624,89** | **84.337.169,16** | **-** | **4.543.287,94** | **4.882.569.741,45** | **569.458.772,62** | **-** |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências do FUNDEB 60% | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Transferências do FUNDEB 40% | 195.314.302,55 | - | - | - | - | 195.314.302,55 | - | - |
| Outros Recursos Destinados à Educação | 254.979.230,41 | 57.176,62 | 6.069.668,06 | - | - | 248.852.385,73 | 124.450.621,65 | - |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | - | - | - | - | - | - | - | |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | 587.798.477,16 | 83.432,64 | 26.396.607,34 | - | - | 561.318.437,18 | 90.513.827,36 | |
| Recursos Destinados à Assistência Social | 272.282.720,05 | 33.600,00 | 1.092.307,06 | - | - | 271.156.812,99 | 1.288.813,45 | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário | 39.241.675,37 | - | 565.520,21 | - | 4.543.287,94 | 34.132.867,22 | 5.890.372,74 | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro | - | - | - | - | - | - | - | |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) | 81.855.964,33 | - | 1.937.134,98 | - | - | 79.918.829,35 | 31.753.450,07 | |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | 312.849,35 | - | - | - | - | 312.849,35 | - | - |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | 3.548.118.604,22 | 8.279.415,63 | 48.275.931,51 | - | - | 3.491.563.257,08 | 315.561.687,35 | - |
| **TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)** | **3.116.526.866,21** | **26.522.086,11** | **370.359.073,48** | **317.281,93** | **378.412.732,28** | **2.340.915.692,41** | **1.754.747.240,74** | **-** |
| Recursos Ordinários | 3.058.870.625,99 | 25.531.452,23 | 361.148.064,08 | 264.951,28 | 369.242.298,18 | 2.302.683.860,22 | 1.735.511.310,14 | - |
| Outros Recursos não Vinculados | 57.656.240,22 | 990.633,88 | 9.211.009,40 | 52.330,65 | 9.170.434,10 | 38.231.832,19 | 19.235.930,60 | - |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | **8.096.430.689,65** | **34.975.711,00** | **454.696.242,64** | **317.281,93** | **382.956.020,22** | **7.223.485.433,86** | **2.324.206.013,36** | **-** |

FONTE: SOF; Informação DEFIN e CGO - Processo SEI 6017.2017/0048123-0 e Demonstrativos recebidos da Adm.Indireta e Poder Legislativo

Notas :

1 - Tendo em vista orientação da Gerência de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal – GENOP, da Secretaria do Tesouro Nacional, deixamos de considerar, no grupo de Obrigações Financeiras, os valores do Fundo de Reserva instituído pela LC nº 151/2015, registrados nas contas contabeis nº 2.1.8.8.1.03.01.07.001 e 2.1.8.8.1.03.01.07.003 no montante de R$ 3.039.199.839,58. Tal procedimento foi adotado para não distorcer a real disponibilidade de caixa.

2 - Na mesma linha da orientação da Gerência de Normas e Procedimentos de Gestão Fiscal - GENOP para o caso dos valores do Fundo de Reserva da LC nº 151/2015 (nota - 1), deixamos de considerar, no grupo de Obrigações Financeiras, os valores das contas de passivo 2.1.3.1.1.07.02.05.000 e 2.1.1.1.1.04.02.05.000, no montante de R$ R$ 677.583.029,99, que envolvem o reconhecimento de recursos custodiados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP para pagamento de precatórios relativos à EC62/09.

3 - Demais Obrigações Financeiras foram consideradas na Fonte 00 em virtude de não haver segregação por Fonte de Recursos.

4 - Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por: 7.354.540.796,08 - PMSP; 28.672.530,89 - HSPM; 39.241.675,37 - IPREM; 25.461.980,97 - SFMSP; 150.290.855,40 - AHM; 276.821.833,13 - AMLURB; 4.941.293,24 - FUNDATEC; 108.385.605,09 - COHAB; 22.971.305,14 - FDOCOHAB; 4.181.430,36 - THEATRO; 24.552.306,54 - CMSP; 34.742.706,72 - FDOCMSP; 11.798.295,56 - TCMSP; 9.828.075,16 - FDOTCM.

## Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos:

a) da Despesa com Pessoal;
b) da Dívida Consolida Líquida;
c) das Garantias e Contragarantias de Valores;
d) das Operações de Crédito e
e) dos Restos a Pagar.

A seguir apresentam-se os Demonstrativos Simplificados do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo e Consolidado, respectivamente, referentes ao 3º Quadrimestre/2018:

**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) — R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 48.830.405.884,01 |
| Receita Corrente líquida Ajustada | 48.830.405.884,01 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 18.025.981.576,42 | 36,92% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54% | 26.368.419.177,37 | 54,00% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30% | 25.049.998.218,50 | 51,30% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60% | 23.731.577.259,63 | 48,60% |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 35.443.735.693,51 | 72,59% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 58.596.487.060,81 | 120,00% |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | 76.839.655,34 | 0,16% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 10.742.689.294,48 | 22,00% |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 130.000.000,00 | 0,27% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 7.812.864.941,44 | 16,00% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 3.418.128.411,88 | 7,00% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 2.307.115.484,39 | 7.163.208.461,75 |

**Fonte:** SOF (RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal

**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE |
|---|---|
| Receita Corrente Liquida | 48.830.405.884,01 |
| Receita Corrente liquida Ajustada | 48.830.405.884,01 |

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 18.780.554.168,99 | 38,46% |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60% | 29.298.243.530,41 | 60,00% |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57% | 27.833.331.353,89 | 57,00% |
| Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54% | 26.368.419.177,37 | 54,00% |

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Dívida Consolidada Líquida | 35.443.735.693,51 | 72,59% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 58.596.487.060,81 | 120,00% |

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Total das Garantias Concedidas | 76.839.655,34 | 0,16% |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 10.742.689.294,48 | 22,00% |

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| Operações de Crédito Internas e Externas | 130.000.000,00 | 0,27% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 7.812.864.941,44 | 16,00% |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | - | 0,00% |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 3.418.128.411,88 | 7,00% |

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|---|---|---|
| Valor Total | 2.324.206.013,36 | 7.223.485.433,86 |

**Fonte:** SOF (RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal

# Controladoria Geral do Município - CGM

## Principais dados apresentados pela CGM em 2018

Criada em maio de 2013 (Lei 15.764/2013), a Controladoria Geral do Município – CGM atua para prevenir e combater a corrupção na gestão municipal, garantir a defesa do patrimônio público, promover a transparência e a participação social e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Para que seus objetivos sejam atingidos, a CGM é dividida em seis áreas de atuação: Corregedoria Geral do Município, Ouvidoria Geral do Município, Coordenadoria de Auditoria Geral, Coordenadoria de Promoção da Integridade, Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal e Coordenadoria de Administração e Finanças.

O presente Relatório foi elaborado pela Coordenadoria de Auditoria Interna da Controladoria Geral do Município - AUDI, contendo todas as atividades concluídas por esta Coordenadoria no exercício de 2018, indicando-se as Unidades examinadas, além dos benefícios e os principais destaques oriundos de tais atividades:

| Auditorias Realizadas pela AUDI/CGM em 2018 - Relatório De Auditoria | | |
|---|---|---|
| Unidade Examinada | Setor | Objeto da Atividade |
| Subprefeitura da Sé | AUDI | Remoções e Urbanização/Logradouros. |
| Secr. M. de Prefeituras Regionais | AUDI | Revitalização/Manutenção/Passeios. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | C. Gestão IABAS - Contratos R021/2016 e R023/2016. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Controles Contratos de Veículos com Motorista da CRS/Leste. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratos de Gestão e Manual de Acompanhamento Financeiro do NTCSS. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratos de Gestão SECONCI. |
| Secr. M. do Verde e Meio Ambiente | AUDI | Controles de Retirada no Viveiro Manequinho Lopes e de Plantio nas PR Pinheiros, Penha e Vila Mariana. |
| Subprefeitura de Pinheiros | AUDI | Controles de Retirada no Viveiro Manequinho Lopes e de Plantio na PR Pinheiros. |
| Subprefeitura da Vila Mariana | AUDI | Controles de Retirada no Viveiro Manequinho Lopes e de Plantio na PR Vila Mariana. |
| Subprefeitura da Penha | AUDI | Controles de Retirada no Viveiro Manequinho Lopes e de Plantio na PR Penha. |
| Companhia Metropolitana de Habitação de SP | AUDI | Auditoria Contábil - Dívida Pública Consolidada e ao Passivo Não Circulante da COHAB. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contrato de veículos e motoristas firmado entre a COVISA e a JCN |
| Companhia de Engenharia de Tráfego | AUDI | Licitação Manutenção Semáforos 2017. |
| Secr. M. de Cultura | AUDI | Convênio - Co-patrocínio Associação Arte e Cultura Periferia Invisível. |
| Secr. M. de Assistência Desenvolvimento | AUDI | Supostas Irregularidades na contratação direta da FUNDAC com sobrepreço nos |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Auxílio ao HSPM referente aos prejuízos apurados no Relatório de Auditoria nº 28-A/ 2016/CGM. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratação de Serviços Laboratoriais/Exames de diagnóstico por Imagem. |
| Secr. M. de Direitos Humanos e Cidadania | AUDI | Análise PC atrasadas, Fluxo de seleção dos Convênios, captação e distribuição de recursos, atuação do CMDCA. |
| Subprefeitura da Casa Verde_Cachoeirinha | AUDI | Ocupação irregular de Área Verde. |
| Secr. M. de Direitos Humanos e Cidadania | AUDI | Projeto Centro de Apoio Sócio Educativo e Cultural Coração de Jesus. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratos de Gestão IABAS - GT_SMFaz_SMS. |
| Secr. M. de Esportes, Lazer e Recreação | AUDI | Análise da gestão dos Termos de Parceria firmados pela SEME - Eventos Esportivos. |
| Serviço Funerário do Município de SP | AUDI | Controles internos dos cemitérios e serviços funerários. |
| São Paulo Transportes | AUDI | Contratos de locação de veículos firmados junto à empresa Quality Aluguel de |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratos com Empresa SPX para exames de imagem. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratação e na prestação dos serviços de exames de diagnóstico por imagem - MPE - IC 713/2016. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Contratação e na prestação dos serviços de exames de diagnóstico por imagem -MPE - IC 467/2013 e 713/2016. |
| Autarquia Hospitalar Municipal | AUDI | Análise do Contrato de Aluguel da Sede na Av. Paulista. |
| Secr. M. de Mobilidade e Transportes | AUDI | Análise Preventiva Edital Licitação Outorga Sistema de Transporte Coletivo - Membro observador na Comissão de Licitação. |
| Subprefeitura da Sé | AUDI | Regularidade na compra de sacos de cimento. |
| Theatro Municipal | AUDI | Prestação de Contas do Projeto Canta São Paulo. |
| Subprefeitura de Santo Amaro | AUDI | Exploração de banca de jornal e revistas junto à Praça Comandante Rolim Amaro. |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Análise da Manifestação apresentada pela empresa Centurion Segurança e Vigilância e suporte técnico ao Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM. |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Prestação de serviços e revitalização do Centro Diagnóstico por Imagem. |
| Secr. M. de Prefeituras Regionais | AUDI | Reiteração NTs 43 e 53/2017 - Análise preventiva do Pregão Eletrônico nº 02/SMPR/COGEL/2017. |

| Auditorias Realizadas pela AUDI/CGM em 2018 - Relatório De Auditoria | | |
|---|---|---|
| Unidade Examinada | Setor | Objeto da Atividade |
| Ouvidoria Geral do Município | AUDI | Auxílio à PROCED - Dispensas com Serviços Gráficos pela OGM. |
| Autarquia Hospitalar Municipal | AUDI | Apuração de falhas na habilitação da empresa de limpeza MM. |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Auxílio ao HSPM em atendimento ao Ofício n° 735/2017. |
| Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social | AUDI | Esclarecimentos ao MPE quanto a apontamentos do Relatório de Auditoria O.S nº 025/2016: Almoxarifado e Veículos. |
| Secr. M. de Prefeituras Regionais | AUDI | Carnaval de Rua - Realização - Inspeção física junto a amostra de Blocos em diversas regiões. |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Melhoria quanto à estruturação e ao fluxo de atividades da Coordenadoria de Administração e Finanças (CAF). |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Avaliação sobre as contratações e fiscalizações/acompanhamento do Programa de Automonitoramento Glicêmico. |
| Secr. M. de Serviços e Obras/Secr. M. de Infraestrutura Urbana e Obras | AUDI | Ilume: Análise quanto à lisura e adequação do processo de licitação referente à contratação de empresa/consórcio para execução de Parceria Publico-Privada. |
| Secr. Especial de Comunicação | AUDI | Apurar a regularidade das glosas realizadas pela Prefeitura em virtude de irregularidades identificadas com Call Tecnologia e Serviços Ltda. |
| Secr. M. de Serviços e Obras/Secr. M. de Infraestrutura Urbana e Obras | AUDI | Análise preventiva relativa à contratação de serviços de engenharia para manutenção e adequação do 19º e 23º andares do Edifício Conde de Prates. |
| Secr. M. de Mobilidade e Transportes | AUDI | Análise quanto a questionamento do TCM/SP sobre acontecimento durante licitação n° 01/SMT/2018. |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Avaliação preventiva Pregões CGM para locação de veículos (SMJ, CGM e PGM). |
| Secr. M. de Serviços e Obras/Secr. M. de Infraestrutura Urbana e Obras | AUDI | Análise quanto ao atendimento das recomendações exaradas na Nota Técnica nºs 005, 014 e 017/2017. |
| Secr. M. de Serviços e Obras/Secr. M. de Infraestrutura Urbana e Obras | AUDI | Concorrências 001/18/SMSO e 002/18/SMSO. |
| Theatro Municipal | AUDI | Contratações de pessoal artístico e administrativo no Coral Paulistano. |
| São Paulo Transportes | AUDI | Avaliação sobre o Edital do Transporte Coletivo. |
| Secr. M. de Serviços e Obras/Secr. M. de Infraestrutura Urbana e Obras | AUDI | Análise da regularidade do julgamento das propostas técnicas apresentadas pelas licitantes da Concorrência nº 004/17/SMSO. |
| Secretaria Municipal da Cultura | AUDI | Avaliação do Edital de Chamamento Público nº 02/2018/SMC/ CP - fiscalização da "Virada Cultural 2018" da cidade de São Paulo. |
| Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo | AUDI | Análise preventiva quanto à conformidade e legalidade da Concorrência nº 003/2018/COHAB-SP. |
| Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé | AUDI | Inspeção técnica realizada na empresa Mota 3 Supermercados Ltda – EPP. |
| Secr. M. de Assistência Desenvolvimento Social | AUDI | Análise do processo de seleção (Edital nº 165/SMADS/2018) - Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua. |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Suporte técnico ao HSPM em decorrência das Constatações evidenciadas no Relatório de Auditoria nº 28/2016/CGM-B, NT nº 040/2017/CGM-AUDI e NE nº 014/2018/CGM- |
| Secr. M. da Educação | AUDI | Análise da regularidade da execução de Pregão Eletrônico n° 001/DRE-CS/2018 - (DRE- |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Sugestões de quesitos em decorrência da ação judicial n° 1015223- |
| Secr. M. de Cultura | AUDI | Atraso na publicação de edital para inscrição no Programa de Fomento à Cultura da Periferia da Cidade. |
| Secr. M. de Habitação | AUDI | Análise da regularidade do Item 10.6 do Edital da Concorrência nº 001/2015 - SEHAB. |
| Secr. M. das Subprefeituras | AUDI | Avaliação de possível atraso em reforma na Central de Triagem José Bonifácio - |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Análise da denúncia apresentada pela Empresa Coopersemo Transportes - COVISA. |
| Subprefeitura da Lapa | AUDI | Análise quanto à regularidade na contratação do bloco "Mamãe eu Quero" para a realização do projeto "Sambinha da Mamãe". |
| Subprefeitura da Lapa | AUDI | Apuração sobre a regularidade da construção de quadras poliesportivas - Parque Industrial Tomas Édson. |
| Hospital Servidor Público Municipal | AUDI | Análise preventiva da Minuta do novo Edital do Pregão Eletrônico a ser conduzido pelo Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM. |
| Secr. M. das Subprefeituras | AUDI | Análise preventiva quanto à conformidade e legalidade do Edital relativo à Concorrência nº 01/AMLURB/2018. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Consolidação Final dos resultados - Inquéritos Civis n°s 467/2013 e 713/2016 do Ministério Público do Estado de São Paulo. |
| Secr. M. de Saúde | AUDI | Possíveis irregularidades no Centro de Controle de Zoonoses. |
| Procuradoria Geral do Município | AUDI | Análise das prestações de contas, elaboradas e apresentadas pelo Administrador Judicial, Sr. Roberto José Trentini Almeida. |
| Procuradoria Geral do Município | AUDI | Análise das prestações de contas - Amilcar José Cançado Lemos e Outro – Sequestro Liminar. |
| Secr. M. das Subprefeituras | AUDI | Análise concomitante sobre a execução dos serviços de varrição manual, pertinentes ao Contrato de emergência 11/AMLURB/2018. |
| São Paulo Obras | AUDI | Análise preventiva quanto à conformidade e legalidade da Concorrência nº 114180150 |
| São Paulo Negócios | AUDI | Determinação da JOF e DECAP/SF: análise das prestações de contas do reembolso de assistência médica. |
| Secr. M. de Gestão | AUDI e APRI | Avaliação preventiva minuta de Termo de Referência elaborado pela SMG para contratação de sistema de controle de consignações em folha de pagamento. |
| Secr. M. de Gestão | AUDI e APRI | Análise Prévia sobre a adequação da oferta da empresa Zetrasoft quanto à doação de sistema de controle de consignações em folha de pagamento. |

| Auditorias Realizadas pela AUDI/CGM em 2018 - Relatório de Normativos | | |
|---|---|---|
| Unidade Examinada | Setor | Objeto da Atividade |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Atualização de indicadores - Índice de Integridade da Administração Direta. |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Elaboração de regulamentação - Sistema de Controle Interno (Minuta de Decreto) e nomeação de servidores (Minuta de Portaria). |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Elaboração de Manual sobre Pesquisa Prévia de Preços. |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Elaboração de nova proposta de Portaria regulamentando o tratamento de Demandas Externas na AUDI. |

| Auditorias Realizadas pelo NAC/AUDI/CGM em 2018 - Relatório Contábil | | |
|---|---|---|
| Unidade Examinada | Setor | Objeto da Atividade |
| Secr. M. de Servs e Obras/Secr. M. de Infra Urbana e Obras | AUDI | Monitoramento Recomendações CGM/SP |
| Procuradoria Geral do Município | AUDI | Análise Contábil - Máfia ISS - Bens Móveis A |
| Procuradoria Geral do Município | AUDI | Análise Contábil - Máfia ISS - Bens Móveis F |
| AHM, Secretaria M. de Saúde e HSPM | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Habitação e Secr. M. de Inovação e Tecnologia | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. da Fazenda | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. do Governo Municipal | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Assistência e Desenvolvimento Social | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. da Educação | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Gestão | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. da Justiça | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Prefeituras Regionais | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Serviços e Obras e São Paulo Obras | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de M. e Transportes, CET e São Paulo Transportes | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. de Urbanismo e Licenciamento | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. do Verde e Meio Ambiente | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Controladoria Geral do Município | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. do Governo Municipal | AUDI | Monitoramento TCM/Diálogo |
| Secr. M. da Fazenda | AUDI | Análise dos Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - LRF - Dados definitivos |
| Secr. M. da Fazenda | AUDI | Análise dos Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - LRF |
| Secr. M. da Fazenda | NAC/AUDI | Análise dos Demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - LRF |
| Autarquia Hospitalar Municipal | NAC/AUDI | Monitoramento Recomendações CGM/SP |
| Secr. M. de Direitos Humanos e Cidadania | NAC/AUDI | Monitoramento Recomendações CGM/SP |
| Secr. M. de Saúde | NAC/AUDI | Análise Contábil - Restos a Pagar 2016/2017 |
| Secr. M. de Saúde | NAC/AUDI | Análise Contábil - Despesa de Exercícios Anteriores 2016/2017 |
| Autarquia Hospitalar Municipal | NAC/AUDI | Análise Contábil - Despesa de Exercícios Anteriores 2016/2017 |
| Secr. M. de Habitação | NAC/AUDI | Verificação da regularidade do processo SEI nº 6014.2017/0000463-0 |

As atividades supracitadas geraram os seguintes tipos de produtos:

**- Relatório:** É oriundo de processo mais moroso, concedendo-se prazos para manifestação da Unidade, para dar oportunidade ao contraditório por parte da auditada, e consequentemente, possibilitando a sua publicação.

Pode-se citar como exemplo de atividade que gera um relatório, a realização de uma auditoria.

**- Nota Técnica:** Emitida em situações que requerem celeridade para adoção de providências por parte da Unidade, a fim de se evitar, tempestivamente, prejuízos à administração pública, ou para atividades que não se tratavam de realização de auditoria.

São exemplos de atividades que geraram Notas Técnicas em 2018: Análise preventiva de edital de licitação; Avaliações, análises e auxílios técnicos; Monitoramentos de atividades realizadas pela CGM ou pelo Tribunal de Contas do Município – TCM; e resultados de atividades de grupo de trabalho e análises contábeis.

Dentre as atividades mencionadas acima, podemos destacar inúmeros benefícios diretos e indiretos para a Administração Municipal, ressaltando os seguintes benefícios financeiros gerados em 2018 de acordo com a Portaria nº CGM 104/2016, além do aprimoramento dos processos e da maior aderência aos normativos e às jurisprudências vigentes:

| Exercício 2018 | |
|---|---|
| Economia Potencial | R$ 1.086.981.387,61 |
| Prejuízo Apurado | R$ 7.401.309,87 |
| Ressarcimento de Valores | R$ 0,00 |
| Economia Efetiva por Melhoria de Processos | R$ 118.722.310,04 |
| **Total no Exercício** | **R$ 1.213.105.007,52** |

Cumpre destacar que alguns trabalhos, que já estão em andamento, tendem a trazer mais achados envolvendo prejuízos e possibilidades de economia ao Erário Municipal.

A seguir estão relacionados os principais achados das auditorias realizados por AUDI em 2018, cujos relatórios já foram publicados no sítio eletrônico da CGM:

**Ordem de Serviço 015/2017- CRS Leste - Contratos de locação de transporte com veículos e motorista**

a) Ao se proceder à análise da execução contratual, constatou-se pagamento de 283.256 horas de serviços de carro/motorista (R$ 6.389.725,00) sem a existência da comprovação documental exigida em edital/contrato (Ausência de FFI);

b) Divergência entre as medições de horas dos serviços nos processos de pagamento e os apontamentos das folhas de frequência dos motoristas sugere pagamento indevido de 9,6% das horas pagas (prejuízo potencial de até R$ 1.282.039,00 de 2013 a 2016);

c) Ociosidade na utilização dos veículos contratados indicando modelo de contratação desvantajoso para a Administração Pública com desperdício potencial de até R$ 3.393.663,67 ao ano.

**Ordem de Serviço 060/2016 - IPREM - Regularidade das bases de pensionistas ativos**

a) Pagamentos indevidos causados pela intempestividade no processo de extinção de pensão. De acordo com informações fornecidas pelo Setor de Contabilidade Geral do IPREM, há, conforme demonstrações contábeis, um saldo de créditos a receber no valor de R$ 8.147.165,95 – Data-Base: Abril/2017. Ainda, consoante informação enviada pela Divisão de Finanças e Contabilidade, em 2016, foram pagos R$ 1.322.374,00 de forma indevida e, em 2017 (apenas de janeiro a abril), foram identificados pagamentos indevidos no valor de R$ 467.220,00;

b) Ampliação do risco de fraude em virtude de redução das exigências documentais no processo de recadastramento. Por meio de análise das legislações concernentes ao processo de recadastramento dos anos de 2016 e 2017, foi possível verificar mudanças importantes nas regras aplicáveis. As principais alterações identificadas, que podem elevar o risco de fraude, se referem a documentos que, obrigatoriamente, deveriam ser apresentados durante a respectiva rotina.

**Ordem de Serviço 041/2017 - COVISA - Contratação de prestação de serviços de locação de veículos com motorista, combustível e manutenção**

a) Sobrepreço no Contrato de Locação dos Veículos ensejando em prejuízo potencial de, aproximadamente, R$ 4.621.404,07, pela não utilização do CADTERC como referência de preços máximos e prejuízo efetivo de R$ 1.527.266,91 pela aplicação inadequada de depreciação sobre os veículos;

b) Restrição da competitividade devido à exigência não justificada de veículos zero km e insuficiência de justificativa para a quantidade de automóveis demandados no Edital nº174/2014;

c) Fragilidade na Fiscalização, não havendo o monitoramento do horário de serviço dos motoristas, da quilometragem rodada e dos endereços de origem-destino, podendo gerar um pagamento superior ao serviço efetivamente prestado.

**Ordem de Serviço 140/2017 - AHM - Contrato de Locação nº 69/2017, por dispensa de licitação baseada no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993**

a) Não foram identificados os elementos necessários para subsidiar a contratação direta por dispensa de licitação, como a relação de necessidades de instalação, relação das necessidades de localização e a avaliação prévia do valor de mercado do imóvel conforme inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 1993;

b) Fragilidade da pesquisa de valor de mercado;

c) Pagamentos antecipados sem a regular liquidação da despesa;

d) Início da vigência do contrato de locação sem a efetiva utilização do imóvel nos meses de outubro e novembro de 2017, com prejuízo de R$ 555.000,00 ao Erário Municipal.

## Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2018

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2018:

em R$

| Exercício 2018 | Administração Direta | Administração Indireta | Consolidado |
|---|---|---|---|
| Resultado Orçamentário | 9.621.753.767,26 | (9.440.883.237,69) | **180.870.529,57** |
| Superavit Financeiro | 4.995.834.588,71 | 131.367.667,15 | **5.127.202.255,86** |
| Resultado Primário | 15.097.603.915,59 | (11.291.527.946,56) | **3.806.075.969,03** |
| Resultado Patrimonial | (12.394.784.018,33) | (16.401.608.528,53) | **(28.796.392.546,86)** |
| Resultado Financeiro | 2.048.898.995,42 | (11.055.547,72) | **2.037.843.447,70** |

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

## Conclusão

Concluímos o presente Relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2018, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

Encerramos, aqui, mais uma etapa, na certeza de que empenhamos nossos maiores esforços para atingir as metas as quais nos propusemos e, para finalizar, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, 06 de março de 2019.